



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARIELLE DOS SANTOS SILVA

A DIÁSPORA AFRICANA NO DISTRITO FEDERAL
RACISMO, XENOFOBIA E ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES
AFRICANOS (2014 – 2022)

Dissertação de Mestrado

Brasília, janeiro de 2024

ARIELLE DOS SANTOS SILVA

A DIÁSPORA AFRICANA NO DISTRITO FEDERAL
RACISMO, XENOFOBIA E ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES
AFRICANOS (2014 – 2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na linha de pesquisa em História Cultural, Memórias e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva.

Brasília

2024

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi possível graças aqueles que se dispuseram a participar e contribuir com as suas vivências e trajetórias que os conduziram e formaram quem são hoje. A todos os imigrantes envolvidos, que conheci durante a elaboração e que se tornaram meus amigos, minha gratidão eterna.

Esta pesquisa não teria sido concluída sem o auxílio de outras pessoas que direta e indiretamente foram primordiais. Aos funcionários e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em História (foram agraciados com uma paciência invejável), ao Anderson Oliva, meu orientador e ao Rogério que está à frente do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação na UnB e que viabilizou o meu encontro aos estudantes imigrantes.

Às minhas colegas de trabalho Carine e Isabella, que seguraram a minha “marimba” diversas vezes para que eu pudesse focar na dissertação, aos melhores estagiários de Estatística do meu local de trabalho, que me ajudaram com a elaboração dos gráficos, Vinicius Storti Mesquita (UnB) e Maria Eduarda Deserto (UnB). Às minhas irmãs Mariana e Karla por acreditarem em mim, à Bárbara (Mestre em Geologia – UnB) por escutar às minhas inúmeras lamentações.

Agradeço à minha mãe, que mesmo sem entender exatamente o que faço, acredita que estou fazendo o melhor e foi a minha primeira incentivadora e minha fã número 1.

Por fim, agradeço a mãe de um dos imigrantes que infelizmente veio a óbito em 2023. Ela foi responsável pela construção do ser humano incrível que o (a) filho (a) dela é. Que ela descanse em poder junto aos nossos ancestrais.

*“Existe uma história do negro sem o Brasil, o que não existe é o uma história do Brasil
sem o negro”.*

- Januário Garcia

RESUMO

Entre os anos 2011 e 2022 houve uma grande movimentação de imigrantes do continente africano em direção ao Brasil. Até meados da última década com um fluxo mais intenso, seguida de uma redução nos últimos anos. O presente estudo se fez necessário devido ao polo silencioso que é o Distrito Federal no que diz respeito à imigração africana, mesmo que desde 2014 em diante fosse perceptível o aumento da presença negra africana em várias partes do Distrito Federal, assim como das investigações sobre o tema. A pesquisa buscou refletir sobre os fatores que levaram uma parte desses imigrantes a escolher o Distrito Federal como local de acolhimento e a pensar nas questões históricas, laborais e sociais que motivaram essas pessoas a migrarem para o Distrito Federal. Outro foco central da investigação foi compreender e identificar as formas de acolhimento e violências sofridas por elas, a partir de seus discursos sobre suas experiências. Este trabalho é de caráter qualitativo, sendo assim, foi utilizado como metodologia a História Oral, em que entrevistas foram realizadas com quatro imigrantes africanos. Para analisar e compreender os fatores que os levaram a imigrar foi realizada uma discussão sobre a diáspora africana, o período colonial e o pós-independência em África, além de aspectos relacionados aos debates teóricos sobre a ideia de raça e os efeitos do racismo e da xenofobia– e como estes operam, principalmente no Brasil. Realizamos também a análise sobre as relações trabalhistas e o racismo no Brasil a partir da condição dos imigrantes africanos. Ainda foram utilizados dados quantitativos oriundos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Em Liquidação) (CODEPLAN), que elucidam em números o lugar do Distrito Federal na diáspora africana em relação ao Brasil e outros estados. Por fim, discutiu-se os anseios em relação ao retorno a terra natal e as problemáticas que este implica, que vão desde o sonho de continuar a trajetória em outro país, ao medo de retornar ao país e as incertezas sobre o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Diáspora. África. Raça e racismo. Imigração Africana. Distrito Federal.

ABSTRACT

Between 2011 and 2022 there was a large movement of immigrants from the African continent towards Brazil. Until the middle of that decade, there was a more intense flow, followed by a reduction in recent years. The present study was necessary due to the silent pole that is the Federal District about African immigration, even though since 2014 onwards there has been a noticeable increase in the black African presence in various parts of the Federal District. The research sought to reflect on the factors that led some of these immigrants to choose the Federal District as a place of reception and to think about the historical, labor and social issues that motivated these people to migrate to the Federal District. Another central focus of the investigation was to understand and identify the forms of reception and violence suffered by them, based on their speeches about their experiences. This work is of a qualitative nature, therefore, Oral History was used as a methodology, in which interviews were carried out with four African immigrants, from different backgrounds. To analyze and understand the factors that led them to immigrate, a discussion was held on the African diaspora, the colonial and post-independence periods in Africa, as well as aspects related to theoretical debates on the idea of race and the effects of racism and xenophobia—and how they operate, mainly in Brazil. We also conducted an analysis of labor relations in Brazil based on the condition of African immigrants. Quantitative data from the National Migration Registry System (SISMIGRA), General Register of Employed and Unemployed Persons (CAGED), District Household Sample Survey (PDAD) and the Federal District Planning Company (In Liquidation) (CODEPLAN) were also used. , which elucidate in numbers the place of the Federal District in the diaspora in relation to Brazil and other states. Finally, the desires regarding returning to their homeland and the problems they entail were discussed, ranging from the dream of continuing the immigration trajectory to another country, to the fear of returning to the country and uncertainties about the future.

KEYWORDS: Diaspora. Africa. Race and racism. African immigration. Federal District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rota dos imigrantes senegaleses em direção ao Rio Grande do Sul.	46
Figura 2 - Fluxo migratório de imigrantes africanos de 2010 a 2022	48
Figura 3 - Fluxo migratório de imigrantes africanos de 2010 a 2022 no Distrito Federal	50
Figura 4 - Fluxo migratório de imigrantes africanos de 2010 a 2022 para o Brasil separados por sexo masculino e feminino	51
Figura 5 - Taxa de admissão de imigrantes africanos no Distrito Federal (2011 a 2022)	53
Figura 6 - Taxa de desligamento de imigrantes africanos no Distrito Federal (2011 a 2022)	53
Figura 7 - Taxa de admissão de imigrantes africanos no Rio Grande do Sul (2011 a 2022)	54
Figura 8 - Taxa de desligamento de imigrantes africanos no Rio Grande do Sul (2011 a 2022).....	54
Figura 9 - Renda Per Capita por Região Administrativa (2020).....	59
Figura 10 - Renda per capita mais baixa e mais alta do DF (2020)	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por raça/cor da pele, Distrito Federal, 2021 (%)	58
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Em Liquidação)

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

RDC – República Democrática do Congo

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 “ <i>Não consigo entender o racismo no Brasil</i> ”: O passado escravista e seus reflexos no presente.....	22
1.1 “ <i>Como explico o racismo no Brasil?</i> ”: a construção da ideia de raça.....	23
1.1.1 “ <i>Você não toma banho não?</i> ”: a desumanização do corpo negro	31
1.2 Quando o racismo que não é dito, mas é vivido	35
1.3 Diáspora africana e a História conectadas	38
1.3.1 O Brasil e o Distrito Federal na rota da Diáspora Africana	41
2 “ <i>Agora você vai voltar para o seu país!</i> ”: a onda anti-imigração no Brasil e no mundo, racismo e xenofobia combinados.....	64
2.1. “ <i>Eu penso que eu tenho que me esforçar o dobro para ter o mínimo</i> ”	65
2.2.1 “ <i>O sapato ia ajudar nós, mas ele não quer</i> ”: reflexos do passado escravista e o patrão racista nos dias de hoje	77
2.3. “ <i>Agora você vai voltar para o seu país!</i> ”: ascensão dos discursos da extrema direita no Brasil e no mundo	81
3 “ <i>Você me desculpa, mas eu não vou voltar!</i> ”: os anseios sobre o futuro e o retorno a terra de origem.....	89
3.1. “ <i>A nossa culpa só vai ser vista daqui a 30 anos</i> ”: a nova diáspora africana que luta por autonomia política africana, mas vê o retorno como missão.....	90
3.1.1 A cada porta que se abre há um obstáculo que a fecha	99
3.2. “ <i>Eu não vou conseguir mudar as coisas no meu país</i> ”: a responsabilidade atribuída a nova geração	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

Dos 26 anos de vida que tenho, desde os 6 anos de idade cruze a cidade para estudar. A minha mãe presumia que as escolas públicas do Plano Piloto possuíam mais qualidade, e conseqüentemente estaria me livrando de “tudo o que não presta”, de tudo que a periferia tinha a oferecer. Não tiro sua razão, pois a 20 anos atrás, Planaltina vivia tempos sombrios com alto índice de criminalidade, e por minha mãe trabalhar no Plano Piloto era mais fácil de acompanhar minha vida escolar (reuniões, eventos etc.). Então, do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio eu estudei em escolas públicas da Asa Sul, bairro nobre de Brasília.

Desde os meus primeiros anos de escola pública na Asa Sul foi possível notar a pouca quantidade de alunos pretos na escola. Em uma sala com cerca de 25 alunos, havia entre dois e três alunos pretos (eu inclusa). Esse tipo de “contagem” e a procura de semelhantes é mais comum do que eu imaginava, e essa ação involuntária ocorria ao andar pelas superquadras, “quantas pessoas pretas eu conseguia ver ali?”. A presença preta existia na maioria das vezes com empregadas domésticas passeando com os cachorros dos patrões, babás supervisionando os filhos dos patrões brincando no parquinho, o zelador do bloco, garis fazendo a limpeza das quadras. A presença preta era, em sua maioria, de subserviência ou de trabalhos subalternizados dentro das lógicas colonial, capitalista, racista, classista e de gênero.

A Rodoviária do Plano Piloto sempre foi um lugar de parada durante meu trajeto para a escola, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio (CEM Setor Leste, SGAS 611/612). Durante o ensino médio a Rodoviária tornou-se um lugar onde eu frequentava quase diariamente devido as atividades escolares, então, com idas frequentes, inconscientemente eu “mapeei” quais lojas tinham, os rostos dos trabalhadores formais e informais – e o que vendiam –, quais eram mais insistentes, quais evitar, enfim... são tipos de observações que passam despercebidos por muitos.

A mudança nos tons de pele das pessoas que ocupavam aquele espaço não ocorreu paulatinamente, foi “da noite para o dia”. A Diáspora Africana passou a me intrigar desde aquele momento, em 2014 (quando eu nem tinha consciência que estava presenciando um

dos reflexos das diásporas africanas) ao andar pela Rodoviária do Plano Piloto e era visível a presença negra retinta com diferentes sotaques na plataforma superior. O encontro com aquelas pessoas fez com que várias curiosidades fossem despertadas em mim, como: por que vieram para Brasília? O que ocorreu em seus países de origem? Como e onde estão vivendo? Em quais condições? Será se precisam de ajuda? Se sim, como eu poderia ajudar?

Aproveito aqui para reiterar que, enquanto pessoa preta, que realizou e realiza (in)conscientemente a contagem de seus semelhantes nos espaços que visita, passei a perceber essa presença de forma diferente dos demais que não tem consciência e letramento racial. Enquanto meus questionamentos eram de atenção, empatia e cuidado, os questionamentos dos demais poderiam ser entoados em cunho racista e xenofóbicos (“o que estão fazendo aqui?”; “não percebem que estão atrapalhando a passagem?”; “por que não voltam de onde vieram?”).

Em 2016 me ausentei de Brasília e fiz a minha graduação em História na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em Teresina-PI. A minha trajetória acadêmica com essa temática é em si bem recente, durante a graduação realizei a pesquisa do PIBIC e da monografia na área de pesquisa chamada de Estado, Poder e Política. Não foi uma área escolhida por mim, foi esta área que me escolheu. Sempre tive afinidade ao que cerne a História Social, talvez devido a influência da Professora doutora Cristiana Costa que desenvolvia e desenvolve pesquisas no âmbito da exploração do trabalho no meio rural. Todavia, a área de Estado, Poder e Política contribuiu com um esclarecimento político a respeito de democracia e do funcionamento das formas governanças, portanto, algumas análises deste trabalho têm influência dessa formação.

Durante a graduação eu tive uma grande decepção com uma disciplina nomeada “História da África e da Ásia”. Sim, a África que já não bastava ser negligenciada ainda tinha que dividir o espaço com a Ásia. Para além da reduzida carga horária, a disciplina foi tratada com descaso. Um exemplo deste tratamento displicente – outros estudantes concordavam com essa avaliação –, foi que na primeira unidade da disciplina metade da turma deveria escolher um país africano qualquer e a outra metade escolher um país asiático, pesquisar na internet sobre aqueles países e apresentá-los em toda aula. Sim, a primeira unidade dessa disciplina foi realizada pelo *Wikipedia*. No que tange à historiografia africana foi nos apresentado um historiador africano – que sinceramente, não recordo o nome –, depois foi realizado uma dinâmica em grupos, em que cada grupo ficou responsável em ler um livro de literatura africana de autores africanos. O livro que

foi designado ao meu grupo foi do escritor malinês Amadou Hampâté Bâ, “*Amkoullel, o menino fula*”. Este livro apresentava a importância da tradição oral para as sociedades *fulas* e para outras que também usam deste método para perpetuar as suas histórias e memórias.

E ao que concerne à Ásia, foi lido o livro do teórico pós-colonial palestino-estadunidense Edward Said, *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Então, imagina esperar a metade do curso para poder enfim cursar essa disciplina e não aprender sequer o superficial? Sendo assim, considero que 70% do que aprendi até o presente momento foi com o professor e meu orientador.

Apesar dessa infeliz experiência com esta disciplina, a Diáspora Africana nunca saiu da minha cabeça, era algo que, de certo modo, me causava inquietação. Alguns momentos de visita à cidade, notei que paulatinamente essas pessoas foram “sumindo” da Rodoviária, restando hoje alguns poucos imigrantes, então o questionamento mudou: para onde foram?

Alguns anos depois de iniciar o curso de História, descobri que era possível fazer pesquisa sobre essa temática, e que há diferentes formas e caminhos de desenvolver pesquisas nesse segmento, uma delas com a utilização da História Oral. Muitas vezes, o primeiro contato com as pessoas e grupos eleitos para uma investigação no campo das ciências sociais e humanas é bem complicado. O/a investigador/a precisa demonstrar humanidade, respeito e ética, e deve se aproximar com sutileza e ganhar a confiança das pessoas eleitas como narradores/pensadores desta pesquisa, e isso leva tempo. Outras vezes é necessário que alguém faça a intermediação, o “meio de campo”, como com os estudantes da UnB, que para conhecê-los – mesmo que de forma superficial – teve a intervenção de um servidor responsável pelo do PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação), o Rogério. Ele fez essa ponte ao me convidar e permitir que eu participasse de uma reunião dos alunos do PEC-G. Ao fazer o primeiro contato, fui conhecendo e tentando uma aproximação com alguns alunos. O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação é uma iniciativa do governo federal, criado em 1965, em parceria com universidades públicas (federais e estaduais) e particulares, com outros países em que o Brasil mantém acordos educacionais e culturais¹. Este programa seleciona alunos estrangeiros para cursar a graduação, todavia é necessário que o aluno atenda a alguns

¹ Acerca do programa consultar as referências disponibilizadas pelo Ministério da Educação na seguinte página: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/62841-programa-de-estudante-convenio>, acesso em 12.10.2023.

critérios: “provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa” (BRASIL, 2018)².

O PEC-G conta com 71 países participantes. Destes, 29 são países da África (África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia)³. O processo seletivo é burocrático (conforme relatado por um dos participantes desta pesquisa), desde a pré-seleção até a seleção final. Ainda na pré-seleção apresenta-se uma série de documentos: “declaração de compromisso, histórico escolar do ensino médio, comprovante de capacidade econômica dos pais e responsáveis, acompanhado da declaração de conclusão” (BRASIL, 2018). Para aqueles oriundos de países lusófonos é necessário a aprovação no Celpe-Bras⁴. Para aqueles que não são lusófonos e que não tenha aplicação do exame em seus respectivos países, poderão prestar o exame no Brasil. Os candidatos selecionados dirigem-se ao Brasil, estudam e aprendem português durante um ano e realizam a prova do Celpe-Bras.

Outro momento relevante para esta investigação foi minha participação, como ouvinte, da Semana da África da UnB (2023) promovida em grande parte por estudantes africanos. Esta semana acadêmica contou também com professores e palestrantes para falar sobre o PEC-G e de aspectos geopolíticos da África. Foi destacado na fala de professores e nos relatos de alguns alunos sobre o rigor desnecessário que é o exame do Celpe-Bras, tendo em vista o pouco tempo que há entre aprender o idioma e realizar a prova. Há uma pressão e uma cobrança muito grande sobre os participantes, pois se não passarem no exame eles devem retornar ao seu país e a oportunidade de realizar a graduação é perdida. A prova é dividida em duas partes. Uma parte escrita, com 3 horas de duração em que o participante deverá demonstrar mais de uma habilidade no domínio da Língua Portuguesa com quatro tarefas de produção textual. Já a parte oral tem 20

² Ver na íntegra: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>.

³ Ver na íntegra: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre>

⁴ Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame brasileiro oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira. O exame é aplicado semestralmente no Brasil e no exterior pelo Inep, com apoio do Ministério da Educação (MEC) e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Ver na íntegra: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>

minutos de duração e “consiste em uma interação presencial, face a face, entre o participante e o avaliador-interlocutor”⁵ (BRASIL, 2021). Nitidamente é uma prova com o alto nível de dificuldade, que por ora não leva em consideração este curto espaço de tempo de aprendizado e a realidade dos participantes do Programa PEC-G.

Durante estes debates ocorridos na Semana da África (2023), entre alunos e professores e entre os próprios estudantes africanos, era nítido a pluralidade de ideias, pensamentos e experiências diversas sobre a África – com estudantes oriundos de diferentes realidades, regiões e vivências. Três alunos congolezes, por exemplo, me apresentaram “três” Repúblicas Democráticas do Congo diferentes, a partir de suas percepções e experiências vividas em seu próprio país e as mudanças que deveriam ocorrer para transformar as condições de vida naquele país, que flutuavam entre uma realidade pragmática e a utopia desejada.

Aproveito aqui para frisar a importância que a Semana da África (2023) tem neste trabalho. Pois, por mais que durante as entrevistas e conversas com os imigrantes participantes dessa investigação eu tivesse acesso a diferentes relatos e discursos sobre as condições diaspóricas, persistiam algumas lacunas que não podiam ser superadas. Essas lacunas – ocultas –, em parte, eram causadas pela minha condição de observadora ou pesquisadora, que a partir de um lugar social, histórico e identitário diferente (historiadora, pesquisadora e brasileira). Esse lugar, muitas vezes, poderia produzir uma relação assimétrica com os entrevistados, que estavam em um lugar de vulnerabilidade (econômica, legal, de pertencimento). Dessa forma, o que fosse dito ou expresso por eles poderia ter alguma consequência (mesmo com a existência de leis que os protegem), o que de certo modo fez com que, em alguns momentos, os imigrantes acompanhados por essa investigação discorressem sobre suas experiências diaspóricas com reservas. Então, em um momento como aquele criado pela Roda de Diálogos da Semana da África, quando os estudantes/imigrantes africanos se sentiam mais acolhidos entre si, pude observar diferentes relatos sobre suas dificuldades e experiências em comum. Suas narrativas se enchiam de detalhes, várias vezes confirmadas por diversos estudantes que também estavam presentes quando determinada situação ocorreu.

Não se pode negar que a África é um continente plural, não podemos presumir que todos os países são iguais, mesmo que existam similaridades, existem também as profundas diferenças. Entretanto, preciso fazer uma observação de que as experiências da

⁵ Ver o Edital de Abertura: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-35-de-8-de-julho-de-2021-331996083>. Acesso em: set. 2023.

condição diaspóricas faziam que às similaridades superassem em muito as diferenças. Pode ser presunção da minha parte chegar a essa conclusão, no entanto, os debates realizados pelos estudantes do PEC-G mostram isso, em que as narrativas se conectam e a realidade cotidiana de quem vive na capital da Guiné-Bissau é bastante parecida com aquela de quem vive em Kinshasa (RDC). E de quem vive a experiência diaspórica no Distrito Federal ou em Lisboa também se assemelham.

No decorrer da realização dessa pesquisa, a partir da experiência de conhecer essas pessoas, com inúmeras conversas realizadas antes de chegar às entrevistas mais formais, tive a minha própria condição identitária marcada por profundas reflexões e pelas falas dos imigrantes. O lugar social que ocupo nesta cidade (e país) como estudante, trabalhadora e mulher afrodescendente não retinta, foram tensionados e ressignificados. Parece óbvio, mas o fato de saber como eu aprendi a me portar e agir ao longo de toda a minha vida por conta do racismo estrutural e escutar destes imigrantes, que estão aprendendo a lidar com certas situações agora, pois não existe – de forma tão aparente – esta dinâmica racial em seus países, me fez redimensionar essas experiências, de uma forma que até então ainda não tinha me ocorrido. Todos esses elementos participaram de diferentes formas dessa investigação, que apresento de forma mais detalhada a seguir.

Entre os anos 2011 e 2022 houve uma grande movimentação de imigrantes do continente africano em direção ao Brasil. Até meados da última década com um fluxo mais intenso, seguida de uma redução nos últimos anos. O presente estudo se fez necessário devido ao polo silencioso que é o Distrito Federal no que diz respeito à imigração africana, mesmo que desde 2014 em diante fosse perceptível o aumento da presença negra africana em várias partes do Distrito Federal, assim como das investigações sobre o tema. A pesquisa buscou refletir sobre os fatores que levaram uma parte desses imigrantes a escolher o Distrito Federal como local de acolhimento e a pensar nas questões históricas, laborais e sociais que motivaram essas pessoas a migrarem para o Distrito Federal. Outro foco central da investigação foi compreender e identificar as formas de acolhimento e violências sofridas por elas, a partir de seus discursos sobre suas experiências. Este trabalho é de caráter qualitativo, sendo assim, foi utilizado como metodologia a História Oral, em que entrevistas foram realizadas com quatro imigrantes africanos. Para analisar e compreender os fatores que os levaram a imigrar foi realizada uma discussão sobre a diáspora africana, o período colonial e o pós-independência em África, além de aspectos relacionados aos debates teóricos sobre a ideia de raça e os efeitos do racismo e da xenofobia– e como estes operam, principalmente no Brasil.

Realizamos também a análise sobre as relações trabalhistas e o racismo no Brasil a partir da condição dos imigrantes africanos. Ainda foram utilizados dados quantitativos oriundos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Em Liquidação) (CODEPLAN), que elucidam em números o lugar do Distrito Federal na diáspora africana em relação ao Brasil e outros estados. Por fim, discutiu-se os anseios em relação ao retorno a terra natal e as problemáticas que este implica, que vão desde o sonho de continuar a trajetória em outro país, ao medo de retornar ao país e as incertezas sobre o futuro.

Os quatro participantes desta pesquisa⁶ são naturais do Senegal, Benin e República Democrática do Congo. Haymitch é do Senegal, mais precisamente da capital Dacar, é um homem de 43 anos, trabalha na Rodoviária do Plano Piloto como comerciante informal vendendo roupas – na maioria das vezes camisetas –, não tem filhos, é solteiro, mora sozinho, não tem ensino superior e sua família ainda está no Senegal. Enquanto estava em Dacar a sua renda vinha também do comércio dos cultivos que ele e sua família faziam. Diferente dos outros participantes, a compreensão formal do português não é tão boa quanto dos alunos provenientes do PEC-G (que tiveram que fazer uma prova de proficiência de português), então, para a melhor compreensão do leitor optei por expor o relato com alguns ajustes de redação. Diariamente, ao sair do trabalho na L3 Norte e ir para o Setor Bancário Norte, eu passava pela Rodoviária, e todos os dias eu o via e me faltava coragem para abordá-lo. Eu estava pronta para a resposta negativa em relação ao convite, mas ele foi aberto comigo, um pouco desconfiado sobre o uso da entrevista, se seria televisionado, se iria para as redes sociais etc. Contudo, nunca foi o objetivo desta investigação expor os rostos e os nomes verdadeiros dos participantes.

Peeta (24 anos) e Boggs (30 anos) são da República Democrática do Congo (RDC) e estudantes da UnB. Peeta é um jovem solteiro, sem filhos, nasceu e viveu na capital Kinshasa, seus pais são comerciantes, e sua família é grande, ele tem cinco irmãs e um irmão, destes alguns já são casados e também migraram para outros países. Peeta chegou no Brasil em 2018. Boggs também é um jovem solteiro e sem filhos, chegou no Brasil em 2017. Antes vivia também na capital Kinshasa, com a sua família, seu pai é funcionário público do governo, a sua família também é grande, em sua casa totaliza sete pessoas,

⁶ O roteiro das entrevistas está disponível no Anexo 1 dessa dissertação, na página 125.

sendo então, cinco filhos. Peeta e Boggss moram na Residência Universitária – Casa do Estudante.

Annie é uma jovem do Benin (e a única participante do gênero feminino), solteira e sem filhos, também mora na Casa do Estudante e divide o apartamento com o Peeta. Ela tem 23 anos, diferente dos demais, ela não vivia na capital do país (Porto Novo). Annie vivia com a sua família em Cotonou – a maior cidade do Benin –, com seus pais e sua irmã mais velha. Annie chegou ao Brasil em 2019.

O primeiro capítulo da dissertação promove a discussão sobre raça e como o racismo se tornou algo presente e estrutural na sociedade brasileira. Esta temática se fez necessária pois um dos questionamentos pontuados por um dos imigrantes africanos entrevistados foi a incompreensão e a surpresa de ainda encontrar um racismo tão profundo em um país em que mais da metade da população se autodeclara negra. No esforço de refletir sobre o tema e encontrar respostas para essa interrogação me forçaram a retomar os estudos sobre os efeitos do colonialismo e do racismo, do sistema escravista, do capitalismo e das afrodiásporas. Como referencial teórico as obras do historiador e filósofo Achille Mbembe foram primordiais, pois ele dialoga com a questão de raça e racismo, assim como os trabalhos do sociólogo jamaicano Stuart Hall. Dentre as várias justificativas desses crimes contra a humanidade, que foi a escravidão de pessoas negras e o colonialismo, podemos encontrar também os motivos religiosos - cristãos e islâmicos -, e para este último o historiador senegalês Tidiane N’Diaye se fez necessário para tornar esclarecedor como ocorreu o período escravagista promovido pelos muçulmanos. A escravização de pessoas negras teve como objetivo reduzi-los a menos que seres humanos, desumanizá-las e tratá-las como objetos e por ora, como seres inferiores também.

Por perpetuar esses sistemas por séculos no Brasil, o racismo estrutural foi infiltrado e entranhado nos pormenores da sociedade brasileira, a tal ponto que, o seu *modus operandis*, ou seja, o racismo no Brasil, fugiu a compreensão dos imigrantes africanos. Ao olhar fixamente para o Distrito Federal é notório a segregação racial e social que há na cidade, uma cidade em que a renda per capita é uma das mais altas do país, mas em que as desigualdades também são extremas, assim como as discrepâncias entre renda e projetos urbanísticos, de planejamento e de qualidade de vida entre as diversas cidades-que o compõem. Ainda neste capítulo apresentamos como o Brasil e o Distrito Federal tornaram-se opção de lugar para imigrar, e para isso é realizada uma discussão em torno da diáspora africana, junto com os dados oriundos do Sistema de Registro Nacional

Migratório (SISMIGRA), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Em Liquidação) (CODEPLAN), que elucidam em números o lugar do Distrito Federal na diáspora.

O segundo capítulo tem como objetivo tratar do cotidiano laboral destes imigrantes no Distrito Federal e dialoga com a rota trabalhista que Haymitch fez no Brasil até chegar em Brasília. Além disso, é tratado a relação existente de empregador e empregado atualmente e como desenvolveu essa relação desde a abolição da escravidão, e como ocorre essa relação quando diz respeito a imigrantes africanos. Ao analisar os quesitos – dentre vários que há – sobre o que classifica uma pessoa como cidadã e não escrava ainda no período imperial, está o sapato como aspecto diferenciador. Estar devidamente calçado implica em um status social e político que ainda atualmente é importante. E está estritamente relacionado como a situação vivenciada por Haymitch durante o período que trabalhou no Rio Grande do Sul.

Ao optarem pela imigração há contextos que os conduziram para tal, e as circunstâncias e motivos estão em seus países. Dito isso, é feita uma análise e discussão sobre o período colonial e o pós-independência dessas nações, e como isto implicou e implica nos governos que se sucederam, e, por conseguinte como se estrutura a sociedade e adversidades que respigam na população. Neste capítulo ainda é abordado sobre a xenofobia e a maneira que os discursos inflamados da extrema direita no Brasil e no mundo na última década foram combustíveis para que fosse proferida palavras de ordem contra os imigrantes.

Por fim, o capítulo 3 expõe os diferentes pontos de vista que há sobre a realidade e atualidade de África, ao que cerne a obrigatoriedade ao retorno que os estudantes do PEC-G da Universidade de Brasília têm ao finalizar o curso no Brasil. As considerações pontuadas durante a Semana da África (2023) são de pessoas já apresentadas anteriormente, Boggs e Peeta, ambos da República Democrática do Congo e de outros alunos. Para estes outros alunos, receberão o nome de “Estudante” e uma numeração: Estudante 1, Estudante 2, e assim por diante.

A minha participação na Semana da África fora como ouvinte e observadora das discussões que volta e meia eram feitas. Conforme exposto em outro momento, há uma pluralidade de pensamentos sobre a África, seja no contexto de continente, seja nas particularidades de cada nação. Dito isso, é necessário do leitor atenção para notar essas nuances, pois são sutis.

Enquanto para alguns o retorno é um dever em que se deve contribuir para o crescimento e evolução de sua respectiva nação e a África como um todo, outros já contra-argumentam e explanam sobre seus anseios e perspectiva de futuro e que, as opções oferecidas não sejam tão facilmente realizáveis, e há aquele que defende o retorno de forma planejada, caso contrário não terá êxito naquilo que almeja. Alguns teóricos foram utilizados para contextualizar e apresentar uma explicação ao que diz respeito os recursos naturais e como estes podem se tornar uma maldição para o país, foram eles: Jeffrey D. Sachs e Andrew M. Warner, Nathan Jensen e Leonard Wantchekon, e por última Charlott J. Lundgren. As ponderações de Kabengele Munanga em *“Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafio para o milênio”* são primordiais para contextualizar e compreender os pensamentos trazidos por esses estudantes.

A imigração africana é um assunto atual, urgente e de relevância mundial, uma vez que essas pessoas estiveram e estão em constante deslocamento. Se faz necessário analisar e compreender de qual maneira essas pessoas estão compondo a sociedade e o lugar social que estão ocupando e que ocuparão. Esta temática dialoga com experiências do passado, do tempo presente e com perspectivas de futuro.

1 “*Não consigo entender o racismo no Brasil*”: O passado escravista e seus reflexos no presente

O título deste capítulo – selecionado de uma das entrevistas realizadas – apresenta uma afirmação que nos força a uma profunda reflexão e a uma discussão em diferentes níveis sobre o racismo enquanto um fenômeno marcante na história do país. Não há como pensar no Brasil sem incluir a questão racial, que está entrelaçada com a própria formação de nossa sociedade, que apesar de passar por profundas transformações, ainda exhibe traços extremamente conservadores, violentos e desiguais. Todas as engrenagens que possibilitam essa nação funcionar estão intrinsecamente associadas à questão racial, seja pela força e potência da presença negra em nossa história, seja pelos efeitos ainda vividos da colonização e do racismo.

O processo escravagista no Brasil e a construção da ideia de raça – e em outras regiões – foram influenciados e constituintes de vários aspectos do capitalismo. Aliado a esse modo de produção está a religião cristã que foi tão conivente e participante quanto as instituições governamentais e os agentes econômicos. Todos esses elementos em conjunto produziram um sistema de representações e estruturas materiais marcados pela destituição das características humanas em pessoas negras e pela plena exploração do seu trabalho e de suas vidas. Marcados por uma profunda negação e destruição de tudo que é de qualidade ou característica negra e africana, os efeitos do racismo moderno interferem diretamente na estrutura social e econômica do mundo contemporâneo (MBEMBE, 2014). Não obstante, a vivência do racismo por imigrantes africanos no Brasil contemporâneo pode soar estranho para eles, por não terem vivenciado esta prática em seus países, já que grande parte deles nasceu no período pós-colonial já sem a presença direta das forças coloniais e dos colonos europeus que também produziram em África sistemas de opressão baseados na raça e no racismo, e pelo fato do Brasil ainda ser visto internacionalmente como uma democracia racial.

Ainda nesta seção irei discutir os efeitos sobre a diáspora africana no período moderno-colonial e no contexto pós-colonial de África e como as nuances desses movimentos têm influências nas relações e nos cenários geopolíticos dentro e fora de África, de modo a tornar compreensível a inserção do Brasil neste cenário de rotas

migratórias. Uma das alavancas que impulsionam este movimento migratório da diáspora está relacionada com as oportunidades de trabalho e de formação acadêmica, fatores que estão – intrinsicamente – associados à qualidade de vida e à possibilidade de mudanças no presente e do futuro. Todavia, nas relações de trabalho no Brasil estão ainda marcadas por resquícios da escravidão e por vezes há situações de direitos trabalhistas omitidos objetivando a exploração da mão-de-obra dessas pessoas, que na maioria das vezes, são pessoas negras. Além disso, não podemos ignorar a segregação racial vivida nas universidades brasileiras até o começo do atual século, que excluía do espaço universitário grande parcela de sua população, majoritariamente negra (CARVALHO, 2005). Dito isso, não podemos negligenciar a temática racial das estruturas de relações que foram formativas da sociedade brasileira.

1.1 “Como explico o racismo no Brasil?”: a construção da ideia de raça

Para os brasileiros negros, nascidos e criados neste país, a compreensão sobre a prática do racismo é mais “clara” devido à convivência neste meio, em comparação às novas gerações de africanos e para aqueles que iniciaram suas trajetórias diaspóricas, como é o caso de Peeta, um dos jovens imigrantes africanos entrevistados nesta pesquisa.

“Não faz sentido o Brasil ter... eu acho que o Brasil tem mais de 50% de negros, né? Mas, como explicar o racismo aqui? Como explico o racismo no Brasil? Às vezes não faz sentido ter o racismo tão forte, enquanto o país tem uma grande..., uma grande porcentagem de negros. É triste, é triste” (Peeta, 24).

Por mais que não seja o ponto central de toda a pesquisa que desenvolvi, esse elemento não pode ser descartado, uma vez que os movimentos diaspóricos moderno e contemporâneo estão associadas a ideia de raça e ao racismo, mesmo que sejam maiores que a categoria e o fenômeno descritos. Partindo do conceito defendido por Stuart Hall, é necessário pensar raça como “uma construção discursiva, um significante deslizante” (HALL, 2013, p. 1). Ainda que existam “defensores” de que não existam “raças humanas”, mas sim a “raça humana” – o que nos diferenciaria de animais, por exemplo – , este termo não deve ser pensado como questão genética e/ou biológica. Se raças não existem no sentido biológico, elas existem nos sistemas de classificação social e que

organizam e hierarquizam diversas sociedades e diferentes temporalidades e espaços. Stuart Hall afirma que:

O que quero dizer com “significante flutuante”? Para falar em termos bem genéricos, raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis. Precisamos, portanto – diz-se – substituir a definição biológica de raça pela sócio-histórica ou cultural. (HALL, 2013, p. 1).

A perspectiva defendida por Hall (2013) compreende que a ideia de raça é algo construído discursivamente com a intenção de classificar e categorizar os seres humanos, determinando assim o tipo de tratamento que as pessoas irão receber a partir das características fenotípicas e discursivas e não genéticas ou biológicas. O filósofo Achille Mbembe (2014), no livro *Crítica da Razão Negra*, afirma que a primeira grande estrutura de classificação das sociedades humanas pautada na definição biológica das raças foi elaborada por um importante naturalista francês, Georges-Louis Buffon. Buffon afirmava que onde “a linguagem acerca dos mundos outros era construída a partir dos preconceitos mais ingênuos e sensualistas, e formas de vida extremamente complexas são trazidas à pura simplicidade dos epítetos” (MBEMBE, 2014, p. 39). A interpretação do naturalista gerou um pensamento que se infiltrou e fez parte da constituição da modernidade ocidental, de modo que o negro passou a ser representado como “algo” quase humano, mas que seria inapto de sobrepular a característica animalesca e incapaz de levantar-se a altitude de seu deus, a partir de conceitos racistas biológicos e evolucionistas (MBEMBE, 2014, p. 39).

Isto posto, Hall (2013) propõe a substituição de definição de raça de biológica para sócio-histórica ou cultural, que implica em considerar e analisar as justificativas as quais levaram a escravizar pessoas negras e conseqüentemente a “imposição” dos movimentos diaspóricos na modernidade. Os motivos foram os mais diversos, pautados em argumentos econômicos, políticos, socioculturais e religiosos. O motivo religioso – a meu ver – uma das razões mais robustas e enraizadas que conduziu a prática da escravidão e do racismo. Há uma tendência em separar os motivos anteriormente elencados, mas é relevante pensá-los como uma unidade, onde estão todos conectados.

Concordamos com Mbembe (2014, p. 31) quando ele afirma que o princípio de raça foi constituído sob o signo do capital. As consequências da constituição sob este signo são bastante visíveis no Brasil (assim como em outros países que passaram pelo processo de colonização e onde houve grande entrada de negros africanos na condição de escravizados), na distribuição de renda, nas taxas de mortalidade, nas moradias, ao acesso à saúde e educação, na população carcerária, dentre outros segmentos.

O historiador nigeriano Joseph E. Inikori defendia que o impacto econômico do tráfico de pessoas da África a partir do século XVI foi um fator primordial para o advento da ordem econômica capitalista do século XIX. Inikori (2010, p. 95) afirmava que a prática da escravidão na América influenciou diretamente nas mudanças capitalistas da América do Norte e da Europa Ocidental, e que tais influências recaíram na América Latina, Caribe e na África, de modo a fortificar as relações de dependência. Tais mudanças implicaram o desenvolvimento de alguns países europeus e o efeito contrário nos espaços coloniais devido a não adesão ao novo tipo de expansão econômica, causando também atrasos e dependência econômica em outros espaços (INIKORI, 2010, p. 104). Todavia, o cerne da questão deve retornar ao aspecto mercantil que foi atribuído aos africanos submetidos ao tráfico e à escravidão, de modo que o escravagismo era bastante rentável, em quase todas as suas formas.

Para viabilizar o crescimento econômico alicerçado na exploração de povos africanos a partir da escravidão dessas pessoas e do sistema colonial-capitalista-escravista, o aval da Igreja Católica foi primordial para colocar essas pessoas na zona do não-ser, retirando assim a sua humanidade e atribuindo o que há de mais perverso da personalidade humana ao aspecto racial.

Um dos argumentos mais usuais e que ainda hoje é fortemente propagado – e de certa forma aceito pelos racistas contemporâneos – seria da prática da escravidão no continente africano antes da chegada dos europeus ocidentais (HENRIQUES, 2003). Não se pode negar que existiam sim formas de servidão e dependência entre várias sociedades de origem africana, entretanto há uma diferença considerável no sentido de escravidão para o Ocidente e para esses povos, ou da escravidão moderna colonial, para as formas africanas de “escravidão”. Para a modernidade ocidental ou para os sistemas coloniais modernos, a escravidão tinha um objetivo econômico e ocorria em larga escala, racializando, explorando violentamente e desumanizando milhões de africanos e indígenas (THOMPSON, 2016). Os africanos utilizavam a “escravidão” de forma

doméstica, onde aquele indivíduo escravizado não era transformado em “capital”, e sim tinha uma função social no grupo:

Era chamada de escravidão doméstica, que consistia em aprisionar alguém para utilizar a sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala, familiar. Se a terra era abundante, mas rareava mão-de-obra, esse tipo de escravidão servia para aumentar o número de pessoas a serem empregadas no sustento de uma família ou grupo. Afinal, a terra de nada valia sem que tivesse gente empregada no cultivo de alimentos. Os escravos eram poucos por unidade familiar, mas a posse deles assegurava poder e prestígio para seus senhores, já que representavam a capacidade de auto-sustentação da linhagem. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 14).

Havia outras maneiras de tornar uma pessoa escravizada nas sociedades africanas, “o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 15). Em outras sociedades a escravidão era até mesmo um método de sobrevivência “quando a fome e a seca se faziam desastrosos” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.15). Situações extremas clamam por medidas extremas, a pessoa que foi submetida a escravidão doméstica tem que desenraizar todas as práticas e idioma que costumava falar no grupo a qual pertencia, sobretudo, determinar uma pessoa à escravidão era análogo a desonra (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.15). Entretanto, a prática da escravidão doméstica possuía vários mecanismos de inibição da violência e da desumanização do cativo ou dependente, não chegando aos pés da brutalidade que foi a escravidão moderna colonial Ocidental. A escravidão praticada pelas sociedades africanas não era pautada em panoramas raciais e havia regras específicas para o seu funcionamento, diferente da prática escravista moderna colonial que além de desumanizar o negro para torná-lo um objeto mercantil com fins altamente lucrativos, estava estruturada em práticas de absoluta violência psicológica e física.

Devemos considerar nesse debate outro importante aspecto oriundo de um discurso de negação ou (des)responsabilização dos países europeus sobre os efeitos do tráfico de africanos escravizados. Nas últimas décadas um grupo de ideólogos, políticos e acadêmicos tem empregado o argumento de que a existência de formas de escravidão em África retirava dos europeus a responsabilidade histórica pelos seus efeitos (M'BOKOLO, 2010, p. 328-335). Contudo, a perspectiva sobre a existência pregressa da

“escravidão” em sociedades africanas é fruto da banalização e do emprego inadequado do termo “escravo” por sociedades ocidentais. A historiadora Isabel Castro Henriques chama atenção para a origem da palavra “escravo” e do interesse dos europeus em tornar o homem africano que foi “capturado” e “escravizado” em um escravo verídico. Sendo assim:

[...] tanto o *escravo* como a *escravatura* são termos recentes na história cultural do mundo: o termo *escravo*, do latim medieval *sclavus*, provindo de *slavus*, terá aparecido no século XIII, enquanto a palavra *escravatura* só teria integrado as línguas europeias no século XVI. A utilização dos dois termos deve-se assim a uma operação banalizadora que, em certo sentido, cria uma espécie de homogeneidade das práticas sociais, negando o próprio sentido da história (HENRIQUES, 2003, p. 62).

O que ocorre na experiência colonial moderna ocidental é uma total invenção ou fabricação “escravo” (HENRIQUES, 2003, p. 65). Desse momento em diante esta fabricação pauta-se em questões raciais e culturais e visa a destituição de características humanas do corpo africano com o objetivo de dominá-lo e integrá-lo a uma nova sociedade, a qual configura-se em uma pessoa objeto que estará inserido na relação de “senhor” e “escravo”. Entretanto, dado o momento que o Ocidente aplica a “fabricação do escravo africano” com o intuito da absorção do sistema escravocrata pelos africanos, não é levado em consideração o desconhecimento dos termos *escravo* e *escravidão* pelas sociedades africanas, cometendo assim, para além de um erro conceitual, uma falsificação das estruturas ao argumentar que os sistemas de dominação africanos eram similares aos sistemas escravistas coloniais modernos.

Começemos por uma constatação: nenhuma língua africana conhecia, antes da chegada dos europeus, a palavra *escravo* e menos ainda *escravatura*. Se bem que não possamos atribuir à língua os efeitos perversos desencadeados nas sociedades africanas pelo tráfico negreiro, a verdade é que esta banalização rejeitou as formas africanas mais subtis e mais apropriadas (HENRIQUES, 2003, p. 67).

O argumento que os africanos já praticavam e tinham conhecimento deste sistema, empregado por parte dos escravizadores e colonizadores europeus nas Américas, foi utilizado e propagado de forma errônea, sendo reproduzido até os dias atuais (THOMPSON, 2016). Todavia, por mais que as sociedades africanas possuíssem sistemas de dependência ou dominação, em momento algum até o século XVII seu sentido se aproximou das lógicas de propriedade ou empregadas pelo sistema capitalista, no que se entende como uma prática de venda, de capitalizar e tornar aquele sujeito um

objeto e a retirada da humanização do mesmo pelas sociedades africanas. Essa responsabilidade é inteiramente Ocidental, europeia e cristã.

O simples facto de existirem mecanismos que permitiam a alguém – homem ou mulher – tonar-se voluntariamente escravo de outra pessoa, sublinha a enorme flexibilidade do sistema, pois aquele que optava pela “escravatura” fazia-o para resolver um problema individual/pessoal – fome ou dívida, por exemplo –, recuperando a liberdade, apoiado pelo “proprietário”, logo que as circunstâncias se tornassem mais propícias. Da mesma maneira, em muitas sociedades africanas, o “escravo” dispunha de formas “legais” para mudar de proprietário, se assim o desejasse. (HENRIQUES, 2003, p. 68).

É válido ressaltar que antes da escravidão cristã houve a escravidão árabe-muçulmana, que tinha também o intuito de desumanizar o negro e torná-lo um objeto comercial. Mesmo que utilizando rotas diferentes, a finalidade era, em muitos aspectos, similar (N’DIAYE, 2019). Ainda assim, os danos causados às sociedades africanas pelos cristãos ocidentais são infinitamente superiores aos danos causados pelos muçulmanos – em termos de quantidade de pessoas traficadas e as implicações na contemporaneidade. De acordo com os historiadores Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho:

Com a expansão islâmica a história da África ganhou novos rumos. Desde os fins do século VIII, os árabes, partindo da região do Golfo Persico e da Arábia, disseminaram islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente, das armas. Eram as guerras santas, as *jihad*, destinadas a islamizar populações, converter líderes políticos e escravizar os “infiéis”, ou seja, quem se recusasse a professar a fé em Alá. Um dos primeiros povos a se converter ao islamismo, na África do Norte, foi o povo berbere. As cálifas, como ficaram conhecidas as grandes caravanas que percorriam o Saara, eram formadas principalmente de berberes islamizados. Foi assim, seguindo a trilha desses comerciantes, que o islamismo ganhou adeptos na região sudanesa, na savana africana ao sul do deserto do Saara. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 16).

Na citação acima é exposto um dos métodos islâmicos utilizados para conversão ou escravização dessas sociedades, sendo utilizado assim o Alcorão para justificar tais ações. A ideia é confirmada pelo historiador senegalês Tidiane N’Diaye (N’DIAYE, 2019, p.158).

Usavam abusivamente o Alcorão como pretexto para raziar os vizinhos infiéis, tirando-lhes tudo aquilo que possuíam. Era assim que, com a consciência perfeitamente tranquila, e por meios tão cômodos quanto

abençoados, a maior parte destas tribos árabes convertidas acabava por deixar de viver por si mesma. (N'DIAYE, 2019, p. 158).

Paulatinamente a “escravidão” doméstica, linhageira ou por dependência foi dando lugar a escravidão comercial praticada pelos árabes e europeus, potencializada com a criação dos espaços coloniais atlânticos a partir do século XVI. Mesmo que os europeus tivessem se deparado com diferentes sistemas escravagistas já estabelecidos e conhecidos pelas sociedades africanas nenhum deles era similar aquele construído na modernidade europeia. É importante reforçar a premissa da diferença entre escravidão doméstica/ por linhagem – que já foi discutido anteriormente – e a escravidão comercial/colonial/racial praticada por cristãos europeus ou mesmo pelos árabes muçulmanos. Ambas as sociedades, regidas pelo Alcorão e pela Bíblia, utilizam de passagens desses livros para justificar a escravidão do povo negro, com uma tentativa de ocultar a motivação racista dessa prática.

Havia uma aberta aliança entre a Igreja Católica e as coroas ibéricas (Estado). Para Portugal houve a garantia, através de bulas papais, do direito de clamar posse sob os territórios africanos e escravizar suas populações (RAMOS, 2021, p. 611). Em virtude dessa aliança, a expansão marítima europeia passou a ser caracterizada como parte de uma ação missionária cristã anti-islâmica ou de conversão de povos pagãos, onde parte da missão era evangelizar as populações das “novas terras”, justificando e legitimando o que seria a vontade divina “enquanto representantes de Deus nos novos espaços de conquista” (RAMOS, 2021, p. 611). Por conta dessa aliança conveniente, a Igreja Católica recebia novos fiéis e o Estado e seus agentes financeiros lucravam com a prática da escravidão.

Para justificar a escravidão dessas populações foram empregados diversos argumentos e teorias racistas, disfarçados de preceitos bíblicos interpretados por brancos cristãos europeus. O racismo religioso se expressava por meio de algumas conhecidas passagens do texto sagrado para os cristãos: os negros africanos eram associados aos descendentes de Cam e Canaã, e por isso foram considerados servos/escravos dos filhos dos outros descendentes de Noé; a cor dos africanos foi relacionada à representação do pecado, e, por fim, havia também a versão de que os negros africanos seriam descendentes de Caim – filho de Adão e Eva – e carregavam na pele o que seria o “sinal” determinado por Deus (RAMOS, 2021, p. 618-9).

A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos”. (MUNANGA, 2018, p. 8).

Essa breve contextualização histórica, nos auxilia na compreensão sobre a longa presença de estruturas racistas no Brasil e possibilita enfim compreender, pelo menos parcialmente, o racismo estrutural, institucional e cotidiano que estão presentes na contemporaneidade. Essa explicação parece ser mais facilmente inteligível para as pessoas nascidas e criadas toda a sua vida em solo brasileiro, por mais que nunca tenham sofrido um ataque racista direto. A reflexão sobre o seu lugar social – mesmo que de forma indireta – permite que os indivíduos que são classificados como não-brancos entendam na prática, desde cedo, o motivo e os mecanismos que aprisionam você em determinados lugares da sociedade. Esta premissa torna-se evidente quando observamos o lugar social ocupado majoritariamente por brancos e aqueles ocupados majoritariamente por negros. Como refletia Frantz Fanon a partir das relações entre o colonialismo e o racismo, “a causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (1968, p. 29).

Ainda que a proibição do comércio de africanos escravizados tenha ocorrido ao longo do século XIX e a abolição da escravatura tenha sido concluída no Ocidente ao final daquele século, estes movimentos não foram pensados a partir de concepções filantrópicas, e sim por razões econômicas. E mesmo quando o escravagismo foi abolido, as populações africanas e afrodiáspóricas não tiveram nenhuma reparação econômica, política ou justiça. Além de não terem sido criadas condições para que essas pessoas recém-libertas tivessem acesso à propriedade e bens de consumo, a África era submetida no mesmo período ao domínio colonial europeu, ficando à margem das novas estruturas do capitalismo industrial e financeiro. “Foi sem sombra de dúvidas a mão de obra servil africana fornecida pelo tráfico de escravos que tornou possível esta extraordinária

expansão” (INIKORI, 2010, p. 133). Tais fatores relacionados econômicos e as novas faces do racismo ao longo dos séculos XIX, XX e XXI foram e continuam sendo determinantes pelas difíceis condições de vida das pessoas negras, seja em África, seja nas regiões formadas pelas diásporas africanas. A raça influencia diretamente no mercado de trabalho, no acesso à propriedade, bens de consumo, educação, saúde, na possibilidade de ter uma vida digna no fim das contas. Portanto, historicamente é nítido o grupo de pessoas e países que têm a maior concentração de renda.

Isto exposto, iremos analisar as razões políticas, socioculturais e religiosas das assimetrias globais e os efeitos do colonialismo e do racismo. Estes dois tópicos devem ser tratados de forma simbiótica, uma vez que “o desprivilegio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele, nacionalidade, etc.” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 509).

1.1.1 “*Você não toma banho não?*”: a desumanização do corpo negro

O “desprivilegio racial” (BERNARDINO-COSTA, 2016) para alguns imigrantes africanos que estão no Brasil tem um peso diferente, partindo do pressuposto que em seus países de origem a prática do racismo cotidiano, nos moldes como ocorre no Brasil, era inexistente. Ao vivenciarem pela primeira vez este tipo de violência quando se encontram na condição de imigrantes, eles aprendem de forma dura e rápida a entender e lidar com determinadas situações que os negros brasileiros já compreendem bem, como, por exemplo os significados de determinados gestos ou olhares vindos de uma pessoa branca em determinadas situações. Peeta, um dos estudantes congolese que participou das entrevistas, experienciou o racismo de forma cruel e direta, mesmo que em sua fala exista um exercício de minimizar seus efeitos.

“Entre numa loja e eu estava com um amigo quando começamos a falar nossa língua. Uma moça que estava sentada com óculos de sol perguntou pra mim: “Você não toma banho não?”. Quando eu saí de casa eu passei “puff, puff, puff” [nesse momento ele gesticulou como se estivesse borrifando perfume], roupas limpas, mas ela fez essa pergunta. Então... será que ela ia fazer isso para um... branco, posso falar assim?! Acho que não, talvez não. Então, pode ser considerado como um caso de racismo, mas foi a única coisa. Claro! Assim... porque outras coisas, pessoas não falam, mas você sente o racismo pelo jeito de agir, tá vendo? Já estão excluindo tal pessoa.... Estão tendo tal atitude

com essa pessoa negra. Já é racismo já. Mesmo não xingando, mesmo não batendo na pessoa, mas... Algumas atitudes você percebe que muitas aqui é um caso de racismo, de complexo de nossa inferioridade e superioridade para uma delas.” (Peeta).

Estes aspectos trazidos pela experiência do estudante congolês, que refletem o racismo cotidiano⁷, são muito bem explicados pela escritora Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação* (2019), ao tratar da posição em que o “outro”⁸ é percebido pelo *sujeito branco*:

Toda vez que sou colocado como “outra” - seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica -, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “*Outra/o*” da branquitude, não o *eu* - e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual. (KILOMBA, 2019, p. 78).

A negação ao direito de existir está associado à retirada da humanidade dessas pessoas durante os períodos da escravidão, da colonização e do pós-abolição, marcados por violentos projetos e processos de repressão, desumanização e exploração. Apesar disso, nas lógicas eurocêntricas, coloniais e racistas os discursos foram produzindo histórias e narrativas que permitiram “que o *sujeito branco*” escapasse “de sua historicidade de opressão” e se construísse “como civilizado e decente, enquanto *Outras/os* raciais se tornam incivilizadas/os (agressivos) e selvagens (sexualidade)” (KILOMBA, 2019, p. 79). E dentre as formas em que o *sujeito negro* é percebido, a *primitivização*⁹ enquadra-se muito bem no episódio – que não foi um episódio isolado – relatado por Peeta.

Não nos esqueçamos que o cristianismo, no começo da modernidade, surgiu como um forte marcador e orientador para se criar uma tentativa de classificação racial, que buscava explicar as diferenças entre as sociedades humanas. Hall (2015) afirma que “os sistemas de classificação racial têm uma história”, e que durante muitos séculos foi a

⁷ O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o *sujeito negro* e as Pessoas de Cor não só como “Outro/a” - a diferença contra a qual o *sujeito branco* é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca*. (KILOMBA, 2019, p. 78).

⁸ O “outro” neste momento refiro-me às pessoas negras, ao sujeito que não é branco, assim como é abordado por Grada Kilomba.

⁹ *Primitivização*: O *sujeito negro* torna-se a personificação do incivilizado – a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural -, aquele que está mais próximo da natureza. (KILOMBA, 2019, p. 79).

religião e não a ciência que procurou explicar as origens das diferenças entre as pessoas e entre as sociedades. A “sua história moderna emerge onde povos de tipos muito diferentes têm que fazer sentido como povos de uma outra cultura, significativamente diferente” (HALL, 2013, p. 3). E serão essas diferenças apontadas em momentos anteriores, que foram utilizadas pelo menos até o século XVIII, para “fundamentar a verdade da diferença humana e da diversidade em um fato controlável, que definia que o lado deles era lá, e o nosso aqui; eles nos navios e nós no topo da civilização que conquistamos e etc.” (HALL, 2013 p. 3). Dito isso, essa mesma sociedade que classifica as pessoas desta forma, necessita ter a consciência limpa, por isso a utilização de justificativas religiosas para viabilizar uma prática de extrema violência como foi a escravidão, o que o Stuart Hall (2013, p. 3) denomina de “chupetas de conhecimento”. Depois do argumento religioso outras justificativas foram empregadas, como as antropológicas e por fim, as científicas ou biológicas.

(...) primeiro coloca-se a chupeta religiosa e espera-se que, no final das contas, Deus tenha criado dois tipos de homens, tenha feito duas tentativas – num fim de semana, depois noutra, e eles estavam lá e nós estávamos cá, e só muito tempo depois a gente acabou topando uns com os outros. Mas não há qualquer ideia de que viemos do mesmo lugar. E essa chupeta não funciona, você a tira e coloca outra: e em termos antropológicos, eles dizem: “Bem, são parecidos conosco, porque todo mundo vem dos macacos mas alguns são mais próximos dos macacos do que a gente” e embora não haja uma diferença absoluta, você sabe que isso é suficiente para encontrar diferenças, nos departamentos universitários, na publicação de artigos etc. E, finalmente, quando a própria antropologia por fim desiste, logo aparece James Clifford, que desiste desse tipo de conhecimento sobre o que a antropologia consegue fazer, separar as ovelhas das cabras. E aí vem a ciência e diz: “Eu consigo, eu sei fazer. Tente a genética”. Você não enxerga a genética, é um sistema maravilhoso, interno, não fazemos ideia do que seja, podemos vê-lo no laboratório. (...) Ele consegue dizer por que essas pessoas não são do mesmo campo, por que são diferentes umas das outras, e por que são realmente de outra espécie. (HALL, 2013, p. 3).

É necessário, para o branco, cristão, colonizador, ter uma explicação no mínimo aceitável (para si) sobre a diferença entre as sociedades de modo que legitime e justifique suas lógicas escravistas, opressoras, desumanizantes e coloniais. E, futuramente, estas justificativas – paulatinamente internalizadas com o passar dos séculos – passaram a ser utilizadas como pretexto para dar legitimidade ao “*complexo de nossa inferioridade [negros] e superioridade para uma delas*” como bem pontuado por Peeta. Tais fundamentações ainda refletem diretamente no cotidiano de milhões de pessoas e na

complexidade que é definir raça. Achille Mbembe aborda a questão de raça como um elemento marcado por complexidades de diversas ordens.

(...) a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura de nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica. (MBEMBE, 2014, p. 25).

Ao pensar essa mesma categoria a partir do ponto de vista de Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, é possível compreender melhor essa complexidade abordada por Mbembe acima. Uma vez que a raça passa a determinar o lugar, a posição que aquele sujeito irá ocupar, ela também determinará o quão humano este indivíduo é, uma vez que a escravidão e a colonização tiveram como objetivo desumanizar pessoas negras, posicionando-as na zona do não-ser (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 507). Ao posicioná-los nesta zona, em seguida aliam a sua imagem com qualquer coisa, senão um objeto, um animal. Annie, a estudante beninense, e única mulher a participar das entrevistas, relatou uma violenta situação de racismo sofrida por ela na Rodoviária do Plano Piloto, e a forma como reagiu àquela situação.

“Semana passada mesmo me chamaram de macaca.

- Como assim? Onde?

Na Rodoviária. Fui na lotérica pagar uma conta e vi que tinha uma senhora pedindo dinheiro, na minha cabeça pensei ‘vou pagar minha conta e o que sobrar de moedas eu dou pra ela’, e quando eu estava saindo ela disse: ‘ei macaca, me dá dinheiro aí macaca!’. Olhei para ela, guardei meu bom dinheiro e fui embora” (Annie, 23).

Essas situações que exemplificam o racismo cotidiano, como animalizar as pessoas negras, afrodescendentes e imigrantes africanos, infelizmente, ocorrem com frequência dentro e fora do Brasil. Esta animalização corresponde em um exercício discursivo e imaginário em associar a imagem da pessoa negra a imagem de um primata, macaco(a), a aparência do “King Kong” (KILOMBA, 2019, p. 79).

Dito isso, essa complexidade perversa que é a raça, conforme apontado por Mbembe, causa danos psicológicos – em sua maioria – irreversíveis, e danos socioeconômicos estruturais que são difíceis de reparar, pois esse conceito de raça foi extremamente útil para intitular as humanidades não europeias (MBEMBE, 2014, p. 39).

1.2 Quando o racismo que não é dito, mas é vivido

As nuances que orbitam a vida de uma pessoa negra no Brasil passam despercebidas por normalizar o que está instituído. Isto não quer dizer, necessariamente, que devemos responsabilizar os governantes que tomaram posse “ontem” sobre a complicada vida que uma pessoa negra no Brasil vive, afinal não foram estes governantes que institucionalizaram o racismo e o preconceito. Porém, essas pessoas fazem parte da estrutura racial que o país foi construído, e é sim seu dever reconhecer isso e agir no caminho contrário, com a intenção de romper esta estrutura e equilibrar o jogo ao invés de enrijecê-lo.

O racismo estrutural opera, muitas vezes, de forma silenciosa, mas ao mesmo tempo seus efeitos são ensurdecadores. É silenciosa pois pouco se discute nos lugares que mais necessitam e é ensurdecadora pois é gritante o contraste do modo e qualidade de vida de uma pessoa negra, para uma pessoa branca.

Shoppings e espaços comerciais, por exemplo, deveriam ser locais em que todas as pessoas e públicos devessem ser igualmente atendidos. Todavia a localização geográfica de um determinado *shopping* afeta, por exemplo, a estrutura apresentada aos seus frequentadores, como no caso dos sanitários e banheiros. Como referência utilizarei dois shoppings do Distrito Federal, o Iguatemi, localizado no Lago Norte, e outro, o Conjunto Nacional, na região central do Plano Piloto, ao lado da Rodoviária do Plano Piloto. Ambos os shoppings dispõem de banheiros com fraldários, no entanto, enquanto no Conjunto Nacional há um espaço simples, porém funcional, para a finalidade de trocar a fralda da criança, no Iguatemi há um espaço que antecede o banheiro de adultos, com um “cercado” que delimita aquele local, dispõe ainda de carrinhos de bebê (do próprio shopping) e há uma pessoa para auxiliar e que parece coordenar o recinto.

A configuração do *modus operandi* de cada shopping diz qual classe social estão esperando receber. O Lago Norte¹⁰ é uma região administrativa em que a renda *per capita* é uma das mais altas de todo o DF. Altas rendas implicam em moradias mais caras, tanto para aluguéis quanto para compra de imóveis, levando em consideração que grande parte da população negra no DF habita regiões em que a renda per capita é entre R\$500 e R\$2.000, entende-se que estas pessoas jamais conseguirão alugar ou comprar uma casa no Lago Norte com a referida renda.

¹⁰ Verificar os dados apresentados na Tabela 1 e no Mapa 2.

A segregação racial e social nos espaços urbanos não é algo novo. O historiador Eric Hobsbawm (2000, p. 292) já havia sinalizado este tipo de segregação na segunda metade do século XIX, em que os operários eram forçados a mudar o local de moradia para outro bairro com menos recursos, pois o local anterior passou a ter maior valorização. O aumento do custo de vida impossibilitava a permanência do operário, levando-o a mudar-se para cada vez mais longe do seu emprego e do centro urbano. E, conseqüentemente, a vida noturna e cultural dos centros urbanos ficava restrita a quem tinha condições de morar naquela região. O acesso aos bens culturais passava a ser destinado a estas pessoas, formando uma espécie de cultura elitista, e quem morava afastado deste centro – que se deslocava todos os dias para trabalhar – passava a ter acesso apenas ao entretenimento que podia custear, e de praxe um outro tipo de cultura era estabelecido ali, chamada de cultura popular (HOBBSAWM, 2000).

Este tipo de segregação habitacional e urbana, apresentada por Hobsbawm exhibe a luta de classes, que não estava associado ao aspecto racial, pois o historiador estava analisando a sociedade britânica da segunda metade do século XIX. Mas ao tratar-se de Brasil é necessário sempre associar o aspecto racial à questão econômica e de classe, pois assim opera o racismo estrutural contemporâneo. Quanto mais longe do centro (Plano Piloto) mais complicado é o acesso a serviços públicos eficazes, como infraestrutura, transporte, saúde e educação. E onde o Estado junto com a educação não chega, a violência e o crime ganham espaço e conseqüentemente, promove a matança de jovens negros e o crescimento da população carcerária de pessoas negras.

O historiador Guilherme Oliveira Lemos (2017) realizou um inédito trabalho comparativo sobre os efeitos do racismo e do colonialismo nas lógicas de planejamento urbano e segregação racial nas cidades no século XX. Em seu estudo ele comparou a construção da cidade da Ceilândia, no Distrito Federal, nos anos 1970, com a criação do bairro de Soweto, na África do Sul do Apartheid, alguns anos antes. Suas conclusões são irrefutáveis e explicitam como o racismo apresentou diversas estratégias de exclusão e controle sobre as populações negras, africanas e afrodiáspóricas.

Na cidade de Johannesburgo, um modelo de segregacionismo urbano já existente no início do século XX, ainda durante os anos coloniais, foi aperfeiçoado após a independência. O bairro de Soweto – cujo nome é uma sigla que advém da abreviação South West Townships, ou seja, “Bairros do Sudoeste” – fora projetado para realocar trabalhadores africanos negros residentes nas áreas centrais e resulta de um longo processo que tem influência tanto do colonialismo britânico quanto do regime republicano africâner. É nesse novo regime, porém, que a

reconfiguração e definição do território ocorrerá como consequência das políticas segregacionistas nas décadas de 1950-1960 após a independência sul-africana de 1961, referendada por meio do controle do ultranacionalista africâner na política. No mesmo período, observaremos no Brasil o fenômeno da expansão urbana na região centro-oeste do país com a transferência da nova capital. A construção de Brasília estimulou um fluxo migratório e mobilizou famílias nordestinas, pretas e partas, principalmente, em torno dos trabalhos na área da construção civil. A princípio, não existia um planejamento para a fixação desses homens e mulheres na nova capital e os reajustes no projeto urbano foram surgindo a partir das políticas de realocação dos assentamentos que se formaram na região central de Brasília. Dentre elas, a cidade de Ceilândia, fruto da remoção em 1971 de residentes da Vila do IAPI, e cujo nome tem origem na sigla da Campanha de Erradicação de Invasões (C.E.I.). (LEMOS, 2017).

O que parece ser repartições, está de fato “entrelaçado”. Se uma criança negra não tem uma boa base educacional, as opções para a vida adulta será trabalhar para ganhar um salário-mínimo ou procurar meios ilícitos para ter renda. Considerando que “escolha” trabalhar no regime de CLT, 8 horas por dia, este cidadão que mora longe do centro urbano irá gastar muito tempo em transportes públicos para chegar ao seu local de trabalho, onde trabalhará o máximo para ganhar o mínimo e retornar a sua casa. Se o seu bairro não tiver acesso ao saneamento básico, assim como não possua os equipamentos públicos básicos de saúde, educação e segurança, este cidadão estará sujeito a contaminar-se com doenças e precisar do serviço público de saúde que mesmo gratuito – “viva o SUS!” – não consegue atender todas as demandas e muitas pessoas, negras e pobres, morrem na espera pelo atendimento. Não podemos ignorar ainda o fato de que nas últimas décadas o neoliberalismo e o ultraliberalismo têm promovido mundialmente uma extrema precarização das condições laborais, afetando especificamente as populações mais pobres, imigrantes, latinos, africanos e asiáticos.

Então surge toda aquela manifestação de “busque melhores oportunidades”, “tenha um diploma”, “qualifique-se”, “estude para concurso”, enfim, como este cidadão chegará em sua casa, após uma jornada de trabalho de 8 horas e 3,5 horas no transporte público, e terá condições de estudar da mesma forma que uma outra pessoa que tem o privilégio de dedicar-se apenas a estudar e competir pelas mesmas coisas? Bom, o jogo não está equilibrado. Devido a este desequilíbrio que políticas afirmativas, como a reserva de vagas para candidatos negros/as nas universidades federais e nos concursos públicos, surgem nesta estrutura desigual. E, mesmo com políticas afirmativas que viabilizam a inserção de pessoas negras na universidade, as dificuldades dos egressos em encontrar

condições laborais e remuneratórias justas no mercado de trabalho persistem, por quê? Foi construído no imaginário social e nas estruturas materiais da sociedade os lugares que pessoas negras devem ocupar.

A inserção dos indivíduos em cada uma destas condições formatadas pela sociabilidade capitalista depende de um complexo jogo que mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato. O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado. (ALMEIDA, 2019, p. 111).

Partindo deste imaginário social, a disposição dos Shoppings no Distrito Federal reproduz assim o racismo estrutural entranhado desde a constituição a habitação desta cidade. Os idealizadores destes shoppings estão errados ou eles são filhos do sistema capitalista e do racismo estrutural? Uma das maiores dificuldades ao tratar de racismo estrutural é que não possível denunciar uma estrutura como essa, não é como uma pessoa branca apontar o dedo no rosto de uma pessoa negra e proferir ofensas racistas e ser denunciada e pagar as consequências disso. Romper ou diminuir os efeitos dessa estrutura é uma luta diária e que está longe de acabar.

1.3 Diáspora africana e a História conectadas

Durante toda a história as sociedades humanas, independentemente de suas origens, participaram de grandes diásporas, êxodos, deslocamentos e migrações, de modo que o maior movimento humano anterior a modernidade europeia ocorreu quando a humanidade deixou o continente africano, colonizando áreas remotas do globo a milhares de anos atrás (RODRIGUES, 2014, p. 26 *apud* SHEPPERSON, 1976).

Segundo Kim D. Butler e Petrônio Domingues, na apresentação do livro *Diásporas imaginadas*, “atualmente, com o aumento de deslocamentos e ondas migratórias, o conceito [Diáspora] passou a referenciar menos um estado de lugares geográficos e fixos e mais um vaivém entre lugares, tempos e culturas” (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. XI). Entretanto, é necessário que levemos em consideração os dois momentos principais da diáspora africana nos últimos séculos: a escravista-colonial-

moderna, que foi imposta pelos colonizadores e comerciantes europeus até o século XIX; e, a pós-colonial, que foi causada pelos problemas originados do processo de colonização e descolonização, a partir do século XX. Ainda que o deslocamento para fora do continente africano tenha sido uma escolha “pessoal”, essas pessoas quase nunca foram embora por “livre e espontânea vontade”, foram estimuladas ou forçadas a isso, direta ou indiretamente.

Sendo assim, se faz necessário pensar a categoria de diáspora africana, uma vez que se a raça foi um fator determinante para a montagem da modernidade, o deslocamento forçado de milhões de africanos foi o alicerce de sua existência. Conforme explicitado por Butler, “até o final do século XX, o termo “diáspora” (tipicamente com D maiúsculo) era quase exclusivamente identificado com a experiência judaica” (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 1), mesmo que houvesse registros na literatura que outros povos tenham realizado também uma diáspora. Butler, a princípio, apresenta a diáspora como uma dinâmica de comunidade, onde há pessoas espalhadas em diversos lugares e que se reconhecem através da ascendência em comum (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 2), talvez seja esse o alcance mais próximo de se pensar algumas diásporas, como as pós-coloniais. O que as diferenciará são as bases identitárias, como na situação da diáspora judaica que foi religiosa. Já as diásporas africanas estão relacionadas a dois contextos – o da escravidão moderna colonial e do período pós-colonial (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p.3). A partir de então é necessário pensar o que é definido de fato como diáspora e o que é caracterizado como migração e o motivo da utilização do termo diáspora para a travessia em massa de africanos pelo Atlântico (em sua maioria).

Ao longo do século XX, com a produção e circulação de um pensamento panafricano e com a construção de uma identidade negra e afrodiaspóricas, foi possível reconectar política e culturalmente as comunidades criadas pelas experiências diaspóricas africanas, fosse pelas mobilizações de ações de apoio à descolonização da África, na luta contra o apartheid e na construção das identidades afro-americanas, “à medida que as comunidades negras começaram a compreender as suas mútuas relações” (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 41). Todavia, Butler sinaliza que levou muito tempo para que fosse utilizado o termo “diáspora”, em virtude desta categoria estar intrinsecamente conectada com a história judaica. Até a década 1990 a diáspora judaica era referência para ser utilizada como grau comparativo entre os grupos que auto se identificaram com o movimento diaspórico (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 42-3). Quando a diáspora é

utilizada a partir do entendimento político é voltado para uma reivindicação de “uma comunidade que transcenda fronteiras aparentes” (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 45).

Partindo dos apontamentos anteriormente feitos sobre a condição de raça e os motivos que levaram a escravização de pessoas oriundas do continente africano, podemos afirmar que uma primeira diáspora africana moderna ocorre a partir do tráfico de africanos escravizados, com apoio da doutrina cristã ocidental e do sistema colonial-capitalista. Ao afirmar essa premissa, estamos levando em consideração a quantidade de pessoas que foi submetida a esse deslocamento compulsório e multissecular. Não é a intenção aqui diminuir os impactos que a escravidão árabe-muçulmana teve, mas sim dimensionar o maior impacto contemporâneo da escravidão cristã ocidental moderna.

J. E. Harris afirma que não há a informação precisa de quando os primeiros negros chegaram na Europa, entretanto desde o século VIII é possível ver a presença de africanos na campanha muçulmana na Ibéria. Nos séculos seguintes é notória a presença de muçulmanos e populações afro-árabes em Portugal. Porém, a partir do século XV com a tomada de Ceuta pelos portugueses, eles conseguiram avançar dentro do território africano, e “a partir de 1441, houve deportações de africanos para Lisboa, marcando assim o prelúdio da imigração forçada de africanos, ou seja, do tráfico negreiro que continuaria até a época moderna” (HARRIS, 2010, p. 135). A posse de escravizados passou a ser considerada como um padrão de vida elevado, pois era apontado como uma mão de obra doméstica barata e por ter a característica de propriedade, sendo que os anúncios nos jornais portugueses comercializando essas pessoas passaram a ser comuns (HARRIS, 2010, p. 136). A alta demanda por indivíduos escravizados infere em um maior sequestro de pessoas do continente africano para movimentar esse mercado onde a carne negra era altamente barata e rentável – conforme fora explicitado no início do capítulo – e se intensificou entre 1500 e 1800.

Ainda de acordo com J. E. Harris era possível encontrar a presença de negros também em partes mais distantes do continente asiático, “no século VIII, dois escravos negros foram vistos na corte do Imperador da China e, no século XIII, moradores de Cantão costumavam usar a mão de obra servil africana” (HARRIS, 2010, p. 154). Em virtude dessa premissa, considera-se que “a presença dos negros no mundo inteiro deve-se principalmente ao tráfico intercontinental de escravos” (HARRIS, 2010, p. 163). Dessa forma, a abordagem proposta por Butler e Domingues acerca da definição de diáspora, se

aproxima muito da perspectiva apresentada por Harris, uma vez que “o deslocamento forçado foi tão crucial na história das diásporas judaicas e africanas que muitos o consideram uma característica determinante” (BUTLER; DOMINGUES, 2020, p. 7).

1.3.1 O Brasil e o Distrito Federal na rota da Diáspora Africana

O Brasil, assim como outros países que foram submetidos ao sistema escravista-colonial, recebeu povos africanos que foram sequestrados de suas respectivas regiões, caracterizando assim a primeira Diáspora Africana moderna em direção ao território brasileiro, marcada por sua longa duração (do século XVI ao XIX) e dimensão populacional (mais de 5 milhões de pessoas). Já a imigração europeia teve um papel significativo na formação populacional de algumas regiões do país a partir do final do século XIX, motivada sobretudo pelas políticas raciais de embranquecimento da população brasileira. Partindo de pressupostos preconceituosos e racistas, a aceitação de pessoas oriundas da Europa e da Ásia (pessoas com a pele branca) parece ter sido a regra a partir do final do século XIX (LEVY, 1974, p. 51).

A recente inserção do Brasil na rota da diáspora de povos/sociedades africanos tem ocorrido de maneira intercorrente, e é reformulada continuamente. Conforme exposto anteriormente, a primeira diáspora em direção ao território brasileiro ocorreu em circunstâncias diferentes. Entretanto deve-se atentar para as características em que a travessia do Atlântico ocorria até o século XIX e como ocorre a partir do contexto pós-colonial. A travessia forçada pelo Atlântico em navios no período escravagista demorava meses, as condições eram insalubres, pessoas morriam (de fome ou de enfermidades) ou eram assassinadas no trajeto. Era uma viagem marcada pela morte e violência.

Em parte, a travessia ou os deslocamentos contemporâneos ocorrem de maneira “consentida” – do ponto de vista em que a pessoa não foi sequestrada e traficada –, e os motivos podem ser inúmeros. Todos nascem livres e têm direito de deixar qualquer país, o seu incluso¹¹, independente do que os levou a isso. No entanto, infelizmente, ainda ocorre deslocamento em massa de pessoas africanas de forma forçada, expulsas de suas regiões mediante a realidade socioeconômica e política em que esses cidadãos estão submetidos em seus países de origem. Também não podemos esquecer que grande parte desses países sofreram e sofrem com as consequências da colonização e da

¹¹Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

descolonização, dos efeitos das políticas econômicas neoliberais e do neocolonialismo, e acabam por “expulsar” parte de sua população em virtude da busca de melhores condições de vida.

O aceite dessas pessoas por países da Europa e das Américas, em especial o Brasil (atentaremos a este), por vias legais pode demorar um tempo considerável, e para algumas pessoas, o tempo é questão de vida ou de morte, é então que as rotas migratórias ilegais ou mais extensas e arriscadas passam a ser consideradas. O desespero em sair do local de origem pode, às vezes, minimizar a avaliação sobre os perigos e riscos que estas longas rotas podem apresentar. E, muitas vezes, mesmo sabendo dos riscos milhares escolhem partir, já que a morte (social ou física) é já uma realidade esperada de sua permanência em seu local de origem.

O Brasil, muitas vezes, não é a primeira opção de escolha como o local de destino para migração de africanos nas últimas décadas. Um episódio mais recente que ilustra tal situação foi o noticiado caso de quatro nigerianos que aportaram em um navio vindo de Lagos sem saber qual era o destino dele. A Polícia Federal recebeu um chamado para resgatar alguns homens que estavam escondidos no leme do navio, de acordo com o agente federal “eles [imigrantes] informaram que já estavam há pelo menos três dias sem água num local insalubre, úmido, frio, à noite, quente durante o dia”. A viagem durou 14 dias¹². Ao entrarem no navio acreditavam estarem indo rumo à Europa. Roman, um dos quatro imigrantes que estava pedindo ajuda, disse que ficou feliz ao saber que estava no Brasil e por ver uma equipe de resgate, pois não tinha ideia de onde estava e estava orando há cinco dias por comida e água¹³.

O episódio acima não teve um “final trágico”, os direitos humanos dessas pessoas foram respeitados a partir de sua chegada ao país. Os quatro homens foram acolhidos e, aqueles que quiseram, solicitaram refúgio e receberam o apoio necessário do governo brasileiro. Infelizmente, este caso é uma exceção, é centenas ou milhares de imigrantes morrem durante o trajeto até o local de destino – e aqui é possível citar dezenas de notícias de precárias embarcações que naufragaram com dezenas ou centenas de pessoas ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo, do norte de África até a Europa¹⁴ – ou são presos,

¹² Ver a reportagem na íntegra: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/07/16/exclusivo-veja-o-resgate-de-nigerianos-que-viajaram-no-leme-de-um-navio-da-africa-ate-o-brasil.ghtml>.

¹³ Ver a reportagem na íntegra: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/07/16/exclusivo-veja-o-resgate-de-nigerianos-que-viajaram-no-leme-de-um-navio-da-africa-ate-o-brasil.ghtml>.

¹⁴ Ver alguns exemplos de notícias da última década:

humilhados e deportados quando chegam nos países de destino. Muitas vezes recebem tratamento desumano de autoridades europeias no que diz respeito à dignidade da pessoa humana.

Um caso que nos auxilia a compreender a complexidade e a fragilidade na recepção de imigrantes africanos ou latino-americanos no Brasil é o dos refugiados haitianos. O país antilhano contou por mais de dez anos com a atuação de uma força militar da ONU, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH, comandada pelo Brasil entre 2004 e 2017. Para alguns imigrantes haitianos¹⁵, o Brasil passou a apresentar, principalmente após o trágico terremoto ocorrido em 2010, o perfil de país cuja função era de “corredor migratório” (HANDERSON, 2016), ou seja, seria um espaço ou lugar temporário e não o destino final da migração. Parafraçando o título da tese do professor e pesquisador salvadorenho Fidel Armando Cañas Chávez¹⁶, o Brasil não é um paraíso, mas ainda assim, é muito bom. Mesmo assim, os relatos de violência, exploração e rejeição desses imigrantes temporários e refugiados também estamparam as páginas de diversos sites de jornais nos últimos anos¹⁷.

Para outros imigrantes, como no caso do imigrante senegalês Haymitch, que chegou ao Brasil em 2014, a escolha do país como espaço de acolhimento ocorreu de

-
- Migrantes de África seguem rota mais perigosa para a Europa – DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/migrantes-de-%C3%A1frica-usam-rota-mais-perigosa-para-chegar-%C3%A0-europa/a-55240323>. Acesso em: 12 out. 2022.
 - Naufrágios matam 29 migrantes que tentavam chegar à Europa –. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/naufr%C3%A1gios-matam-29-migrantes-que-tentavam-chegar-%C3%A0-europa/a-65127938>. Acesso em: 24 abr. 2023.
 - Desespero e esperança levam migrantes a 'barcos da morte' na Tunísia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/despero-e-esperanca-levam-migrantes-a-barcos-da-morte-na-tunisia/>. Acesso em: 24 abr. 2023.
 - Refugiados africanos se arriscam em barcos clandestinos rumo à Europa. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/02/refugiados-africanos-se-arriscam-em-barcos-clandestinos-rumo-europa.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.
 - A impactante imagem de 500 migrantes 'transbordando' de barco encontrado perto da Itália. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58376309>. Acesso em: 15 dez. 2021.
 - 'Já vi muitas mortes, mas nada como isso': as imagens de um resgate dramático de imigrantes no Mediterrâneo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37632496>. Acesso em: 22 mai. 2021.

¹⁵ A visão dos haitianos em relação ao Brasil é pertinente tendo em vista as similaridades que há no Haiti e em alguns países africanos, então, em alguns pontos – mesmo distantes geograficamente, mas com a História Conectada os aproximando – há concordância.

¹⁶ Ver a tese: “AQUI NÃO É UM PARAÍSO, MAS É MUITO BOM”: imersão e identidade de jovens africanos francófonos aprendizes de português no Distrito Federal. Disponível em: < https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11045/TESEFINAL_FIDELCANAS_PPGL_UFSCA_R_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mai. 2023.

¹⁷ Ver: “Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil”, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>, acesso em 20.12.23.

forma estratégica, ao considerar o crescimento da economia na primeira década do século XXI, a organização de grandes eventos esportivos – como a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016) – e a conseqüente maior oferta de trabalho. Em conversas com seus compatriotas e amigos, entre 2012 e 2013, sobre para qual melhor lugar imigrar naquele período, o Brasil estava em destaque no quesito trabalho, o que o fez desconsiderar países como França, Estados Unidos, França e Alemanha (países que geralmente são a preferência para aqueles que buscam a mudança de vida), além disso, o Brasil estava em evidência nos noticiários estrangeiros em razão da economia daquele período. Este foi, também, um fator importante para Haymitch:

“Como a [...] economia do Brasil estava subindo e todo mundo estava sabendo. Antes de 2013, 2011, aqui no Brasil, estava muito bom, tinha muito trabalho. Pagava bem também, o dinheiro também estava subindo, o dólar estava forte, mas o dinheiro parecia como dólar, entendeu? [...] Nós viemos aqui, o país é bom para viver, sabe? Antes de sair de lá eu tinha muita confiança para ganhar dinheiro aqui. Se eu venho até aqui é só por isso, porque toda vez eu escuto jornal de manhã, não sabe? [...] Porque eu tenho muitos amigos que moram lá na Itália. É... eu queria ir para lá, mas depois alguém me [...] eu estava escutando rádio e outra pessoa também falou que Brasil estava bom, a pessoa me falou: ‘O Brasil está bom, vai lá para ganhar dinheiro’, e vim” (Haymitch, 43).

A princípio, a conjuntura vivida pelo país na primeira metade da década de 2010, também atraiu outros imigrantes. No entanto, para alguns, o país colocou-se na rota migratória de forma despreziosa. Para Peeta, um dos estudantes congolezes da UnB, o Brasil nunca havia sido considerado como opção de país para emigrar, caracterizado assim como uma escolha despreziosa:

“[...] É porque como eu te falei, eu nunca pensei em estudar no Brasil. Eu estava tentando outro país e quando aquele país [Canadá] não deu certo. Comecei a focar lá, né? Vou estudar aqui. [...] Como não deu certo [o Canadá] ... Eu, bom... já estava matriculado lá no meu país, estudando medicina. Então, eu larguei, né? “*Bom, vou focar aqui*”. Mas a oportunidade veio, eu fui lá pra embaixada [do Brasil]. Ele já tinha encaminhado alguns documentos. Eu só fui lá para ver os cursos que eu queria fazer e depois não sei de quantos meses o resultado saiu com o meu nome e o curso, eu falei ‘*Ah, agora está ficando sério!*’” (Peeta, 24).

Já ao observar a situação de Boggs, também congolês e estudante da UnB, é possível ver que em sua escolha houve ponderações a partir de uma perspectiva de futuro e das condições educacionais:

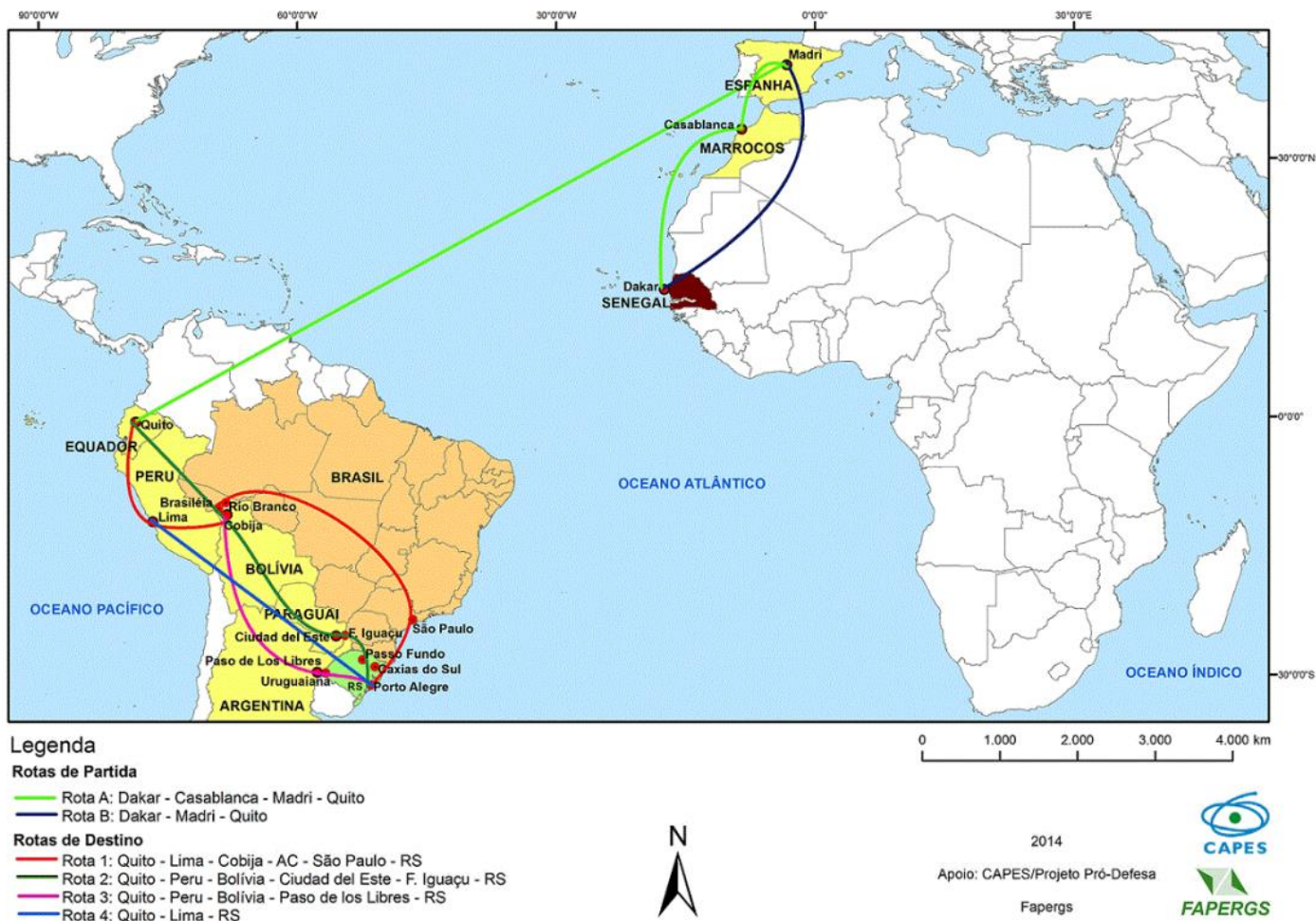
“Eu tive que escolher entre a universidade do Brasil ou da Tunísia. Eu escolhi o Brasil por estar mais perto dos Estados Unidos, eu sonho em morar lá, e também no ranking de universidades do mundo a UnB estava melhor posicionada” (Boggs, 30).

Diferente da realidade experienciada pela congoleza Prudence Kalambay, que estava em situação de refugiada em Angola devido a guerra em seu país. O Brasil passou a ser uma opção de destino quando começou a assistir a telenovela *Alma Gêmea*, exibida na televisão daquela país africano. Mesmo sem entender o idioma, o país se fez interessante naquele momento (CARARO, 2020, p. 114-7)¹⁸. Não cabe aqui julgar a motivação de cada um, mas compreender como o Brasil (e mais na frente, o Distrito Federal) se inseriu neste cenário de rotas migratórias e como ocorreram as diferentes formas de travessia, acolhimento e experiência diaspóricas.

Partindo desse pressuposto, iremos utilizar o caso de Haymitch para algumas reflexões. A rota que Haymitch utilizou até o momento em que adentrou ao Brasil não foi segura e sua travessia esteve marcada por situações de risco e violência. Assim como muitos outros imigrantes de origem senegalesa, Haymitch saiu de seu país com destino ao Brasil, mas com uma breve parada no Equador. Enquanto ele relatava sobre esse momento no Equador, passava pela minha imaginação como este país passou também a estar inserido nessa rota migratória. Partindo de um breve entendimento geopolítico, é um país que tem pouca força no cenário econômico internacional e pouca influência na América Latina, a ponto de ter um fluxo – de certa forma – denso na rota diaspórica senegalesa. O geógrafo e cientista econômico Roberto Rodolfo Georg Uebel expõe que a rota senegalesa é bastante complexa, há a exigência do visto de entrada no Brasil, e por mais que exista uma rota direta de Casablanca (Marrocos) e Madri (Espanha) - países onde os senegaleses fariam conexão – para o Brasil, esta rota é muito onerosa. E caso não tenham o visto há o risco de deportação. É neste momento que Quito (capital do Equador) entra nesta equação migratória (UEBEL, 2016, p. 59-60).

¹⁸ CARARO, Aryane. *Valentes: Histórias de pessoas refugiadas no Brasil*. 1º ed. - São Paulo: Seguinte, 2020. Este livro traz o relato de refugiados de diferentes nacionalidades (não apenas de origem africana), boa parte dos participantes que contaram sobre a sua vida antes e depois de chegar no Brasil usam o seu verdadeiro nome, com exceção daqueles que são refugiados políticos e ainda temem por sua vida. O livro ainda conta com uma contextualização ilustrada sobre diferentes países e continentes.

Figura 1 - Rota dos imigrantes senegaleses em direção ao Rio Grande do Sul.



“Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do século XXI”.

(Fonte: Elaborado por Roberto Rodolfo Georg Uebel, 2016)

De acordo com o mapa elaborado pelo geógrafo Roberto Uebel observa-se que há duas rotas de partida e quatro rotas de destino de imigrantes senegaleses na América do Sul. Todas elas trazem como primeiro destino o Equador, razão essa apresentada pela facilidade de ingresso, já que o país “não exige visto de entrada nos seus procedimentos migratórios, além de que os imigrantes senegaleses se apresentam como refugiados” (UEBEL, 2016, p. 60). A rota de destino 1 é a mais frequente, barata, longa e perigosa. O trajeto pode ser aéreo ou terrestre, já as rotas de destino 2 e 3 ocorrem com menos frequência e consistem em trajetos terrestres. A rota de destino 4 consiste em um trajeto aéreo e direto entre Lima e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (UEBEL, 2016). Haymitch descreveu a sua rota e o trâmite em conseguir um visto para entrar em território brasileiro:

“[...] Eu nunca fiz um crime lá no meu país, [sou] trabalhador, sabe, se você arruma todo o seu documento tem, às vezes, como você falou, ‘eu quero visitar o Brasil como turista’, eles dão, entendeu? Eu vim até aqui, mas não tenho visto não. Tentei, mas não deu certo. Eu não vim direto para o Brasil, não, eu passei lá no Equador, depois, Brasil. [...] eu passei lá [Equador] pouco tempo, eu esqueci..., mas pouco tempo, não foi muito... demorou muito tempo não”. (Haymitch, 43).

Ao ser questionado sobre o modo como ingressou no Brasil, Haymitch diz que foi por via aérea e a primeira cidade que aportou foi São Paulo, mas que não demorou muito tempo na capital paulistana:

“Não foi muito difícil para mim, porque eu cheguei lá, conheci as pessoas lá. Tinha pouco dinheiro para ficar no hotel, depois consegui trabalho no Rio Grande do Sul, só isso” (Haymitch, 43).

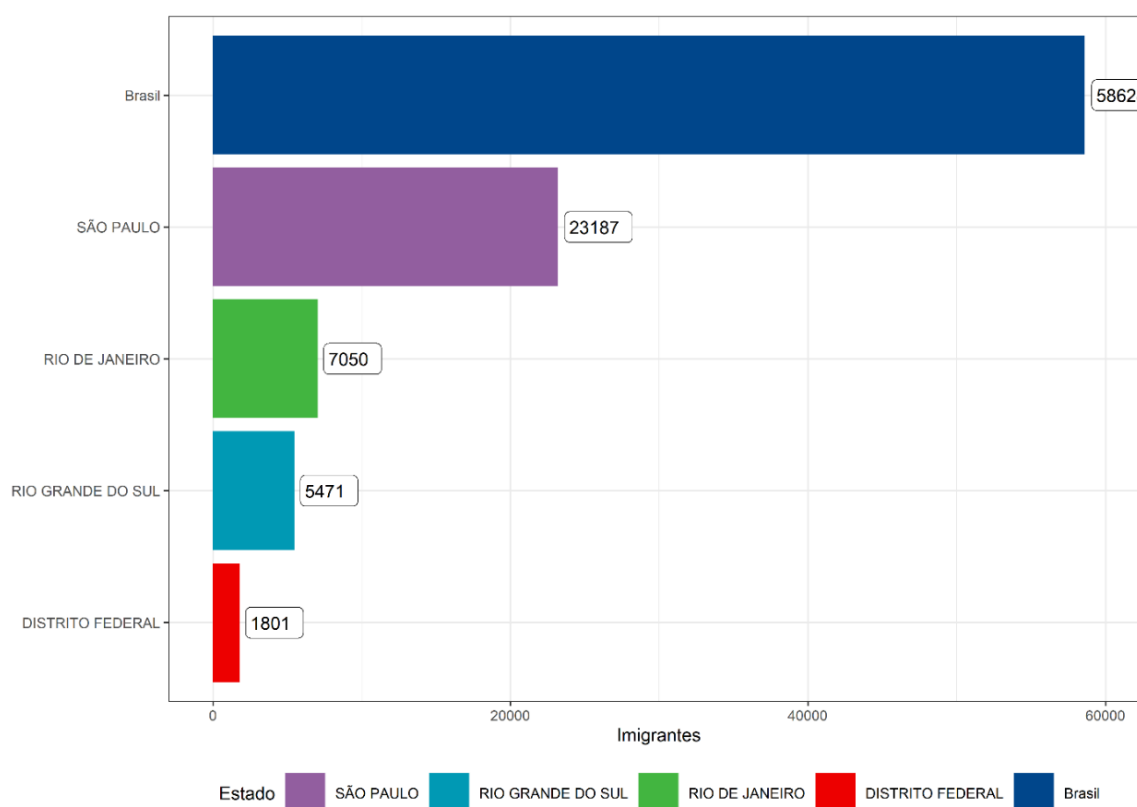
A forma de ingresso que Haymitch utilizou para ingressar no país não se distingue daquelas apresentadas no estudo realizado por Uebel (2016), sendo coincidente com rota de destino 1, descrita em sua pesquisa. Antes de chegar em Porto Alegre, Haymitch passou por São Paulo. O período em que Haymitch passou no Equador é um tanto “obscuro” em suas narrativas. Suas respostas sobre esse período são evasivas ou pouco descritivas: *“eu passei lá [Equador] pouco tempo, eu esqueci..., mas pouco tempo, não foi muito... demorou muito tempo não”* (Haymitch, 43). Ele parece não querer rememorar algo que tenha vivenciado ou visto. Importante lembrar que o ato de deixar a sua terra de origem caracteriza-se como uma violência, uma parte da sua identidade precisa ficar para trás em prol da adaptação em outro local (HALL, 2003).

Até chegar no Distrito Federal, Haymitch passou por outros estados e por diferentes situações (que serão abordadas no próximo capítulo). A presença africana no Distrito Federal foi, até a década de 2010, um tanto tímida, devido ao fato da capital não ser um polo econômico atrativo de trabalho, já que não há tantas indústrias como em outros estados do país ou empregos no setor agropecuário. Contudo, por Brasília ser a capital federal e estar no Distrito Federal, as embaixadas, representações diplomáticas e agências internacionais concentram suas sedes neste território, pelo mesmo a partir das décadas de 1960 e 1970. Acompanhando os diplomatas e funcionários das embaixadas e agências, há também seus familiares que passam assim habitar a cidade e ocupar e frequentar seus espaços, como a Universidade de Brasília. Como grande parte dos países africanos conquistou suas independências a partir da década de 1960, Brasília será o único

local do país a receber as embaixadas africanas, mesmo que existam consulados em outras cidades e regiões. Tendo isso em vista, não se pode pensar que os deslocamentos de imigrantes ocorreram apenas por conta de fatores econômicos ou por crises humanitárias. Outra forma de deslocamento, numericamente menor, mas também comum, são de africanos que escolhem sair de seu local de origem (temporariamente ou não) porque querem. Este também é o caso de alguns estudantes.

De acordo com os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório¹⁹, nesta última década (2010 a 2022), o fluxo migratório de africanos para o Brasil foi de 58.628 pessoas, conforme a representação abaixo.

Figura 2 - Fluxo migratório de imigrantes africanos para o Brasil, de 2010 a 2022.



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório – DataMigra (elaborado pela autora)²⁰

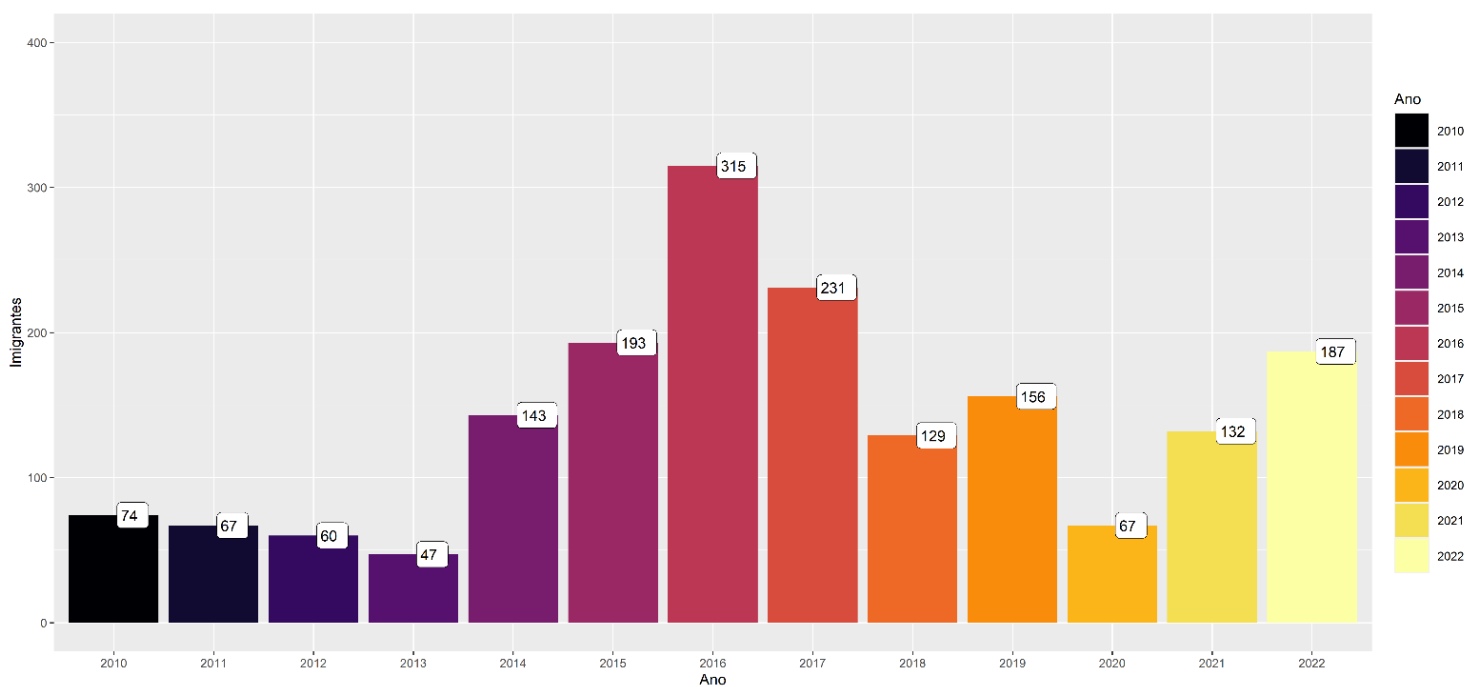
¹⁹Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>.

²⁰ São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram selecionadas para parâmetro de comparação mediante as seguintes razões: 1. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados onde alguns polos econômicos estão concentrados – industrial, comércio, construção civil, turismo e agronegócio - e historicamente há um fluxo migratório, até mesmo interno, para essas áreas. Soma-se a estes fatores o fato de que essas duas capitais são mais conhecidas no exterior, alguns estrangeiros até mesmo acreditam que o Rio de Janeiro seja a capital do país. 2. Rio Grande do Sul foi selecionado por ter a uma grande concentração de senegaleses migrando para este estado, inclusive, o Haymitch passou uma temporada por lá e conforme já apresentado anteriormente, é uma rota que está tornando-se comum.

Ainda de acordo com os dados presentes no gráfico anterior, entre 2010 e 2022, o fluxo migratório de africanos para o Distrito Federal foi de 1.801 pessoas, que corresponde a 3,07% do total de africanos que ingressaram no país. Para São Paulo há o maior fluxo dentre todos os estados – 23.187 (43,23%). Por fim, o Rio de Janeiro também figura como um polo de atração de imigrantes (12%) e o Rio Grande do Sul solidifica em números o que Roberto Rodolfo Georg Uebel observou sobre a imigração senegalesa para a região, atraindo cerca de 9% dos imigrantes africanos. Retomo a atenção ao polo silencioso que representa a imigração africana para o Distrito Federal, pelo menos ao comparar o número de imigrantes com outros estados da federação, que tradicionalmente são portas de entrada e de residência dessas pessoas, como no caso de São Paulo (23.187), Rio de Janeiro. (7.050) e Rio Grande do Sul (5.471). No entanto o fluxo de imigrantes africanos para o DF não pode ser ignorado, e seus ritmos precisam ser mais bem compreendidos. Por exemplo entre os anos de 2015 até 2017 houve um crescimento exponencial na entrada de imigrantes africanos no DF.

Neste cenário, o ano de 2016 merece destaque, já que representou o ápice do fluxo migratório de africanos para essa região. Naquele ano ingressaram 315 pessoas oriundas de diferentes países africanos no DF, o que corresponde a 17% do fluxo migratório de africanos para o Distrito Federal, quando levamos em consideração estes 12 anos observados (2010-2022) (ver figura 3). Já o ano de 2020, representa o menor índice de ingresso depois de 2016, possivelmente explicado pela pandemia da Covid-19 que interditou os deslocamentos de pessoas em quase todos os países e impossibilitou o movimento migratório em maior quantidade.

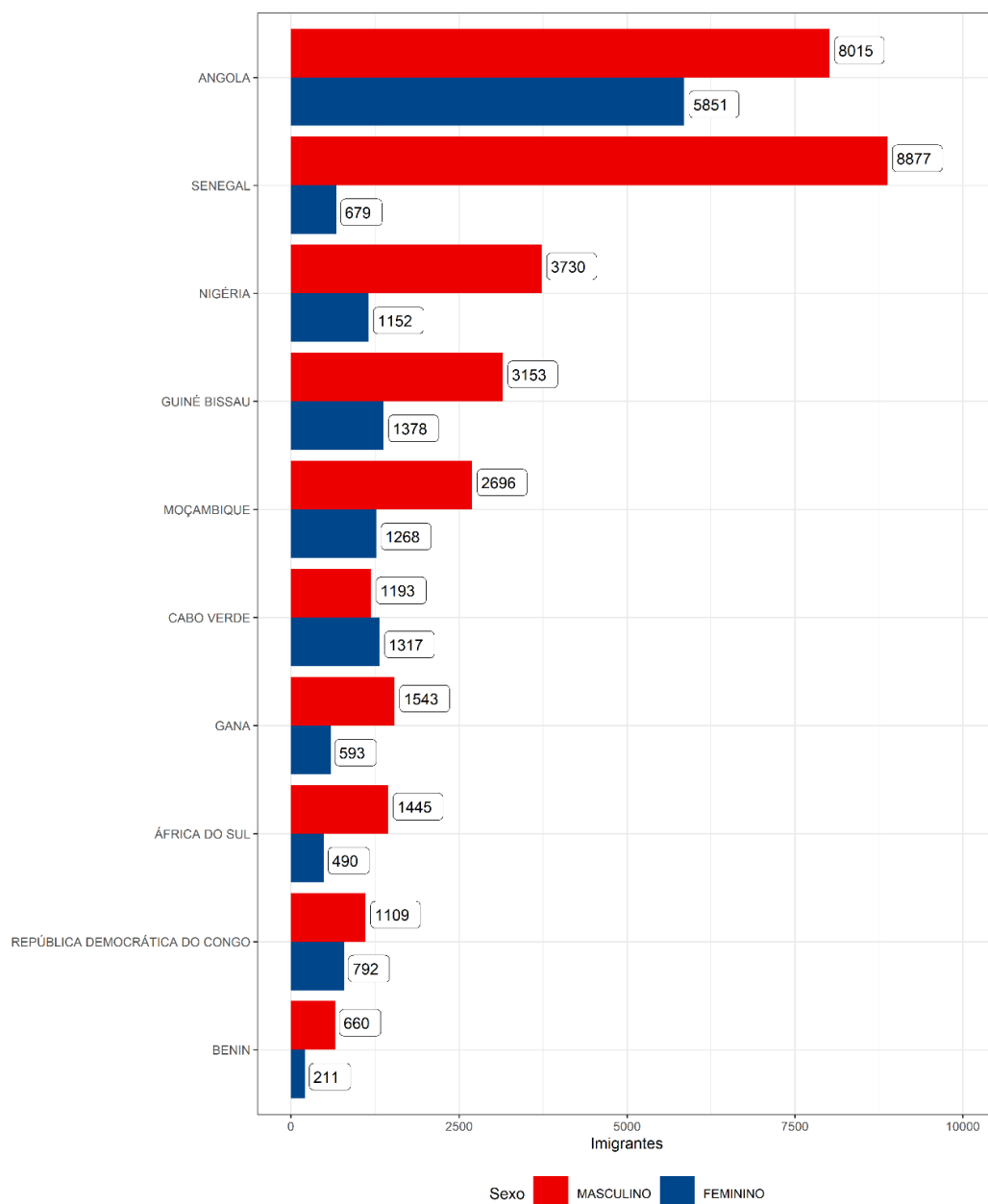
Figura 3 - Fluxo migratório de imigrantes africanos entre 2010 a 2022 para o Distrito Federal.



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório – DataMigra (elaborado pela autora)

Já ao observar (figura 4) a distribuição de imigrantes africanos por nacionalidade (de 2010 a 2022), conclui-se que o idioma até certo ponto é um fator de influência para escolha do Brasil como país de destino. É perceptível que países como Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Cabo Verde têm uma presença considerável no quadro de imigração, pois são países lusófonos. No entanto, ao observar o Senegal entende-se que o idioma não é um impedimento, tampouco fator de escolha, entre 2010 e 2022 foram contabilizados os ingressos de 8.877 senegaleses e 679 senegalesas, e este país tem como idioma oficial o francês. Assim como a RDC e Benin, já a Nigéria, Gana e África do Sul são países anglófonos.

Figura 4 - Fluxo migratório de imigrantes africanos de 2010 a 2022 para o Brasil, separados por sexo.



Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório – DataMigra (elaborado pela autora)²¹

²¹ O gráfico completo está na parte de anexos. No gráfico completo que está nos anexos foram excluídas algumas nações africanas: Marrocos, Mauritânia, Ilhas Maurício, Seychelles, Suazilândia (Essuatíni), Tunísia, Argélia, Chade, Ilhas Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Lesoto, Líbia, Malawi e Mali. É inviável – visualmente – ter todos os países no gráfico. Países da África Magrebina foram retirados pois apresentam peculiaridades diferentes dos países da África Subsaariana e considere importante deixá-los de fora neste momento, porém, estes países têm, também, um fluxo migratório para o Brasil que são superiores a alguns países da África Subsaariana. Sendo assim, para futuras verificações, consulte os dados em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>.

Na tese do professor Fidel Armando Cañas Chávez, o investigador chega à conclusão de que os estudantes africanos não veem problema em aprender um novo idioma, uma vez que em seus países de origem o idioma oficial não quer dizer, necessariamente, que é o único idioma falado com mais frequência. Ao questionar Haymitch sobre quantos idiomas que ele tinha domínio, ele foi enfático ao afirmar que:

“A: Você fala quantos idiomas?

H: Mais ou menos... 3. Não! São 4. Wolof, o dialeto de Senegal, entendeu? Francês pouco, o português, o árabe pouco.

A: Mas o seu idioma oficial seria o...

H: Wolof. A língua oficial de Senegal é Wolof. Não é francês, não. [Risos]” (Haymitch, 43).

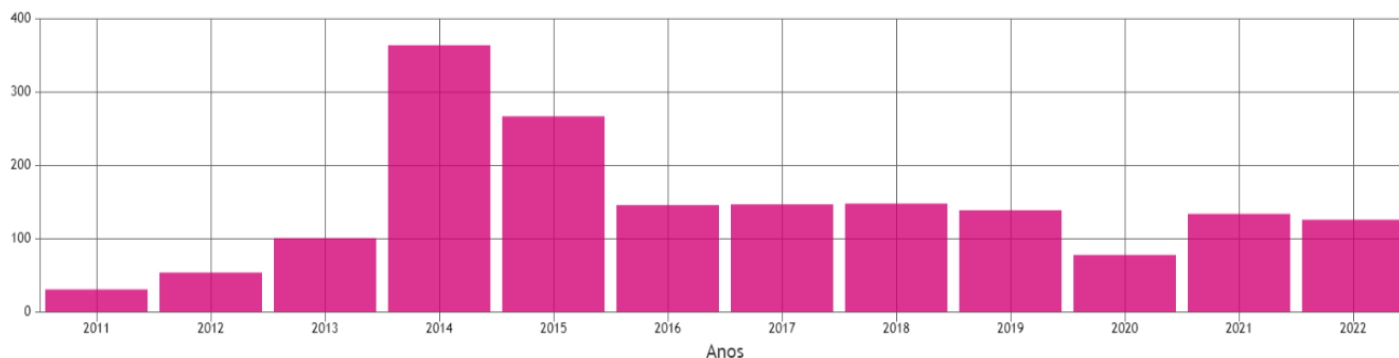
Essa última afirmação de Haymitch denota uma certa aversão ao idioma do antigo colonizador – França – e reafirmação do idioma local. É comum que em vários países da África vários idiomas sejam falados, sendo que muitos deles existam mais de duas línguas oficiais. Dessa forma, podemos defender a hipótese discutida por Chávez de que aprender um novo idioma não seria um empecilho para essas pessoas que migraram para o Brasil (CHÁVEZ, 2019, p.101). E tal observação reforça o que está descrito nos dados apresentados e nas representações projetadas no gráfico da figura 4.

Ao consultar os dados disponibilizados pelo Portal de Imigração Laboral²², encontramos alguns dados um pouco diferentes, já que para o imigrante trabalhar no Brasil – e, portanto, aparecer nessas estatísticas – necessita ter “de autorização de Residência para fins laborais”²³. Nota-se que na última década a taxa de admissão laboral de imigrantes africanos no Distrito Federal foi de 2,6%, idêntica ao de desligamento. Esse percentual corresponde respectivamente a 1.735 admissões e 1.567 desligamentos, com destaque para os anos de 2014 que teve o maior índice de admissões e 2015 o maior índice de desligamentos.

²² Ver o DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm.

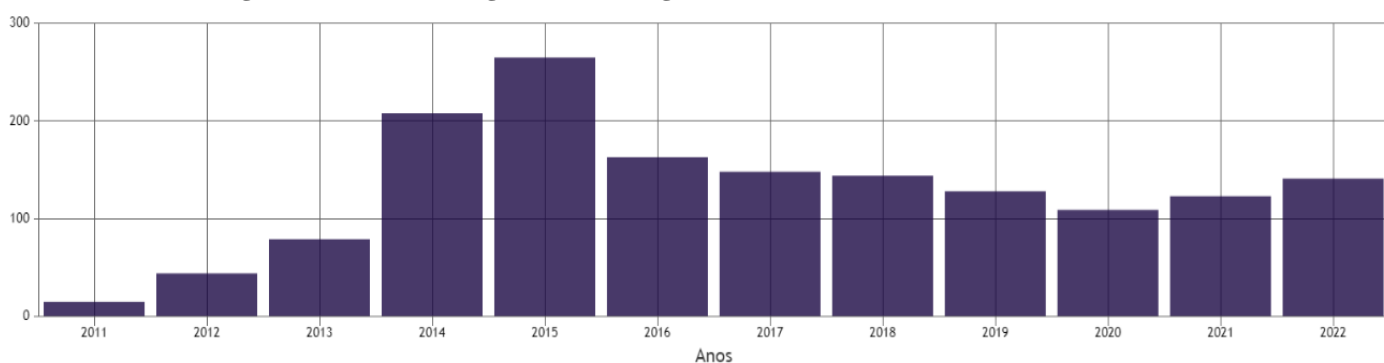
²³ BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Informações gerais, Portal de Imigração. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/informacoes-gerais>

Figura 5 - Taxa de admissão de imigrantes africanos no Distrito Federal (2011 a 2022)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (gerado pelo sistema)²⁴

Figura 6 - Taxa de desligamento de imigrantes africanos no Distrito Federal (2011 a 2022)



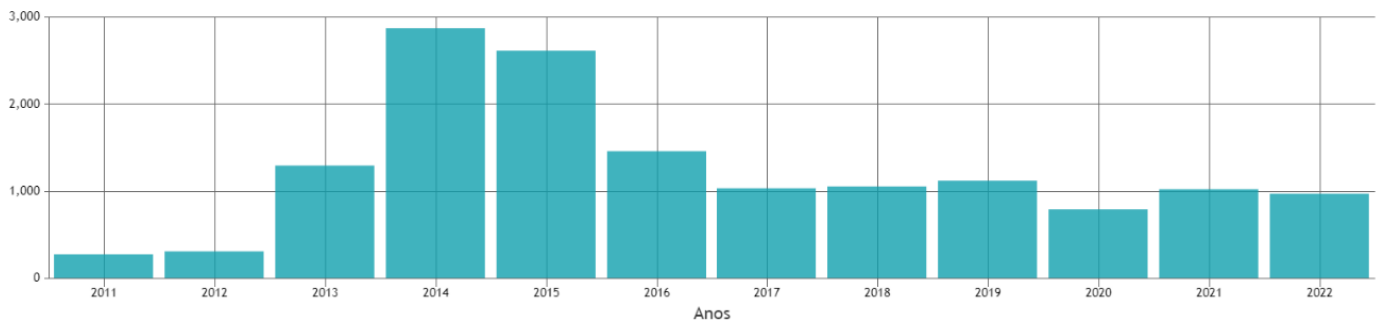
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (gerado pelo sistema)

Quando observamos o estado do Rio Grande do Sul²⁵, por exemplo, apesar da diferença no quantitativo de pessoas, algumas semelhanças permanecem. A taxa de admissões foi de 22,2% e de desligamentos foi de 23%, com destaque para os anos de 2014 e 2015, em que tiveram os maiores índices de admissões e desligamentos respectivamente. Esta pequena comparação mostra que o Distrito Federal não é o local principal na busca por empregos.

²⁴ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>.

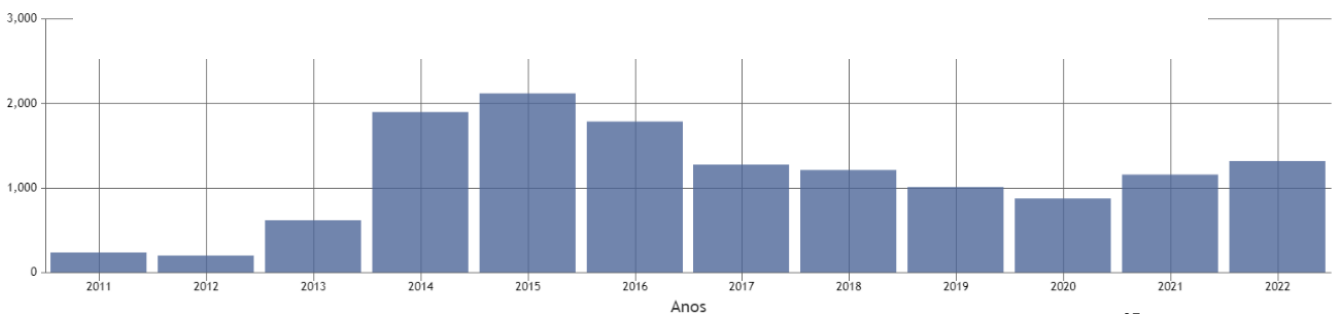
²⁵ A escolha desse estado como modelo comparativo está associado ao histórico trabalhista de Haymitch, que ficará mais claro no capítulo seguinte.

Figura 7 - Taxa de admissão de imigrantes africanos no Rio Grande do Sul (2011 a 2022)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (gerado pelo sistema)²⁶

Figura 8 - Taxa de desligamento de imigrantes africanos no Rio Grande do Sul (2011 a 2022)



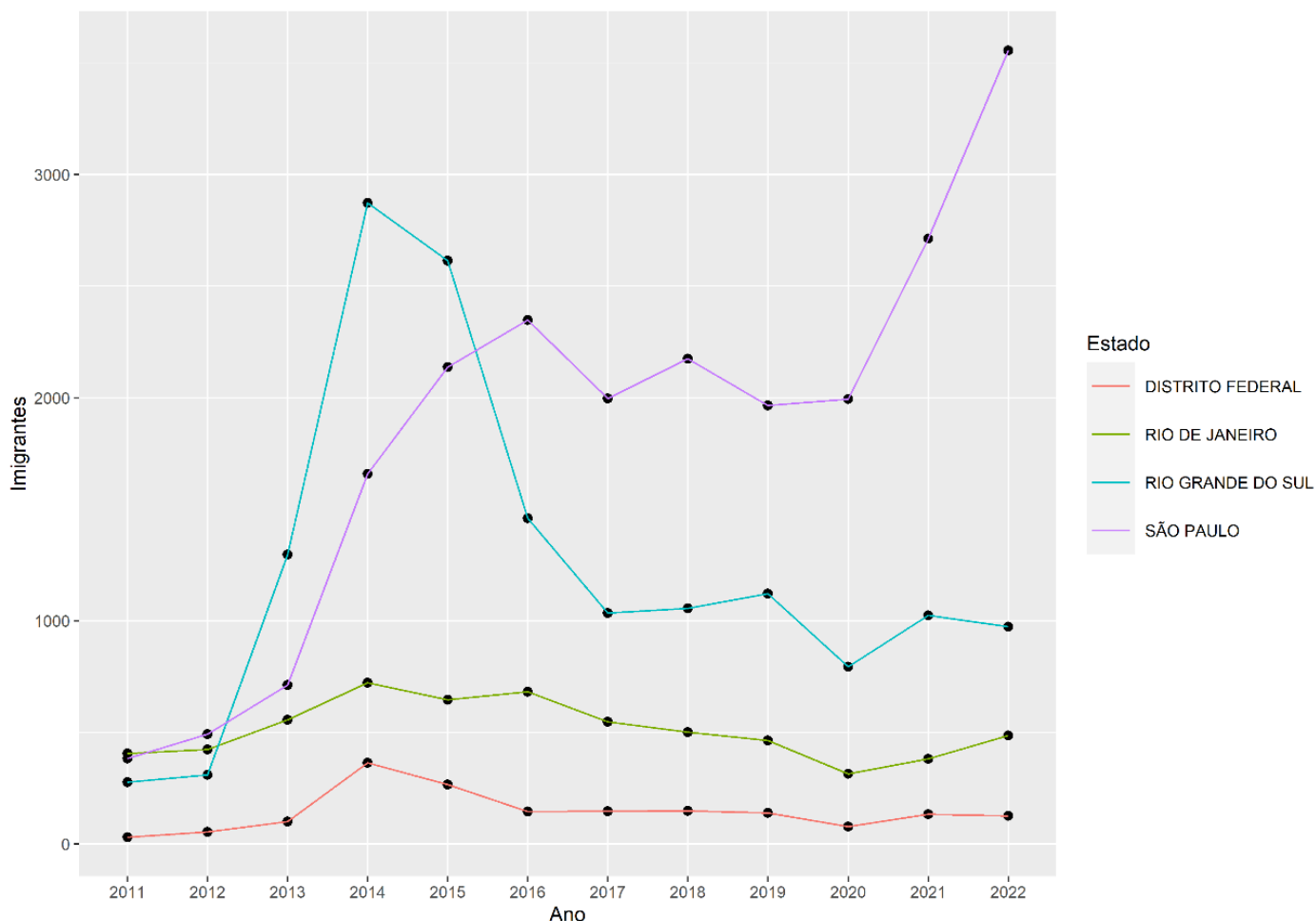
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (gerado pelo sistema)²⁷

Já no gráfico apresentado na figura 9 é possível visualizar a quantidade de pessoas que foram admitidas entre 2011 e 2022. Rio de Janeiro e o Distrito Federal estão representados entre 0 e 1000 (o que reforça o que já fora dito sobre o fluxo migratório e empregatício no Distrito Federal), enquanto São Paulo e Rio Grande do Sul tem posição de destaque. Enquanto a quantidade de admissões sobe em São Paulo, no Rio Grande do Sul há um pico em 2014 (conforme relatado anteriormente) e daí em diante a quantidade de admissões reduz drasticamente, sendo o menor índice em 2020.

²⁶ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>.

²⁷ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>.

Figura 9 - Taxa de admissão em empregos de imigrantes africanos por estados (2011 a 2022)

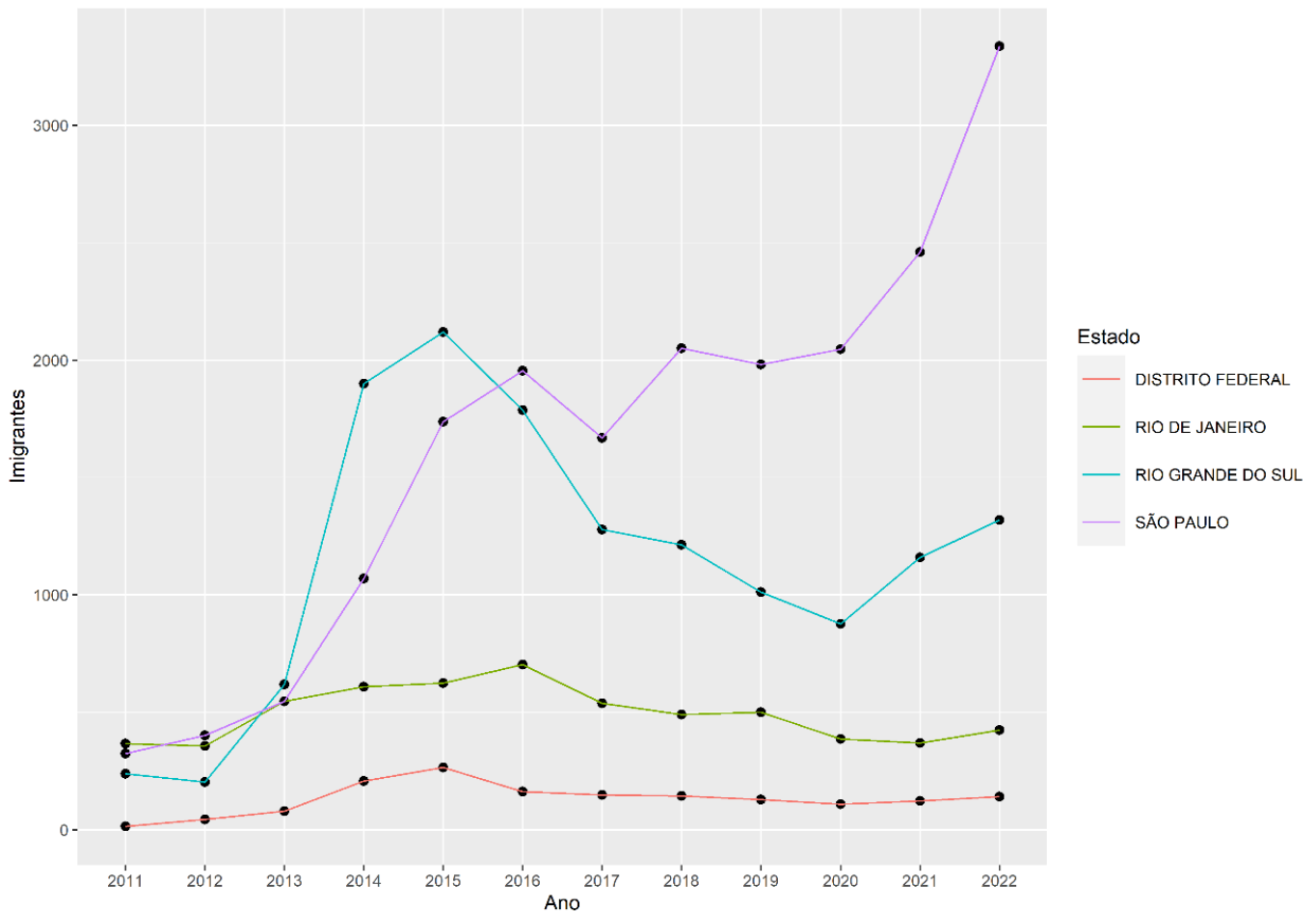


Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (elaborado pela autora)²⁸

Já o gráfico apresentado na figura 10 revela a quantidade de desligamentos que houve entre 2011 e 2022 no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em comparação com o gráfico anterior (figura 9), é possível notar que as taxas de desligamento do Distrito Federal e do Rio de Janeiro ocorrem quase na mesma proporção que as taxas de admissão. Conclui-se também que, em 2015 – após o pico de admissões no Rio Grande do Sul – houve também um pico de desligamentos, ultrapassando a quantidade de 2.000 imigrantes africanos desligados de seus empregos.

²⁸ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>.

Figura 10 - Taxa de desligamento de imigrantes africanos por estados (2011 a 2022)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – DataMigra (elaborado pela autora)²⁹

Para ampliarmos a análise é preciso também levar em consideração os dados acerca da presença da população negra na história do Distrito Federal. Os espaços urbanos, bairros residenciais e os espaços de trabalho e lazer da população negra no Distrito Federal são marcadores importantes das relações raciais, sociais, econômicas, culturais e de poder construídas na capital do país nas últimas décadas. O DF possui cidades e bairros com a renda *per capita* extremamente elevada, ao mesmo tempo em que também possui cidades com a renda *per capita* baixa. As desigualdades econômicas e da oferta dos serviços e equipamentos públicos é enorme. Muitas vezes essas cidades reproduzem uma marcante exclusão geográfica e urbana, como é o caso do Plano Piloto e dos Lagos Norte e Sul. Mas, se algumas cidades e bairros com esses fossos sociais

²⁹ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>.

oceânicos estão separadas por 15 ou 50 quilômetros, para outras a diferença de distância é de cerca de 3 km, como é exemplo do Lago Norte e do Varjão. A disparidade econômica no DF é alarmante e é uma das maiores do país. Em 2009, esta desigualdade e a concentração de renda foi noticiada pelo jornal a Gazeta do Povo³⁰.

Ao observar um estudo/levantamento mais recente, feito a partir da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, promovido pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), observamos algumas fortes evidências acerca da distribuição da população no DF por recorte racial. É possível, por exemplo, identificar o percentual de pessoas brancas e negras (pretas e pardas) em cada região administrativa e estes números confirmam o que foi descrito anteriormente. Dos residentes do Plano Piloto, 61% se autodeclararam brancos, assim como 66,8% dos moradores do Lago Sul, 60,6% do Lago Norte, 62% do Sudoeste/Octogonal, 63,7% do Park Way e 56,2% do Jardim Botânico.

³⁰ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-e-a-cidade-mais-desigual-bwkpwg9aaq78ezog2e4popetq/>. Acesso em set. 2023.

Tabela 1 - População por raça/cor da pele, Distrito Federal, 2021 (%)

Local	Total	Parda	Branca	Preta	Amarela	Indígena
DF	100,0	46,2	40,9	11,1	1,4	0,3
Plano Piloto	100,0	30,7	61,0	6,7	1,3	(***)
Gama	100,0	42,8	42,3	14,0	(***)	(***)
Taguatinga	100,0	45,6	41,5	10,7	1,8	(***)
Brazlândia	100,0	57,5	28,3	11,7	2,1	(***)
Sobradinho	100,0	43,5	38,6	16,5	(***)	(***)
Planaltina	100,0	52,0	34,3	11,2	2,0	(***)
Paranoá	100,0	57,8	28,1	12,8	(***)	(***)
Núcleo Bandeirante	100,0	47,6	38,5	11,1	2,5	(***)
Ceilândia	100,0	45,8	38,9	14,0	(***)	(***)
Guará	100,0	40,5	51,8	6,6	0,8	(***)
Cruzeiro	100,0	35,5	55,5	7,5	(***)	(***)
Samambaia	100,0	50,7	36,7	10,5	1,7	(***)
Santa Maria	100,0	50,4	32,9	15,0	1,1	(***)
São Sebastião	100,0	62,1	25,0	11,9	0,8	(***)
Recanto das Emas	100,0	53,3	30,4	13,6	2,3	(***)
Lago Sul	100,0	30,3	66,8	2,4	(***)	(***)
Riacho Fundo	100,0	46,7	39,0	11,5	2,6	(***)
Lago Norte	100,0	32,8	60,6	6,1	(***)	(***)
Candangolândia	100,0	43,7	38,6	15,6	1,6	(***)
Águas Claras	100,0	40,1	55,3	3,5	(***)	(***)
Riacho Fundo II	100,0	56,7	30,2	11,9	1,0	(***)
Sudoeste/Octogonal	100,0	33,7	62,0	2,6	1,5	(***)
Varjão	100,0	47,2	27,5	22,9	(***)	(***)
Park Way	100,0	26,3	63,7	8,0	2,1	(***)
Sobradinho II	100,0	46,4	35,3	16,6	1,5	(***)
Jardim Botânico	100,0	35,7	56,2	6,5	1,4	(***)
Itapoã	100,0	45,4	32,4	19,8	(***)	(***)
SIA	100,0	50,2	42,1	(***)	(***)	(***)
Vicente Pires	100,0	47,3	45,2	6,5	0,9	(***)
Fercal	100,0	57,7	24,7	15,3	(***)	(***)
Sol Nascente/Pôr do Sol	100,0	53,9	30,3	14,0	1,4	(***)
Amiqueira	100,0	43,6	44,7	9,1	1,9	(***)
SCIA/Estrutural	100,0	61,2	21,4	14,2	2,2	(***)
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021						
(***) : Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra						

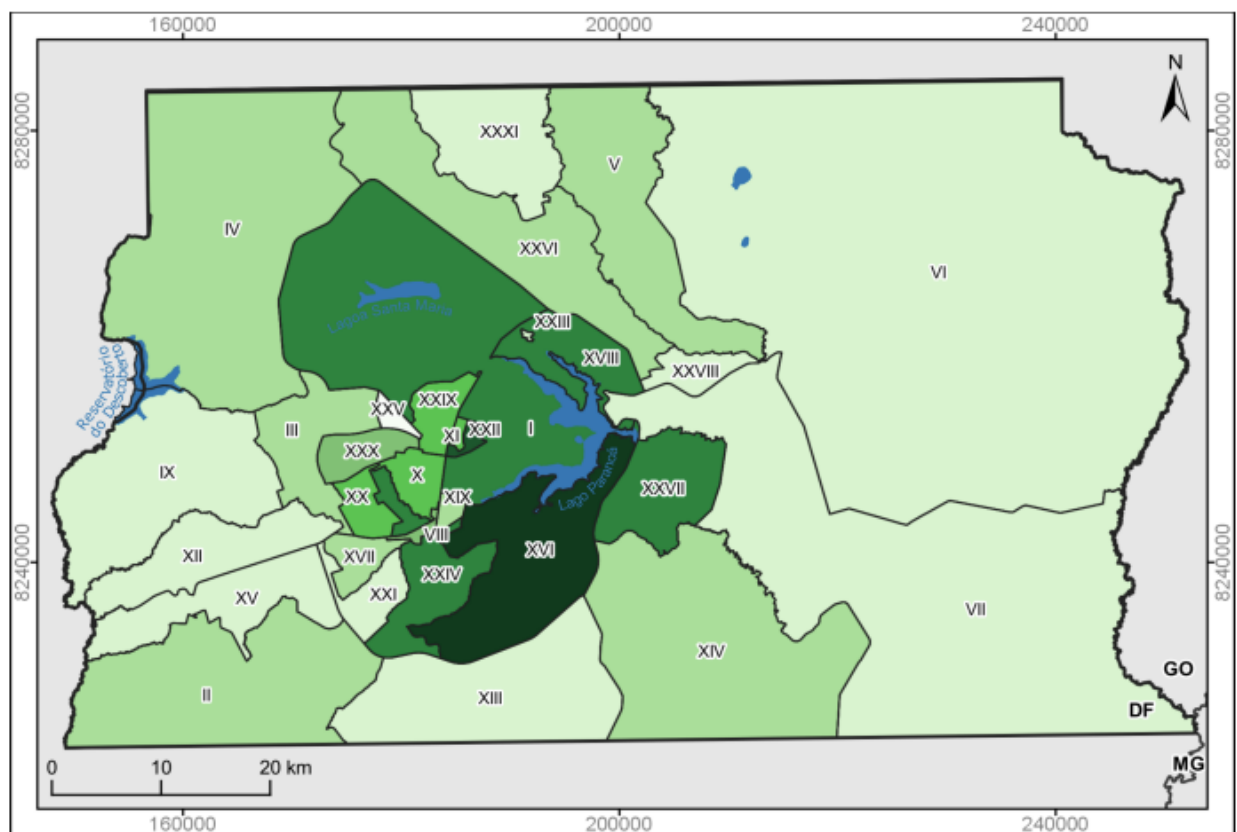
Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021³¹

De acordo com o Atlas do Distrito Federal (2020)³² – CODEPLAN, as regiões do Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto (Asa Sul, Asa Norte, Noroeste e demais), Sudoeste/Octogonal, Park Way e Jardim Botânico têm as maiores concentrações de renda (figura 11).

³¹ Tabela disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/tabelas-de-resultados-pdad-2021/>

³² Ver o capítulo 5: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2020-Cap%C3%ADtulo-5.pdf>

Figura 11 - Renda Per Capita por Região Administrativa (2020)



■ **Corpos D'Água**
Water Bodies/ Cuerpos de Agua
 Limite do Distrito Federal
Federal District Boundary/Limite del Distrito Federal
 Limite Estadual
State Boundary/Limite Estadual

Renda Per Capita por Região Administrativa

Household Income Per Capita by Administrative Region/ Ingreso Per Cápita del Hogar por Región Administrativa

■ Até R\$ 500	■ R\$ 2.000 - R\$ 3.000	■ R\$ 5.000 - R\$ 6.000
■ R\$ 500 - R\$ 1.000	■ R\$ 3.000 - R\$ 4.000	■ R\$ 6.000 - R\$ 7.000
■ R\$ 1.000 - R\$ 2.000	■ R\$ 4.000 - R\$ 5.000	■ R\$ 7.000 - R\$ 8.000

Regiões Administrativas *Administrative Regions/ Regiones Administrativas*

I - Plano Piloto	IX - Ceilândia	XVII - Riacho Fundo	XXV - SCIA
II - Gama	X - Guará	XVIII - Lago Norte	XXVI - Sobradinho II
III - Taguatinga	XI - Cruzeiro	XIX - Candangolândia	XXVII - Jardim Botânico
IV - Brazlândia	XII - Samambaia	XX - Águas Claras	XXVIII - Itapoã
V - Sobradinho	XIII - Santa Maria	XXI - Riacho Fundo II	XXIX - SIA
VI - Planaltina	XIV - São Sebastião	XXII - Sudoeste/Octogonal	XXX - Vicente Pires
VII - Paranoá	XV - Recanto das Emas	XXIII - Varjão	XXXI - Fercal
VIII - Núcleo Bandeirante	XVI - Lago Sul	XXIV - Park Way	

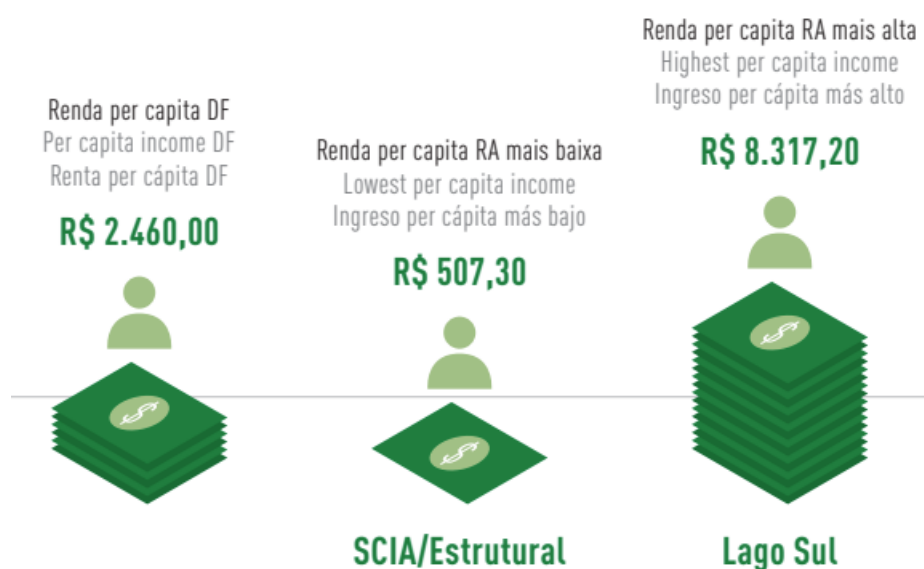
Sistema de Coordenadas UTM, Zona 23 Sul, Datum Sirgas 2000. Fonte: CODEPLAN, 2018. Elaboração: DEURA/CODEPLAN.

Fonte: Atlas do Distrito Federal 2020

Ao associar as informações da tabela 1 com o mapa da figura 11, conclui-se que as cidades com as maiores concentrações de renda são majoritariamente habitadas por pessoas brancas. Dessa forma, infere-se que o racismo estrutural gera a segregação econômica, residencial e geográfica. Ao tomar como exemplo as regiões administrativas como Itapoã, Fercal, Varjão, Estrutural (SCIA) e Ceilândia (incluindo o Sol Nascente)

conclui-se que os habitantes dessas localidades têm renda *per capita* entre R\$500 a R\$1.000, e são regiões em que o percentual de pessoas negras é superior ao de pessoas brancas. No Itapoã 65,2% dos habitantes se autodeclararam como pardos ou pretos³³, assim como 67,9% do Sol Nascente, 59,8% da Ceilândia, 70,1% do Varjão, 73% da Fercal e 75,4% da Estrutural. A disparidade de renda é melhor evidenciada pela figura 12, abaixo.

Figura 12 - Renda per capita mais baixa e mais alta do DF (2020)



Fonte: Atlas do Distrito Federal (2020)

A segregação racial e social e a expulsão de pessoas negras e pobres para áreas afastadas do centro da cidade são fenômenos históricos de longa duração no Brasil e nos espaços coloniais em África. Por exemplo, o historiador Sidney Chalhoub, ao analisar os processos de reforma urbana e eugenia na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e começo do XX, publicados no livro *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996), observou que esse exercício segregacionista já era replicado.

³³ De acordo com o IBGE considera-se negras aquelas pessoas que tem cor de pele preta e parda. Sendo assim, os valores que seguirão são referentes a pessoas pretas e pardas da tabela 1. Importante lembrar que o percentual é maior em pessoas de cor parda.

O tema da segregação racial nos centros urbanos também foi abordado pelo historiador Guilherme Oliveira Lemos (2022)³⁴, ao estudar as similaridades entre os projetos de construção de Soweto, na África do Sul, e Ceilândia, no Distrito Federal. Esse projeto racista/eugênico fez com que o centro do Distrito Federal fosse habitado majoritariamente por pessoas brancas e frequentado por pessoas pretas (para trabalho, estudo e consumo), que ao final do dia deslocavam-se de volta para as suas habitações nas cidades periféricas³⁵. Isto posto, nos conduz a pensar os espaços e/ habitações dos imigrantes de origem africana que estão presentes nesta cidade³⁶. Partindo do pressuposto econômico, infere-se que habitarão as “cidades-satélites”, tendo em vista que o custo de vida (aluguel, alimentação etc.) nestas cidades é inferior em relação ao Plano Piloto. Infere-se também que, por vezes, seguirão a dinâmica de trabalho que os habitantes brasilienses já estão habituados, que é se deslocar para as cidades/bairros com maior concentração de renda para exercer seu ofício, seja no meio formal – pelo regime da CLT –, ou no meio informal.

Ao usar como referência o imigrante Haymitch (43 anos), a sua rotina resumia-se, segundo seus relatos, em: acordar, deslocar-se à plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto, trabalhar e voltar para sua casa ao final do dia, na Candangolândia³⁷, por volta das 19h – quando o fluxo de pessoas na rodoviária começa a diminuir e consequentemente as chances de vender suas mercadorias começam a cair também. Essa é a sua rotina durante seis dias da semana, aos domingos ele se permite chegar na rodoviária às 13h, uma vez que o movimento de pessoas neste dia específico é mais escasso no período da manhã. Ao que se refere ao local de residência, o mesmo ocorre com os estudantes do programa PEC-G, no momento de chegada, estes estudantes se hospedam em casas de compatriotas que estão localizadas em “cidades-satélites” como Gama, Samambaia, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo³⁸, e quando conseguem vaga³⁹

³⁴ Ver a tese de doutorado: “No dilacerar do concreto: as histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de Joanesburgo (1955 – 1971)”. Disponível no Repositório da UnB: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/44716>.

³⁵ Ver o mapa elaborado pela arquiteta e urbanista Raquel Freire junto ao Dr. Guilherme Oliveira Lemos, que está presente na sua tese na página 30.

³⁶ No ano de 2016 mudei de estado para fazer o curso de História na UESPI, em Teresina-PI, e até aquele momento, era perceptível a movimentação preta africana – e haitiana – naquele espaço. Ao retornar em janeiro de 2021, a presença preta africana existe, porém em menor quantidade.

³⁷ Cidade-satélite do Distrito Federal, fica a 12 km de distância do centro do Plano Piloto.

³⁸ Não descarto outras cidades-satélites, entretanto, essas foram as cidades que mais foram citadas durante as entrevistas.

³⁹ As vagas surgem mediante a Edital quando é divulgado pela UnB a disponibilidade que há nas Residências. Importante salientar que não é uma regra que todos os alunos provenientes do PEC-G devem ou irão morar nas residências universitárias, é uma escolha pessoal que ajuda a esses alunos a reduzir o

na Casa do Estudante passam a morar no Plano Piloto. Deste modo, em regra, os imigrantes que chegam ao Distrito Federal também moram em cidades-satélites, essa premissa é relatada por Peeta e Boggs:

“Quando eu cheguei, ele [amigo] me acolheu no Gama, depois moramos no Núcleo Bandeirante por 1 ano. E depois, é... morei lá também no Núcleo Bandeirante, com alguns amigos. Por... acho que foi um ou dois meses. Depois fui morar na Colina⁴⁰ lá embaixo” (Peeta, 25).

“O primeiro lugar que morei foi no Núcleo Bandeirante, fiquei 6 meses lá. Depois eu me mudei, porque eu ia fazer faculdade de Engenharia Eletrônica no Gama, né? Me mudei lá no Gama, eu fiquei um ano depois eu voltei pro Núcleo Bandeirante. Só no final de 2019 que eu comecei a morar na Casa do Estudante da UnB” (Boggs, 30).

Morar longe do Plano Piloto e ter que estar todos os dias nesta localidade pode ser (e é) bastante cansativo, no entanto, é um momento em que é possível conhecer por uma outra perspectiva a região onde se mora, as pessoas que ali habitam e compartilham do transporte público com você, fazer parte da rotina e se tornar um “conhecido”. Peeta e Boggs relatam a sobre a rotina exaustiva quando moravam no Núcleo Bandeirante:

“Então, morei lá no Gama por 2 semanas e fui morar lá no Núcleo Bandeirante, esperando o início das aulas. Então, o trajeto..., enfim, é um pouco longo, né? Porque as aulas começavam cedo, a gente tinha que chegar cedo para tomar o café. E o ônibus... pegar ônibus às vezes não tinha vaga, né? Tinha que ficar de pé. Tinha pessoas que só descia lá perto da Esplanada, enquanto você ficou de pé muito tempo [risos]. Imagina? Você desceu na Esplanada, então não adianta mais não, vou *chegando aqui*. É... então tem um ônibus direto para UnB, ou para a Rodoviária, e da rodoviária para o UnB. E na volta às 18:00. O trânsito, era... misericórdia! [risos]” (Peeta, 25).

“Eu estava saindo da minha casa 6h15. Pegava o ônibus seis e meia. Chegava na UnB 7h40. E aí eu tinha que tomar café muito rápido para ir para a aula, e aí quando acabava a aula 17h, cinco e meia, eu ficava um pouco para estudar, pegava o ônibus do Núcleo Bandeirante 19h porque era mais rápido e não tinha quase ninguém dentro. E aí, assim, todo dia eu pegava o ônibus de ida em pé. E era mesma coisa que acontecia todo dia, eu pegava ônibus com a mesma galera, todo mundo descia na mesma parada. E a única coisa que muda mais são as roupas,

custo de vida na cidade, excluindo então o pagamento de aluguel como uma de suas obrigações de habitação. Além disso, há também o Programa de Moradia Estudantil que oferece um auxílio financeiro mensal para moradia estudantil (<https://dds.dac.unb.br/programas/casa-do-estudante-ceu>).

⁴⁰ Colina é a Residência Universitária para Pós-Graduandos, funcionários da UnB e intercambistas.

mas a cena era a mesma cena que acontecia todos os dias. Eu acho que eu decorei o rosto de todo mundo, né? Do ônibus, do motorista, do cobrador, daquele senhor que trabalha no Ministério da Justiça, aquela senhora que trabalha no Itamaraty também [*risos*]. Decorei o rosto de todo mundo. Todo mundo já sabia que se eu estou de pé, eu vou ficar ao lado dessa pessoa porque vai descer em tal parada. E aí essa rotina era a minha rotina lá no meu início. Mas ela é muito cansativa. Eu voltava para casa muito cansado. E aí não demorou muito, eu me acostumei” (Boggs, 30).

Para enfrentar a rotina exaustiva é necessário agir com esperteza e otimizar o tempo em virtude da distância e do cansaço, assim como Boggs fazia ao optar por pegar o ônibus mais tarde na volta para casa para evitar o trânsito denso e ônibus lotado. Desde a criação da cidade não foi idealizado o acolhimento de muitas pessoas, o que gera hoje em dia, o trânsito denso. Todavia, ainda de forma tímida, o Distrito Federal passa a ser uma opção na rota migratória desses imigrantes, para alguns, o programa PEC-G escolheu o local onde iriam estudar – e conseqüentemente – habitar. Já para Haymitch as situações que viveu desde que saiu do Senegal o levaram a morar no Distrito Federal, não era o seu destino final, mas por ora, é satisfatório.

2 “*Agora você vai voltar para o seu país!*”: a onda anti-imigração no Brasil e no mundo, racismo e xenofobia combinados

Este capítulo aborda alguns aspectos políticos e ideológicos em relação a imigração no Brasil e no mundo na última década, marcada pela ascensão da extrema-direita global, e os efeitos da xenofobia e do racismo na vida daqueles que buscam espaços de acolhimento, segurança e novas oportunidades: os imigrantes. Ao tratar-se da imigração africana, a xenofobia e o racismo se entrelaçam, existindo uma linha tênue entre ambos, muitas vezes indissociáveis que estão presentes em suas experiências diaspóricas e de acolhimento encontrados no Brasil.

Também tenciono discutir como o passado escravista e racista do Brasil – conforme pontuado no capítulo anterior – influência as relações de trabalho que hoje existem no país, que guardam diversas reminiscências das estruturas e dos imaginários escravocratas e coloniais. Ao nos depararmos com as estatísticas e o número de pessoas negras que estão em profissões consideradas subalternas, marcadas pelo trabalho braçal e pelas desigualdades do nível de escolaridade e remuneração, evidenciam-se os sistemas de exclusão e opressão no qual são reproduzidos, com diferentes estratégias, a negação dos direitos e das oportunidades que por séculos foram marcas das relações escravistas, coloniais e racistas. Como consequência são esculpidas na contemporaneidade relações sociais, de trabalho e econômicas marcadas pela lógica da branquitude e da segregação (BENTO, 2022). Diversos empregadores – que reproduzem consciente ou inconscientemente as lógicas escravistas e racistas - exploram a mão de obra dessas pessoas e infringem as leis trabalhistas. E é neste cenário que alguns imigrantes são submetidos, quase sempre sem conhecimento prévio.

Esses fatores combinados – a herança escravocrata e racista nas relações de trabalho e a ascensão da extrema-direita global, na América Latina e no Brasil – reforçaram o crescimento dos discursos de ódio dirigidos – na maioria das vezes – as minorias e as suas agendas de direito e de justiça. Sobre essas minorias recai a responsabilização pelas crises e as ameaças fantasmas de ruptura das nacionalidades, do

fim das identidades nacionais e do ataque aos valores conservadores e cristãos. Aos imigrantes africanos, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, são dirigidos discursos ultranacionalistas, xenofóbicos, racistas e de expulsão.

Estes discursos inflamados pelo sentimento ultranacionalista e pelo racismo, aliado ao posicionamento político de vários governos chegam a ser “condescendentes” com as políticas de violência e de morte dirigidas aos imigrantes africanos. O racismo não é uma prática recente no país e no mundo, e aliado a xenofobia e ao mundo das redes sociais na internet potencializaram os discursos e práticas de ódio e exclusão. Vejamos se estes elementos afetaram a vida dos nossos 4 entrevistados.

2.1. “*Eu penso que eu tenho que me esforçar o dobro para ter o mínimo*”

Frantz Fanon (1968), em “*Condenados da Terra*”, alertava que um dos nocivos efeitos da colonização na mente do colonizado era seu desejo em ocupar a vida do colono, reflexo psíquico de quem um dia esteve no lugar de exploração e violência, e deseja inverter os papéis, se vingando do colonizador, ou de reproduzir o sistema de opressão com outros. Embora isso seja interessante de se cogitar (mesmo que pelo seu simbolismo libertador), não há espaço para que tal ação ocorra entre um ex-colono e ex-colonizador, já que o mundo colonial e o pós-colonial são esferas distintas de um mundo fendido no tempo e no espaço. Acima da vingança está a necessidade urgente de viver dignamente (ontem e hoje). Desde o momento em que lhe é negada a pertença a humanidade, o negro, africano, imigrante, árabe, indígena, ex-colonizado é convencido de que tudo que é de origem africana é ruim e inferior. Essa narrativa colonial, racista e eurocêntrica passa a ser tratada, muitas vezes, como verdade por aqueles contra quem ela se dirige. Não por um complexo de inferioridade inato das sociedades africanas – porque elas não têm mesmo⁴¹ – mas pelo fato de que muitos governantes africanos ainda mantêm uma atmosfera de relação de dependência/subordinação com as antigas metrópoles e com o capital internacional. A narrativa se torna realidade quando os modos de viver e visões de mundo africanos são destruídos ou sofrem profunda interferência das lógicas eurocêntricas, passando a exaltar as sociedades e modelos europeus ou o “*American Way of Life*”.

⁴¹“O colono faz a história e sabe que a faz”. (FANON, 1968, p. 38).

Quando o colonizado passa a pensar em suas amarras, a inquietar o colono, enviam-lhe boas almas que, nos “Congressos de Cultura”, lhe expõe a especificidade, as riquezas dos valores ocidentais. Mas todas as vezes que trata de valores ocidentais produz-se, no colonizado, uma espécie de retesamento, de tetania muscular. No período da descolonização apela-se para a razão dos colonizados [...]. A violência com que se firmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores. (FANON, 1968, p. 32)

Quando o colonizado (ex-colonizado) entende que a sua vida vale tanto quanto a vida do colono (ex-colono) em todas as categorias e esferas, começa então um movimento de expulsá-lo de seu território e de sua mente. O medo que antes petrificava o colonizado não existe mais (FANON, 1968). Mas, ao promover esta ação de expulsão que culmina na descolonização, expulsa-se também uma estrutura herdada da sociedade ocidental que foi construída durante todos os anos de colonização, e ao expulsar essa estrutura cria-se a necessidade de produção de novos modelos. No entanto, o próprio Fanon alertava para o fato de que muitos governantes africanos estariam fazendo uma descolonização fracionada, ou limitada. Substituíam nos espaços de poder os antigos colonizadores, mas não alteram os sistemas políticos, reproduziam formas de exploração e mantinham vínculos de dependência política e econômica com os europeus. Esse modelo de independência criava, muitas vezes, vazios de poder ou disputas políticas que eram um grande perigo para sociedades e/ou nações recém “libertadas”⁴². As interferências neocoloniais também entravam nessas fórmulas. Diversos líderes africanos – como Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e Thomas Sankara – que representavam projetos de autonomia africana foram assassinados com a participação direta das antigas metrópoles europeias que passaram a patrocinar sucessivos golpes políticos no continente. As disputas entre diferentes grupos que reivindicam poder e o controle governamental em uma estrutura política que não necessariamente era a mais apropriada para as realidades africanas trouxeram efeitos de curto e longo prazo. As consequências disso eram representados nos problemas na política, economia, saúde, educação, como um efeito

⁴² Utilizo aspas, pois não necessariamente uma sociedade precisa estar sob uma estrutura colonial para que sofra das consequências do vazio de poder após sair do domínio hegemônico de outra sociedade/nação, basta analisar o histórico do Afeganistão e os mais recentes acontecimentos com a saída dos EUA do território afegão.

dominó. Quando isso se prolongava ou tornava-se um ciclo repetitivo criaram-se cenários para os deslocamentos das populações em busca de segurança e qualidade de vida.

Naquela euforia geral dos anos 60, talvez não fosse o momento, na cabeça das massas, de pensar nas dificuldades de aprendizagem em autogovernar-se, mas de dominar os sofisticados mecanismos de relações internacionais (econômicas, diplomáticas...). (MUNANGA, 1993, p.103).

Mas, de dentro desse contexto, seria indevido imaginar que alguém que deseje atingir ou possuir um estilo de vida similar ao do ex-colono/europeu quisesse apenas acesso as grandes riquezas ou ao consumo excessivo. Muitas vezes, o que essas pessoas desejam é ter o mínimo para desfrutar de uma vida digna e justa, ter acesso à propriedade, renda, qualidade de vida e a bens de consumo. Para quem não nasceu herdeiro a forma mais convencional de ter acesso ao básico é por meio do trabalho e dos direitos sociais. Essas questões foram abordadas com os imigrantes que participaram dessa investigação. Por exemplo, ao questionar Haymitch sobre as dificuldades em relação ao trabalho no Senegal e o motivo de ser tão difícil ter boas condições de vida, suas respostas nos remetem a um primeiro momento às consequências da má gestão dos governos senegaleses.

“Ah... antes porque sabe, lá não chove muito não, chove 3 meses onde eu moro, 3 meses. Meu pai era cultivador, sabe? Cultivador, plantava repolho, tomate... nós sabemos fazer isso, só isso, né? Depois não tem muita água para trabalhar com isso. Não tem muita empresa também para trabalhar. Agora, como vai fazer? Porque não chove muito, como fazer suas plantas normal? Lá tem gente que tem dinheiro e tem gente que não tem dinheiro, sabe? Mas para ganhar dinheiro fácil, para fazer sua vida, na verdade, não é muito fácil não, sabe? Porque na verdade é o governo faz... faz sacanagem, o governo come muito, rouba muito o dinheiro do país, é... Senegal tem um problema, o problema é corrupção, o problema de Senegal, foi isso. Eu conheço um rapaz que estava dentro do governo, e não trabalhou não, ‘vou fazer o prédio agora, comprar o carro...’, não trabalhou não, ele vai pegar esse dinheiro de nós para ele, entendeu? É problema de país isso, mas o país não tem..., não tem guerra no país, não tem fome, mas o governo não trabalha certo não” (Haymitch, 43).

Assim como descrito por Haymitch, a corrupção é, infelizmente, uma parte da realidade política vivida no Senegal, assim como de outros países do continente africano, europeu ou americano. Mas ela é apenas uma parte do problema. Não podemos descartar

a influência que o Ocidente ainda tem sobre a África. A França, por exemplo – como país ex-colonizador –, ainda tem grande influência no território, na política e na economia senegalesa e de outros países como o Mali⁴³, República Centro-Africana, Ruanda e a Costa do Marfim. Esta presença não é efetivamente benéfica para a população, e o governo acaba se tornando refém ou agindo de forma combinada e omissa com os interesses dos ex-colonizadores (que de certo modo, ainda colonizam e exploram o território em busca de matéria prima e mão de obra barata) e contra a população, ao corromper-se, ou devido o histórico da economia africana que desde a colonização, “é uma economia orientada e controlada do exterior” (MUNANGA, 1993, p.105). Arrisco a dizer que a corrupção e a adesão às agendas neocoloniais e neoliberais são alguns dos problemas principais vivenciados atualmente em diversas partes do continente. São fenômenos já existentes no período colonial, e que se reapresentam com outras formas no presente.

Nenhum povo, a princípio, se mobiliza em prol da libertação pensando em sua própria “destruição”. Kabengele Munanga (1993, p. 103) nos lembra sobre as intenções que cercavam os processos de independência em África ao longo da segunda metade do último século.

A independência significava, a justo título, para todos, o fim das barreiras sociais e raciais, a desmitificação da inferioridade natural dos africanos e o desmantelamento do velho espectro da superioridade natural do branco. Representava um momento de ruptura entre um passado de humilhação, de desumanização, de exploração e um futuro diferente a ser construído. (MUNANGA, 1993).

Entre o que as independências poderiam significar e o que foi/é feito das independências na prática, há um abismo inegável.

Com a independência, o efetivo dos serviços administrativos dobrou, triplicou e quadruplicou em todos os países africanos. Criou-se uma casta privilegiada de ministros, deputados, altos funcionários e oficiais do exército. A principal “indústria” dos países africanos é, atualmente, a administração, cuja improdutividade é incontestável. As despesas de pessoal absorveram 78% do orçamento do Congo e 64% do Daomé em 1964. Nesses países, as despesas ultrapassam o total dos recursos fiscais propriamente ditos. Os países da ex-África Francesa totalizam 15 governos de mais de 150 ministros, com centenas de membros de

⁴³ PIGEAUD, Fanny. Basta de presença francesa na África!. Le Monde Diplomatique Brasil, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/basta-de-presenca-francesa-na-africa/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

gabinete, com milhares de parlamentares. No entanto, esses países em seu conjunto são menos povoados e menos ricos que a ex-metrópole. (MUNANGA, 1993, p. 104).

Há ainda, pequenos golpes disfarçados de projetos democráticos que são perpetrados pelos representantes políticos africanos. É essa, pelo menos, a avaliação de Haymitch faz da figura do atual presidente do Senegal, Macky Sall, no poder desde 2012. Haymitch pondera que *“não, ele não é ruim, porque fez dois mandatos agora. Ele fez uma lei..., para qualquer presidente que faz dois mandatos deve sair, mas ainda ele está lá.”* (Haymitch, 43)⁴⁴.

Aliado à corrupção, à instabilidade política ou a governos autocráticos, há ainda a influência externa de governos e empresas ocidentais para a manutenção de seus interesses econômicos e geopolíticos. Esse cenário se torna uma força reprodutora dos problemas – que poderiam ser resolvidos – sociais, econômicos e políticos em diversos países africanos. Por exemplo, o presidente Macky Sall, do Senegal, ainda está no poder – pois a Constituição do país permite – entretanto há uma possibilidade de ele concorrer ao pleito e desrespeitar a lei que ele mesmo promulgou. Com as independências, as elites africanas ocuparam a administração e com isso passaram a tomar o lugar que antes eram dos brancos europeus colonizadores. Esta elite, como enfatiza Kabengele Munanga (1993), passou a gozar de privilégios exorbitantes que até então eram concedidos aos colonos, um novo tipo de burguesia africana foi criado, aparelhada muitas vezes no funcionalismo público ou cargos políticos. No entanto, essa burguesia era predatória e conivente com os mandatários do poder.

Suponho que, parte dos sistemas políticos e de governança africanos que existem hoje em dia não abarcam a pluralidade de questões que orbitam as diferentes necessidades das sociedades africanas. A imposição de modelos políticos fantoches ou espelhados em uma democracia ocidental, por si só falha e excludente, revelam a artificialidade de sistemas políticos impostos a partir da lógica hegemônica global.

⁴⁴ Importante salientar que Haymitch contribuiu com a pesquisa em 2022. Enquanto isso, Sall veio a público dizer que não iria concorrer à presidência, entretanto, de acordo com a notícia mais recente sobre a realização do pleito no Senegal, entende-se que o atual presidente está inclinado a ir contra a constituição e concorrer ao cargo de presidente mais uma vez. Ver a notícia na íntegra: <https://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-no-senegal-um-teste-decisivo-para-a-democracia/a-62691517>. Acesso em: 10 ago. 2023.

De acordo com o cientista política norte-americano Robert Dahl, até chegar a uma democracia plena (no modelo ocidental), é preciso passar por algumas etapas (DAHL, 2015). Etapas estas que demandam a tomada de uma determinada consciência política pela sociedade, e isso não ocorreria do dia para a noite. Esta temática evoca a breve abordagem que fiz, ainda durante a graduação, sobre a evolução democrática na administração local de Teresina-PI⁴⁵, essa análise a meu ver pode ser pensada em países africanos para compreender a realidade política que vivem. Cobram uma democracia em seu mais alto patamar, porém, até chegar esse nível é necessário ajustar outros segmentos da sociedade para que se tenha garantias institucionais que indiquem a existência de um governo responsivo.

1. Liberdade de formar e aderir a organizações.
2. Liberdade de expressão.
3. Direito de voto.
4. Elegibilidade para cargos públicos.
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio.
- 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos.
6. Fontes alternativas de informação.
7. Eleições livres e idôneas.
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 2015, p. 27).

Tendo isso em vista, os países de “primeiro mundo” – assim denominados pelo cientista político Robert Dahl – cumpriram e/ou cumprem estas oito garantias institucionais. Esses países seriam qualificados como poliarquias⁴⁶, pois tiveram impasses e dificuldades políticas que foram superadas, mesmo que não de forma repentina. Arrisco-me a dizer que a superação de impasses que colocavam em dúvida sua “soberania” e a busca por governos responsivos foi possível devido a exploração de outras sociedades. E atualmente, esses países, classificados como “governos responsivos”, muitos dos quais são antigas metrópoles coloniais, influenciam diretamente na manutenção de contrariedades e/ou exigem que países africanos se adequem a um sistema político ocidental para ter então ajuda externa.

⁴⁵ SILVA, Arielle dos Santos. HEGEMONIA DO PSDB NA ADMINISTRAÇÃO DE TERESINA-PI (1986 – 2016). Universidade Estadual do Piauí, 2020 [Monografia].

⁴⁶ O regime político com o mais alto grau de inclusão tal como de competição política (DAHL, 2012).

Desse modo, ao fazer uma breve análise – já que a discussão que se segue dialoga com a Ciência Política – sobre o sistema político de governança atual de alguns países africanos (governados por ditadores ou não), questiono qual o melhor método de governança para aqueles países. O conceito de ditadura na contemporaneidade, está muito aliada à golpes de Estado e à repressão política (NAPOLITANO, 2019, p. 403) – o que não deixa de ser uma verdade. Entretanto, a origem do conceito está associada ao conceito greco-romana, que em momentos de caos (desastre natural, fome, guerra etc.) era necessário um líder – ditador – para retornar o funcionamento do governo (LAZAR, 2006). Antes do contato com os colonizadores ocidentais, no continente africano existiam sociedades que tinham diferentes formas de governança e lideranças⁴⁷, que não representavam sistemas essencialmente democráticos, mas que dentro da sua singularidade, funcionavam. O político e historiador Joseph Ki-Zerbo em sua obra *Para quando a África?* (2006) defende que não há ausência de cultura política em África e que há referências da “democracia” como a participação política, limitação e partilha do poder e da solidariedade que foram criadas e implementadas por sociedades africanas séculos antes da presença dos colonizadores europeus (KI-ZERBO, 2006).

A gestão do bem comum existia na África, como disse anteriormente, sob o nome de *forobà* (em língua diulá), que representa a concepção africana da "coisa pública" (*res publica*). A democracia de base existia ao abrigo de estruturas aldeãs, com a representação das diferentes famílias. Estas reuniam-se regularmente, quer através do grupo dos dirigentes destas famílias — os anciãos ou os decanos —, a fim de discutir todos os problemas relativos à aldeia, quer sob a direção de uma chefatura importante ou de um reino. Todavia, na base havia sempre essa autonomia camponesa e aldeã. Era o fundamento mais característico da autogestão africana. No nível superior, os chefes e os reis estavam rodeados por conselhos de anciões, que representavam os diferentes clãs ou as diferentes etnias presentes na aldeia ou na cidade. (KI-ZERBO, 2006, p. 63).

Um exemplo que difere do que seria um sistema “democrático”, era o Reino de Axum, que possuía uma estrutura política que se assemelhava às relações de vassalagem, quando, “por vezes, um monarca, ao ascender ao trono, via-se obrigado a inaugurar seu reinado com uma campanha militar por todo o país para obter dos principados ao menos uma submissão formal” (KOBISHANOV, 1983, p. 388). Em outras sociedades, em que

⁴⁷ Alguns exemplos como: Reino de Axum, Gana, Mali, Iorubas e Congo.

também havia lideranças centralizadas na figura de alguns reis, estes tinham atribuições muito bem definidas e delimitadas.

Fazia-se compreender ao rei, antes de ele ser investido, que devia reinar em proveito do povo. O rei, na maioria dos casos, fazia juramentos e comprometia-se solenemente, em nome dos seus antepassados, a trabalhar para a população e a não cometer abusos, atos de roubo, de desvio de mulheres etc. Geralmente era concluído um contrato, que ligava o rei à sua população através de um compromisso recíproco, como ocorria na região do povo axante. (KI-ZERBO, 2006, p. 66).

Além disso o rei deveria estar comprometido a não enriquecer às custas de seus súditos, e se submeter às obrigações pertinentes ao cargo. Neste sentido, Joseph Ki-Zerbo faz uma crítica ácida em relação aos atuais dirigentes africanos que perderam o hábito de prestar contas a certas instâncias (2006, p. 67). Tais dirigentes utilizam do poder político para alcançar a riqueza e o poder e, a partir de então, começam toda uma movimentação para adquirir bens e terrenos de forma fraudulenta, e quanto a isso Ki-Zerbo é bem enfático em sua crítica (2006, p. 68):

Daí resulta que ainda não existe uma tradição como na África pré-colonial: pessoas que assumam, para com a população, uma responsabilidade real e que se considerem a serviço de uma coletividade. Um dos grandes defeitos da África é não ter elites independentes que gozem de meios financeiros que lhes garantam uma autonomia em relação ao poder político; não há burguesia ou classe média constituídas. Mesmo as elites intelectuais alinham-se, muitas vezes, pela posição do poder político e econômico. Devido ao nepotismo e/ou à corrupção, a direção dos Estados africanos não pode assegurar corretamente a sua responsabilidade em relação aos interesses das camadas majoritárias da população. (KI-ZERBO, 2006, p. 68).

Somam-se a essa situação, os discursos eurocêntricos e coloniais que repetidamente reforçam a desqualificação dos sistemas, pensamentos e modelos africanos, que defendem o abandono das vias e características africanas, para atingir o que, por muito tempo, foi restrito aos colonizadores. E a busca por esses objetivos influenciam diretamente o estado mental dos imigrantes africanos, pois é preciso a todo momento provar e reafirmar que você é capaz de ocupar aquele espaço, que o seu intelecto é tão bom quanto de uma pessoa branca. O depoimento prestado por Peeta revela isso.

“Eu penso que eu tenho que me esforçar o dobro para ter o mínimo, então se eu vim até aqui eu não posso ser burro (risos). Por favor, se você vem para cá, não seja burro” (Peeta, 25).

Neste sentido, Fanon foi bastante enfático – e com razão – ao defender a necessidade de descolonizar as mentes, uma vez que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 30), a um ponto de fazer a pessoa negra se questionar da sua própria capacidade e cobrar-se ao extremo. Não é novidade que a presença negra no meio acadêmico e em outros lugares que não são marcados pela subserviência, é subrepresentada em relação a presença de brancos. O jurista Silvio Luiz de Almeida alerta isso em seu livro *Racismo Estrutural* (2019).

Essa segregação não oficial entre negros e brancos que vigora em certos espaços sociais desafia as mais diversas explicações. Eis algumas delas:

1. pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para a advocacia;
2. pessoas negras, como todas as outras pessoas, são afetadas por suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica;
3. pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados;
4. pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social. (ALMEIDA, 2019, p. 39).

Almeida (2019, p. 39) alerta ainda para o fato de que as duas primeiras explicações anteriormente reproduzidas são racistas, pois impõem que pessoas negras são inferiores naturalmente e que as pessoas negras são culpadas pelas próprias dificuldades que as assolam. Então, até o momento em que estes ambientes são ocupados por nós, há uma exigência (interna) que não permite que possamos cometer erro algum, que o branco previamente está esperando que erremos, pois para ele(s) somos inferiores e não temos capacidade de realizar demandas que não sejam braçais. É exaustivo, física e psicologicamente, provar que você é inteligente cotidianamente. Muito se foca no racista e pouco se preocupa com o psicológico da vítima que sofre racismo estrutural – entre outras formas de violência.

2.2. O trabalho até pode dignificar o homem... contanto que tenha o que calçar

Conforme abordado anteriormente, e inclusive explicitado por Haymitch, o que o levou a migração para o Brasil foi a busca por melhores condições de trabalho. Quando paramos para olhar a história do Brasil e observamos as relações históricas que foram construídas em torno do trabalho, desde o período colonial-escravocrata até à criação da CLT no século XX, é notório que o processo de escravização de pessoas africanas reflete-se ainda hoje no mercado de trabalho. Afinal, o Brasil moderno é fruto também da escravidão (ALMEIDA, 2020, p. 108). Há um grupo que majoritariamente está na posição de subserviência e outro na posição de chefia.

Nas relações trabalhistas construídas no Brasil, por vezes, alguns empregadores acreditam serem “donos” de seus empregados, e exploram a sua mão de obra sem pudores, incorporando práticas análogas à escravidão. Essas condições se tornam mais explícitas quando os trabalhadores são oriundos de fluxos de migração interna (como do Norte ou Nordeste) ou de alguns países da América do Sul, Caribe ou África. Não nos esqueçamos que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, e ainda hoje há casos de pessoas negras submetidas ao cárcere privado e obrigadas a trabalhar para famílias por décadas, sem nenhum tipo de remuneração, algumas sequer sabendo que esta prática era ilegal. A exemplo disso, podemos citar dois casos: da Madalena Gordiano e de Yolanda. De acordo com Naiara Galarraga Gortázar, em reportagem publicada pelo Jornal *El País Brasil*⁴⁸, Madalena foi submetida ao trabalho escravo desde os 8 anos de idade e trabalhou durante quatro décadas para uma família branca abastada. Já Yolanda foi resgatada aos 89 anos de idade, em 2022, e foi vítima de trabalho análogo a escravidão por 50 anos, de acordo com o portal G1⁴⁹. Ambas são mulheres negras, sofriam abusos físicos, psicológicos, econômicos e verbais, não recebiam qualquer tipo de remuneração e foram privadas do convívio com outras pessoas.

Por presumir que são donos de seus empregados – muitas vezes negros – há no imaginário do empregador que o fato de ofertar um emprego seria um tipo de dívida ou

⁴⁸ GORTÁZAR. Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. *El País Brasil*, São Paulo, 14 jan. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html#?prm=copy_link. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁴⁹ FANTÁSTICO. Idosa de 89 anos é submetida a trabalho análogo à escravidão por cinco décadas. G1, Rio de Janeiro, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/24/idosa-de-89-anos-e-submetida-a-trabalho-analogo-a-escravidao-por-cinco-decadas.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

benefício autossuficiente – quase um privilégio. Ter um emprego, de baixíssima ou insuficiente remuneração, sem direitos trabalhistas (ou negando os existentes quando inseridos no regime da CLT), sem equipamentos de proteção seria o único direito dos trabalhadores. Soma-se a esse quadro as constantes humilhações e abusos. Pessoas em estado de vulnerabilidade ou sem o entendimento sobre seus direitos⁵⁰ ainda são submetidas a essas situações com mais frequência ainda. Muitas vezes não percebem (ou se submetem por desespero) que foram incorporadas a um trabalho forçado e/ou que seus direitos foram burlados. De acordo com o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas⁵¹, o perfil racial de pessoas que são resgatadas em situação análoga à escravidão, em sua maioria, é de pessoas pardas (50%), seguido de brancas (21,5%) e pretas (13,6%). Portanto, pessoas negras representam quase 65% desse total. Ao observar o grau de escolaridade, nota-se que 34,4% das pessoas resgatadas tem até o 5º ano completo, 27,5% são analfabetas e 15,9% têm do 6º ao 9º ano incompleto.

Partindo do pressuposto de que por séculos foi negado às pessoas negras o direito à educação – em razão da condição escravista⁵² –, as porcentagens previamente apresentadas no parágrafo anterior, reproduzem as consequências deste passado na contemporaneidade, em que pessoas negras são submetidas a trabalhos análogos a escravidão e tem seus direitos negados. Outra face desse cenário revela-se nas desigualdades de remuneração e oportunidades entre pessoas brancas e negras, já que a maioria das funções cargos de chefia, destaque e gestão, mais bem remunerados e de maior *status* são ocupados por brancos. A negação dos direitos trabalhistas, a segregação educacional e a desigualdade de oportunidades e tratamento são reflexos do racismo institucional e estrutural que perdurou por anos no país.

⁵⁰ Ver os dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>

⁵¹ Este observatório foi criado e lançado em 2017 em parceria do Ministério Público do Trabalho e da OIT.

⁵² “A população escrava era impedida de freqüentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros – automaticamente esta legislação (art. 6, item 1 da Constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. Ainda no século XIX surgiram as primeiras faculdades de medicina, odontologia, engenharia e direito, esta última fundada no ano de 1827 em São Paulo. Apesar dos subsídios do Estado, este ensino possuía um custo altíssimo, e era destinado quase que exclusivamente às classes sociais privilegiadas para a formação de profissionais de alto nível que iriam exercer as funções do capital e as funções políticas no país. Em 1854, a reforma de Couto Ferraz (decreto 1.331A de 17 de fevereiro de 1854) instituía a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 07 anos e a gratuidade das escolas primárias e secundárias da Corte. Cabe ressaltar, entretanto, dois pontos relevantes nesta Lei, que comprovam a ideologia da interdição: primeiro, nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravas; segundo, não havia previsão de instrução para adultos. De uma maneira geral, essa reforma educacional previa a exclusão dos negros escravos, adultos e crianças, além de associá-los às doenças contagiosas da época, provavelmente a varíola e a tuberculose.” (ARAÚJO; SILVA. 2005, p. 68).

O Ministério Público do Trabalho, junto com a Organização Internacional do Trabalho, realiza em diferentes partes do Brasil operações de resgate de trabalhadores que estão em situação análoga à escravidão. De acordo com os dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas não houve nenhum resgate em que fosse constatado pessoas de nacionalidade de origem africana, todavia, isso não quer dizer que todos os seus direitos trabalhistas estão sendo respeitados. Cabe aqui lembrar o caso do jovem congolês Moïse Kabagambe⁵³, de 24 anos, que foi morto por reivindicar a remuneração dos dias trabalhados em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. O crime que ceifou a vida deste imigrante congolês, ocorreu em janeiro de 2022. Os assassinos agrediram Moïse durante 15 minutos. O jovem foi encontrado morto e amarrado em uma escada por causa de R\$200. Ana Flávia Magalhães, Carlos da Silva Jr., Fernanda Oliveira, Mariléa Almeida e Patrícia Alves-Melo – integrantes da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros –, em entrevista para o UOL Notícias, assinalaram ainda que este não foi um caso isolado. Casos similares ocorreram em outros estados do Brasil e contra jovens adultos de outras nacionalidades que tem em comum a cor da pele negra.

A cidadania e os direitos humanos, infelizmente, não são para todos. Por mais que pelas leis todas/os sejam cidadãos e devam ser tratados/as com respeito e com dignidade, ideológica e estruturalmente, pessoas negras e imigrantes de determinadas regiões ainda são vistos como inimigos do Estado, seres inferiores e subalternos, por parte de alguns “cidadãos de bem⁵⁴”, e por isso deveriam ser eliminados. Aqueles que são considerados “cidadãos de bem” neste país ditaram – e ditam – as regras sociais e políticas, desde quem pode votar até quem pode utilizar calçados.

⁵³ Ver na íntegra: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/02/02/assassinato-de-jovem-congoles-destroi-imagem-de-pais-cordial-e-hospitaleiro.htm>.

⁵⁴ Este termo foi popularizado em virtude do perfil eleitoral de pessoas que votaram e seguem o Jair Bolsonaro. Por apresentar o perfil de defensor dos valores cristãos, ser contra o casamento homoafetivo e defender o porte de armas, estas pessoas receberam essa nomenclatura de “cidadãos de bem”. Contudo, esta nomenclatura é acarretada de ironia, pois de “bem” só há o nome. Pois são pessoas que promovem em seus discursos o preconceito, a xenofobia, o racismo e o elitismo. E não se surpreenda caso veja uma notícia em que uma pessoa desse perfil ter cometido atos ilícitos – crimes.

2.2.1 “O sapato ia ajudar nós, mas ele não quer”: reflexos do passado escravista e o padrão racista nos dias de hoje

O uso de calçados e roupas, propriamente ditas, em muitas sociedades e em temporalidades e espaços variados, pode revelar o *status* social ou de poder de algumas pessoas em diferentes grupos de convivência (LIPOVETSKY, 2009, p. 24-5). Na modernidade capitalista e classista, esses marcadores podem evidenciar a qual classe social e econômica uma pessoa pertence, apenas em olhar os seus sapatos, roupas ou bolsas e a marca que carregam. Gucci, Chanel, Louis Vuitton, Manolo Blahnik, Yves Saint Laurent (YSL), Dolce & Gabbana, Prada, são marcas que a classe trabalhadora – geralmente – não utiliza, são marcas de luxo e onerosas, em que o par de sapatos pode custar até vinte vezes o valor do salário-mínimo. A classe trabalhadora compra e usa sapatos que não são de marcas luxuosas. Dependendo do ambiente e ocasião, a ausência ou o uso inapropriado de um sapato, roupa ou bolsa, pode implicar que aquela pessoa não pertença àquele lugar, classe ou grupo. Por isso aquela pessoa poderá receber um tratamento diferente dos demais, devido à ausência de um simples acessório, mas de grande prestígio. Aos recortes de classe inclui-se nesses marcadores, muitas vezes, também o de pertencimento étnico-racial e de gênero.

O uso de sapatos, durante o período escravocrata, apresentava uma grande importância, já que estava restrito àqueles considerados cidadãos livres. “Marco social basilar, o uso de sapatos era vetado aos escravizados, de modo que abordar indumentária é, literalmente, discutir modelos de cidadania e de uso dos espaços coletivos” (SOARES; VELOZO, 2020, p. 110). Em sua esmagadora maioria, aqueles que eram considerados cidadãos eram homens e brancos. O uso de sapatos por negros africanos e seus descendentes na condição de escravizados poderia até ocorrer devido a algumas concessões, como no caso da pandemia de cólera. Luiz Felipe de Alencastro (1997) expõe que esta doença acometia pessoas que não tinham acesso a cuidados sanitários. Essas pessoas eram em sua maioria escravizadas ou trabalhadores pobres (portugueses ou brasileiros). Desse modo era necessário tomar uma medida para conter a doença. Foi sugerido que fazendeiros conduzissem os escravizados à corte – na cidade – para ter o devido tratamento, entretanto houve manifestação quanto essa medida por medo de aumentar a contaminação. Durante este período ficou evidente a importância do uso de

sapatos como forma de evitar a proliferação de doenças⁵⁵, e sobretudo demarcar o lugar social que este acessório conotava. Um “escravo de ganho” até poderia “ter meios para vestir calças bem-postas, paletó de veludo, portar relógio de algibeira, anel com pedra, chapéu de coco e até fumar charuto em vez de cachimbo” (ALENCASTRO, 1997, p. 79), mas não poderia estar calçado, tinha que estar com os pés no chão, para ficar bem evidente o lugar social que aquele indivíduo ocupava, “para deixar bem exposto o estigma indisfarçável do seu estatuto de cativo” (ALENCASTRO, 1997, p. 79).

Dito isso, e conforme já exposto acerca da problemática relação que há entre empregador e empregado no Brasil, marca de um passado escravagista em um presente neoliberal, Haymitch detalha sobre as suas experiências empregatícias. Quando questionado sobre o motivo que o levou deixar seu emprego no Rio Grande do Sul, ele expõe que:

“Muito frio! Não aguenta não [risos]. É porque eu gosto de trabalho lá, trabalho na roça, mas tempo de frio... eu falei com o dono de empresa, eu e outro meu amigo: “está muito frio, tem que comprar o... o sandália de... não, como é que fala? Sandália de couro”. O sapato ia ajudar nós, mas ele não quer. Está muito, muito frio. Trabalhei lá fora, na roça para colher maçã, entendeu? Depois nós não aguentamos mais. Eu... e duas pessoas saíram de lá. Viemos aqui *pra* cá, em Anápolis, aqui ele me falou de Goiás, Anápolis, *tava* tranquilo, né? Parece clima de capital de Senegal não tá muito frio. Nós viemos para cá, aqui [Anápolis] também trabalhamos na empresa. Eu fui lá, nós foi na Anápolis 9 meses, trabalhou na empresa, entendeu?” (HAYMITCH, 2022).

Este relato de Haymitch expõe alguns pontos que são preocupantes. O primeiro é em relação a obrigatoriedade do empregador em fornecer equipamentos de segurança exigidos pela Norma Regulamentadora n° 31, e ainda assim o empregador se recusa a fornecer. De acordo com a Norma Regulamentadora n° 31, disponibilizada pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul⁵⁶, o empregador deve fornecer gratuitamente os equipamentos de proteção pessoal aos trabalhadores:

31.20 Medidas de Proteção Pessoal

⁵⁵ “Numa cidade cheia de livre e libertos negros e mulatos que andavam ao lado de milhares de escravos, a iniciativa criaria uma bruta confusão. Como saber quem era quem, se todo mundo passasse a usar sapatos? Daí, talvez, a prudente ressalva do dono da sapataria da rua do Carmo: os escravos poderiam usar sapatos “enquanto” durasse o surto de cólera”. (ALENCASTRO, 1997, p. 79).

⁵⁶ Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/01121430-nr31-seguranca-e-saude-no-trabalhado.pdf>.

31.20.1 É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI), nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente comprovadas inviáveis ou quando não oferecerem completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- c) para atender situações de emergência.

31.20.2 O empregador rural ou equiparado, de acordo com as necessidades de cada atividade, deve fornecer aos trabalhadores os seguintes equipamentos de proteção individual:

f) proteção dos membros inferiores;

1. **botas impermeáveis e antiderrapantes para trabalhos em terrenos úmidos, lamacentos, encharcados ou com dejetos de animais;**

2. botas com biqueira reforçada para trabalhos em que haja perigo de queda de materiais, objetos pesados e pisões de animais;

3. botas com solado reforçado, onde haja risco de perfuração.

4. botas com cano longo ou botina com perneira, onde exista a presença de animais peçonhentos;

5. perneiras em atividades onde haja perigo de lesões provocadas por materiais ou objetos cortantes, escoriantes ou perfurantes;

6. calçados impermeáveis e resistentes em trabalhos com produtos químicos;

7. calçados fechados para as demais atividades. (BRASIL, 2013).

Conforme exposto, o empregador deve fornecer os equipamentos de proteção mediante algumas condições. Mas, tais condições, implicam em uma brecha que, de certo modo, beneficia o empregador e condiciona essa responsabilidade para o empregado, de que se ele quiser certa proteção, o mesmo deve providenciar. Contudo, o subitem 31.20.2 já implica em uma obrigatoriedade de o empregador rural ou equiparado fornecer os equipamentos de proteção individual de acordo com as necessidades de cada atividade, e dentre eles está o uso de **botas impermeáveis**. Além desses adendos, há o subitem 31.19.1⁵⁷ que trata exclusivamente das condições climáticas e das orientações para a execução do trabalho:

31.19 Fatores Climáticos e Topográficos

31.19.1 O empregador rural ou equiparado deve:

- a) orientar os seus empregados quanto aos procedimentos a serem adotados na ocorrência de condições climáticas desfavoráveis;
- b) interromper as atividades na ocorrência de condições climáticas que comprometam a segurança do trabalhador;

⁵⁷ Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/01121430-nr31-seguranca-e-saude-no-trabalhado.pdf>.

c) organizar o trabalho de forma que as atividades que exijam maior esforço físico, quando possível, sejam desenvolvidas no período da manhã ou no final da tarde. (BRASIL, 2013).

Então, ao desconsiderar os fatores climáticos e negar o calçado apropriado para Haymitch, o empregador deturpa as regras trabalhistas em prol de seu benefício. É fácil induzir o trabalhador imigrante, que não conhece as regras trabalhistas do novo país, às condições exploratórias e abusivas de sua mão de obra e omitir/negar seus direitos. Estes imigrantes já chegam no Brasil com várias desvantagens e em situação de insegurança, que facilitam a omissão ou recusa de direitos por parte dos empregadores. Muitas vezes, o desconhecimento do idioma é o primeiro obstáculo enfrentado. No caso de Haymitch, ele não falava português no momento que chegou no Brasil, aprendendo o idioma com o tempo – e está em constante processo de aprendizado –, vivendo e se comunicando com brasileiros. Então, se ele não conhecia o idioma, quais eram/são as chances de Haymitch conhecer as Normas Regulamentadoras do Trabalho? E quando o contrato foi encerrado e/ou se fosse demitido, ou pedisse demissão, qual é a garantia que seus direitos como rescisão contratual, FGTS, seriam pagos corretamente? Neste caso, Haymitch relata que seus direitos foram pagos e ele foi bem tratado.

A: Quando vocês decidiram sair de lá, ele pagou direitinho os direitos, tudo direitinho?

Haymitch: Tudo direitinho, tudo direitinho se.... porque se.... esse tempo que eu saí de lá, ele me pagou direitinho, me deu o número dele para se eu quiser voltar, posso voltar. Porque ele me falou que gostou, *'trabalhou aqui, trabalhou certo, nenhum patrão veio aqui para reclamar, você está fazendo o trabalho certo, não fez as coisas bagunçado, não'*. Ele falou isso, tá? Mas ele me pagou muito bem, me tratou bem, sabe pagar muito bem, pagamento tranquilo” (Haymitch, 43).

Não é a intenção infantilizar⁵⁸ o imigrante negro e africano. Retratá-los como ingênuos e que precisam de tutela são descrições que reforçam estereótipos. Como já foi mencionado em passagens anteriores, pessoas com diferentes níveis de escolaridade podem ser induzidas a trabalhos forçados ou abusivos pela ausência de conhecimento sobre seus direitos. Esse desconhecimento atinge pessoas de diferentes raças e classes

⁵⁸ Ver a definição de *Infantilização* apresentado por Grada Kilomba em Memórias da Plantação (2019, p.79).

sociais – apesar de dados e estudos do Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas⁵⁹ comprovarem que o índice do grau de analfabetismo em pessoas negras é maior. Mesmo assim devemos estar atentos a alguns aspectos que podem propiciar a omissão ou a recusa de respeitar os direitos trabalhistas, como o idioma, a nacionalidade, a classe, gênero e raça. E este último é o mais problemático, pois gera o seguinte questionamento: se fosse um imigrante europeu com pele branca e olhos claros, os sapatos seriam negados? Se fosse um argentino ou uruguaio os sapatos e os direitos seriam negados? Não se pode ignorar que o processo de desumanização da pessoa preta foi e é bastante eficaz.

No início do ano de 2023, foi amplamente noticiado pela comunicação social brasileira o caso do emprego de trabalho escravo e xenofobia contra baianos nas vinícolas no Rio Grande do Sul. De acordo com Gustavo Foster, jornalista do portal G1-RS, o vereador “Sandro Fantinel (Patriota) pediu que empresas 'não contratem mais aquela gente lá de cima', em referência a baianos”, e que ele ainda “sugere que se dê preferência a empregados vindos da Argentina, que, segundo ele, seriam 'limpos, trabalhadores e corretos’⁶⁰. A partir do posicionamento deste representante político, está mais que óbvio a ideia que se tem sobre pessoas negras e pessoas brancas e o devido tratamento que cada um merece devido a sua raça.

O ex-empregador reforça que gostou do trabalho executado por Haymitch e que poderia voltar a trabalhar para ele. O que não fica evidente, porém subentendido, é que as condições de trabalho são aquelas e não mudarão.

2.3. “Agora você vai voltar para o seu país!”: ascensão dos discursos da extrema direita no Brasil e no mundo

A presença de estrangeiros pode incomodar os habitantes de um país de acolhimento em diferentes contextos e situações. Eles podem envolver fatores religiosos, históricos (disputas por território, genocídios, perseguições), diferenças culturais e

⁵⁹ Ver os dados em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>.

⁶⁰ FOSTER, Gustavo. Vereador de Caxias do Sul é acusado de xenofobia contra baianos em caso de trabalho escravo em vinícolas. G1, Rio Grande do Sul, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/28/vereador-de-caxias-do-sul-diz-para-vinícolas-nao-contratarem-baianos-única-cultura-que-eles-tem-e-viver-na-praia-tocando-tambor-video.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

linguísticas, aumento populacional maior do que o país é capaz de comportar, crises econômicas, problemas habitacionais, a ascensão de movimentos reacionários, nacionalistas e de extrema direita e a influência dos imigrantes nas estruturas de assistência social em um país (serviços de saúdes, educação, transporte e moradia). E sobretudo, pode interferir também no mercado de trabalho, pois imigrantes também estão na busca por oportunidades de emprego e podem, em algumas situações, disputar vagas com os demais nativos – o que não ocorre na maioria das vezes, já que estes ocupam quase sempre empregos considerados “inferiores” ou com condições de tratamentos e remuneratórias péssimas, na construção civil, limpeza em prédios, lanchonetes, restaurantes e no abate de aves e suínos (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2016, p. 81). A questão trabalhista pode, inclusive, redesenhar o cenário social e estrutural de um país, isto é expresso no livro da Neusa Maria Mendes Gusmão, *“Os filhos da África em Portugal – Antropologia, multiculturalidade e educação”* (2005) que investiga a presença de imigrantes africanos em Portugal.

Os imigrantes africanos que chegaram na década de 1960 vieram para preencherem a demanda de mão-de-obra na construção civil e muitos acabaram não retornando aos países de origem e fixando-se em Portugal. Na década de 1980 iniciou-se um novo fluxo imigratório de africanos que vieram trabalhar na construção civil. Este grupo, formado pelos que vieram nas décadas de 1960 e 1980, não possui a nacionalidade portuguesa nem as mesmas qualificações profissionais que garantiram aos “retornados” não-brancos terem condições de manterem uma certa qualidade de vida e posição de status dentro da sociedade portuguesa. Tanto o primeiro grupo, que possui a nacionalidade portuguesa, quanto o grupo dos filhos dos imigrantes africanos das décadas de 1960 e 1980, não se consideram propriamente como “imigrantes” no sentido que esta palavra implica – a condição de estrangeiros. E não é exatamente assim que eles se percebem, mas é assim que são percebidos. (GUSMÃO, 2005, p. 65).

Neste caso, grande parte desses imigrantes acabaram por ocupar nas décadas de 1980, 1990 e 2000 vagas de emprego na área da limpeza, cozinha, construção civil, que não eram ocupados pelos brancos portugueses. Estes imigrantes, ao chegar naquele país, passaram a ocupar estas vagas rejeitadas pelos portugueses brancos⁶¹. Ao mesmo tempo,

⁶¹ Reforço com veemência a questão racial, pois, há portugueses negros em Portugal, alguns são “filhos da diáspora”, mas que não são considerados portugueses por não ter o fenótipo esperado e por isso, por mais que tenham qualificação para ocupar empregos que não são braçais, encontram dificuldades na contratação após entrevistas.

muitos portugueses emigravam para outros países europeus (como a França) ou para os EUA, para realizar tarefas similares às aquelas rejeitadas em seu país.

Em uma sociedade como a brasileira esse cenário pode vir a ocorrer um dia, no entanto, há imigrantes que chegam ao Brasil com qualificação acadêmica e podem ocupar vagas que poderiam ser destinadas à população brasileira, e pode incomodar a população que acredita estar sendo prejudicada devido a este cenário. Se este cenário fosse preponderante, poderia explicar (mas não justifica) o aumento dos discursos xenofóbicos e racistas contra haitianos e africanos, espelhados por uma ideia repetida nas redes sociais: a ordem de retorno aos seus países de origem. Mas não, pelo menos não isoladamente. Os fatores que explicam o aumento da xenofobia contra africanos no Brasil e em outros países ocidentais também têm outro forte fator.

No centro da questão, o problema nunca foi ceder ou perder a sua vaga para um imigrante⁶², mas sim, perder a sua vaga para um imigrante negro africano e/ou ter que conviver com ele, ocupar espaços comuns com eles. Os obstáculos referentes ao acesso, aceitação e aos preconceitos são evidentes quando tratamos de forma comparativa a recepção a imigrantes brancos e o acolhimento de imigrantes da pele “mais *coisadinha*”⁶³. No centro dessa questão está o racismo.

O plano eugênico de embranquecimento do Brasil não é recente. Desde a segunda metade do século XIX houve o incentivo imigratório de europeus em direção ao Brasil com a intenção de branquear a população. A historiadora Lilian Schwarcz em sua obra “*Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de modesto brocos*” (2013), expõe de forma detalhada como ocorreu esse embranquecimento, mostrando ainda que a origem dessa tese teve influência da interpretação cristã sobre a bíblia e que esta é uma das razões para reverter a maldição de Noé. A ideologia do embranquecimento no final do século XIX no Brasil é “produto e produção de uma larga tradição de pensamento, que frutificou em território nacional desde os tempos coloniais” (SCHWARCZ; LOTIERZO, 2013). Acredito que não houve a expulsão⁶⁴, ou melhor dizendo, não houve uma política sistemática de retorno da população afrodescendente ao continente africano devido a sua

⁶² De acordo com o livro *Valentes*, de Aryane Cararo e Duda Porto de Souza – já citado previamente –, ainda que todos os imigrantes e refugiados estivessem empregados, este número não ocuparia todas as vagas de emprego que há disponível no meio formal (p. 32, 2020).

⁶³ Esse termo é bastante utilizado pela trancista e comunicadora Sara Mara (@samarabrisa) que ao tratar de assuntos referente ao povo negro nas redes sociais, evita de utilizar a palavra “negro(a)” pois as plataformas tendem a não entregar o conteúdo.

⁶⁴ Utilizo da expressão “expulsão”, pois para querer regressar ao seu local de origem, primeiramente devem ter saído por escolha espontânea, o que não foi o caso de negros africanos no Brasil durante todo o período escravagista.

inviabilidade (mesmo que projetos tenham existido) e o desejo da antiga classe senhorial, na República representada pela burguesia e pequena burguesia, em ser servido – justamente o lugar que o negro ocupava há muito tempo. Soma-se a isso o genocídio praticado contra o negro no Brasil e denunciado por intelectuais negros a décadas, como pelo pensador Abdias Nascimento.

No primeiro capítulo, ao discutir sobre o racismo no Brasil, abordamos alguns fatores que explicam a ocorrência cotidiana de episódios de racismo e a forma estrutural e institucionalizada destas práticas. Por vezes, o racismo é velado por conta das nuances estruturais e muitas pessoas racistas – que dizem não ser, pois os avós eram negros, por conviverem com pessoas negras etc. – se escondem atrás de máscaras que foram enrijecidas com o passar dos anos. Estas mesmas pessoas que se escondem, sentem-se à vontade para expressar o seu ódio e sair da “toca” quando uma autoridade do governo é conivente e não repreende essas ideias.

A ideologia racista sempre esteve e está na atmosfera brasileira, mas ela pode se tornar ainda mais grave quando essa atmosfera se torna densa, e intensifica-se, como na recente conjuntura política brasileira, quando o cargo político governamental de maior importância do país, a Presidência da República, foi ocupado por um político produtor e reproduzidor de discursos de ódio e violência contra as minorias. Em tempos de crise, procura-se um culpado, um povo, uma etnia, um grupo, uma classe, um partido político, um grupo religioso, para que seja responsabilizado pela situação vivida. Alguém caracterizado como o inimigo do Estado, da sociedade, dos “bons costumes”, dos “valores nacionais” e que, por isso, deve ser combatido, expulso ou exterminado, como os judeus na Alemanha e os tutsis em Ruanda. Na última década houve a ascensão de posicionamentos da extrema-direita e neofascistas em diversos países do Ocidente e na América Latina, e tais posicionamentos foram replicados em outros locais do globo. No cerne da questão estava o ensejo de retornar aos princípios conservadores como caminho de “salvar” a nação das ameaças que as assolavam. Paul Gilroy (2018) expõe a “reformulação” (*rebranding*) que há no fascismo na Grã-Bretanha que de certo modo, pode explicar esse fenômeno que também ocorreu no Brasil, principalmente apoiado às *fake news*:

Esse *rebranding* maciço de um fascismo genérico foi cuidadosamente construído para maximizar os efeitos da mediação computacional. Operando efetivamente online desde 2015, a “*alt-right*” e seus diversos aliados - os identitários, a “*alt-light*”, os neorreacionários e os antigos

neonazistas, os supremacistas brancos e os antissemitas - projetaram uma visão de suas atividades não mais como mal radical, mas ousadas, transgressoras, cômicas, irônicas e futuristas. Mesmo quando acompanhados por um contingente de imitadores confusos, esses autoritários conseguiram evocar imagens sedutoras da utopia que orienta suas escolhas políticas pragmáticas. (GILROY, 2018).

Como bem pontuado por Alejandro Pérez Polo, no seu breve artigo *A extrema-direita como expressão do colapso do Ocidente* (2023)⁶⁵, o medo é o principal componente para o crescimento desse posicionamento político no Ocidente.

No Ocidente há medo: medo dos refugiados e de um mundo exterior que assoma tragicamente todos os dias nas águas do Mediterrâneo. Medo da Rússia e das novas potências emergentes. Medo das alterações climáticas, medo de protestos sociais que já não podem ser geridos eficientemente, medo de notícias falsas e do populismo. Medo, em suma, do futuro. Este medo é o principal ingrediente de que se alimenta a extrema-direita, que oferece discursos mais tranquilizadores, estruturados em torno do regresso de valores e estados fortes, prontos a lutar face às turbulências do nosso século. (POLO, 2023).

Ainda seguindo esta linha de pensamento, Polo afirma que a esquerda falha nessas resoluções dos temores em relação ao futuro, e por esta razão – dentre outras – a extrema-direita ganha espaço com seus discursos tranquilizadores. E, diferente da extrema-direita do nazismo e fascismo da primeira metade do século XX que tinha características de preocupar-se com o futuro, a extrema-direita atual é reativa, e “sem uma esquerda capaz de assumir estas ansiedades existenciais, o terreno será fértil para os seus sucessivos triunfos eleitorais” (POLO, 2023)⁶⁶.

A fim da crise econômica iniciada em 2008 foi seguido/motivado pela ascensão governos de esquerda ou de grupos progressistas no globo em diversos países no mundo. Alexis Tsipras ganhou as eleições na Grécia em 2015. Pablo Iglesias, aliado a partidos de esquerda, obteve quantidade de votos expressivos na Espanha em 2018. Em Portugal, o Partido Socialista voltou ao poder em 2015, com a eleição de António Costa. Bernie Sanders teve uma participação de destaque em 2016 nas eleições nos Estados Unidos. Já na Itália e França posicionamentos de esquerda começavam a subir nas pesquisas de intenção dos votos em 2015. Dois anos mais tarde, a esquerda começou a demonstrar

⁶⁵ Originalmente o artigo foi publicado na Revista *El Viejo Topo*, Edição N° 420 de janeiro de 2023, a tradução é de Ângelo Novo. Acesso em 31. out 2023. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr36_05_AlejandroPerezPolo.html#_ftn0.

⁶⁶ Ver em: http://www.ocomuneiro.com/nr36_05_AlejandroPerezPolo.html#_ftn0.

fragilidade, Donald Trump tornou-se presidente em 2017, a candidata da extrema-direita da França, Marine Le Pen chegou no segundo turno ao disputar o pleito com Emmanuel Macron – o que foi repetido em 2022. Na Itália, o partido de extrema-direita “Lega” alcançou resultados significativos nas eleições parlamentares, o mesmo ocorreu na Espanha, com o partido “VOX” em 2018, e em Portugal, com o partido neofascista “Chega”. O cenário político ocidental, atualmente, exhibe um mapa em que a extrema-direita governa a Itália, a Hungria (com o primeiro-ministro Viktor Orbán ultraconservador e nacionalista), com o crescimento do Partido de Marine Le Pen nas eleições parlamentares na França em 2023. Além disso as eleições europeias nos próximos anos serão disputadas por partidos de Direita e da Extrema-Direita, enquanto nos Estados Unidos Donald Trump se apresenta novamente candidato para ocupar a Casa Branca em 2024⁶⁷.

Seguindo a mesma onda que os países Ocidentais, a América Latina também seguiu um período governamental de direita e de ascensão da extrema-direita. Ao tratar do Brasil tivemos a eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018, e este em particular – assim como outras figuras políticas ocidentais – apresentava (e apresenta) falas e posicionamentos racistas, sexistas, homofóbicos e alinhamento ideológico com a extrema-direita global. Unificando “os excluídos de cima (essas elites nacionais que foram excluídas do globalismo) e os excluídos de baixo (os perdedores da globalização) sob um único eixo” (POLO, 2023)⁶⁸ a ultradireita consegue se estabelecer no poder facilmente. A recessão econômica no governo Dilma e o *impeachment* da ex-presidente, contribuiu para os temores e anseios da população em relação ao futuro que a esquerda não seria capaz de solucionar, e conforme mencionado anteriormente, este é o terreno perfeito para a ascensão da direita.

Esta explanação se faz necessária pois se considerarmos alguns aspectos da sociedade brasileira, não seria o melhor cenário que um projeto político conservador e ultraliberal fosse eleito: mais da metade da população considera-se negra; a desigualdade econômica é grave, a nação que existe hoje, nasceu de uma estrutura escravocrata; a parcela que está abaixo da linha da pobreza é majoritariamente de pessoas negras. Logo subentende-se que o presidente de extrema-direita eleito em 2018 recebeu votos de pessoas negras, que também são os “excluídos de baixo (os perdedores da globalização)”, como defendido por Alejandro Pérez Polo.

⁶⁷ Ver em: http://www.ocomuneiro.com/nr36_05_AlejandroPerezPolo.html#_ftn0.

⁶⁸ Ver em: http://www.ocomuneiro.com/nr36_05_AlejandroPerezPolo.html#_ftn0.

Sabemos que falta letramento racial para uma grande parcela da população brasileira e mundial. Também reconhecemos que uma parcela significativa da população foi envolvida pelas notícias falsas que circularam nas redes sociais e pelos discursos de ódio que prometiam um retorno a determinados valores para que seus medos e necessidades fossem resolvidos. Porém, subliminarmente, aquele governo estava engajado em explorar pessoas negras. No entanto, uma outra parcela viu neste projeto a possibilidade de expulsão de imigrantes, a retirada de direitos sociais, a destruição das universidades públicas que abriram suas graduações para estudantes negros com as políticas afirmativas, o fim do respeito ao direito reprodutivo das mulheres e os direitos de casais homoafetivos. Ao se deparar com os resultados das eleições de 2018, Haymitch se disse surpreendido. Suas palavras descrevem um caso de xenofobia, racismo e resulta dos discursos de ódio:

“Foi dia de eleição, Bolsonaro ganhou. Primeira vez, eu passei e uma pessoa me falou: *“você vai sair do país porque Bolsonaro ganhou”*. Direitinho, eu ouvi! Tô passando... Sabe? *“Tu vai sair porque o Bolsonaro ganhou”*, eu ouvi, eu não ia falar... Eu ouvi, mas nem respondi, não falei nada, sabe? Porque tinha uns palavrão, não é? Eu não ia valorizar a fala dele. Eu ouvi e não virei a cabeça, não. E fui embora, entendeu? Mas graças a Deus não deu certo o que ele falou” (Haymitch, 43).

Questiono: quais soluções xenofóbicas seus eleitores e apoiadores estavam esperando do ex-presidente? Será se esperavam que do dia para a noite todos os vistos e permissões fossem revogados e os imigrantes deportados? Neste momento – e em outros – é notório que o bolsonarismo era e continua sendo, maior que o Bolsonaro. Ao pensar a imagem de um rei como representação de uma ideologia e um modo de governo (BURKE, 1994), e quando bem realizada a campanha, essa se faz eficiente para aqueles que a criaram – e “compraram”. Mesmo que o ex-presidente, por ora, inelegível, não possa concorrer nas próximas eleições, ou outra pessoa que representa a imagem do bolsonarismo poderá concorrer. A ideologia sustentada por parte da “corte”, estará pronta para recebê-lo(s) novamente.

A quantidade de imigrantes africanos que entrou no Brasil após a eleição de Bolsonaro foi a menor dos últimos 15 anos. No entanto, não é possível (ainda) traçar uma relação destes números com o resultado desta eleição, já que em 2020 o mundo mergulhou na pandemia da Covid19. E não é possível ter conhecimento se houve o êxodo maciço de imigrantes africanos para outros países ou o retorno aos países de origem. Partindo do

pressuposto econômico, o Brasil estava vindo de uma recessão econômica e em 2020 houve a pandemia do Coronavírus, que influenciou o tráfego aéreo (entrada e saída) em todo o mundo.

Por mais intimidador que seja, mesmo os “cidadãos de bem” respondam a conquista de direitos pelas minorias com violência e com o terror psicológico, podemos constatar que os imigrantes africanos, com ou sem medo, persistiram em seus sonhos e em suas buscas por uma vida melhor. E persistir em um país que, mesmo após a abolição da escravatura, ainda exhibe traços deste período da História do Brasil, exige resiliência diária. Voltar para o país de origem por causa de intimidação? Fora de cogitação.

3 “*Você me desculpa, mas eu não vou voltar!*”: os anseios sobre o futuro e o retorno a terra de origem

Este capítulo visa elucidar os diferentes pontos de vista no que diz respeito ao retorno a terra natal. Há imigrantes que acreditam veemente que devem retornar e trabalhar para a (re)construção de seus países. Enquanto outras pessoas não querem retornar por motivos pessoais, que vão desde o desejo de continuar migrando e ir para outro país, ao medo do que pode ocorrer consigo ao retornar para seu país. Além disso, a realocação no mercado de trabalho africano é uma preocupação latente e de grande importância para vários imigrantes.

As reflexões deste capítulo espelham os debates observados durante a Semana da África da UnB de 2023, ocorrido entre 22 a 26 de maio. A Semana da África ocorre nesta semana em comemoração ao dia 25 de maio que é celebrado o dia da Libertação da África no pós-colonial. Entre 22 a 25 de maio ocorreram palestras, apresentações, mudanças o cardápio do Restaurante Universitário – para que todos os alunos da universidade, quem quisesse, poderia comer um prato típico de alguma nação africana – oficinas e um desfile para mostrar um pouco das vestimentas características de alguns países africanos. Boa parte das atividades foram realizadas pelos estudantes. A “Roda de Conversa” que ocorreu no último dia do evento, tinha como objetivo que os estudantes realizassem uma reflexão sobre a Semana da África, de expor opiniões e pensamentos em um espaço aberto e livre. No entanto, o debate se concentrou, aos anseios que muitos estudantes do PEC-G possuem em relação ao retorno aos seus países de origem. De certo modo, imigrantes que estão fora desse contexto estudantil também apresentam receios e opiniões quanto ao possível retorno, que na maioria das vezes, não está em suas agendas.

O conceito de diáspora apresentado ainda no primeiro capítulo diz que o imigrante tem o “apego” pela terra de origem e se reconhece como pertencente a um local, no entanto isso não o obriga a retornar. Fazer parte da diáspora está, também, associado às diferentes relações que se tem com a terra de origem, mas também com os espaços de destino. O próprio sentido de sentir desterritorializado é muito forte em muitos

imigrantes. Sua terra, passa a ser a terra que escolheu viver. Isso não significa o fim dos laços ancestrais ou de suas conexões com a família e seu país de origem.

Para facilitar a leitura dos relatos e manter o sigilo sobre aqueles que não participaram diretamente das entrevistas aplicadas nesta investigação, alguns estudantes que estavam presentes na Roda de Conversa, como é o caso de Boggs e o Peeta, serão mencionados nominalmente, os demais receberam a nomenclatura de “Estudante” seguido de uma numeração: “Estudante 1”, “Estudante 2”, assim por diante. Estudantes de diferentes nacionalidades participaram do evento, assim como da Roda de Conversa, no entanto, para os estudantes que receberam destaque em suas falas suas nações de origem são: República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Gabão, Costa do Marfim, Moçambique e Cabo Verde.

3.1. “A nossa culpa só vai ser vista daqui a 30 anos”: a nova diáspora africana que luta por autonomia política africana, mas vê o retorno como missão

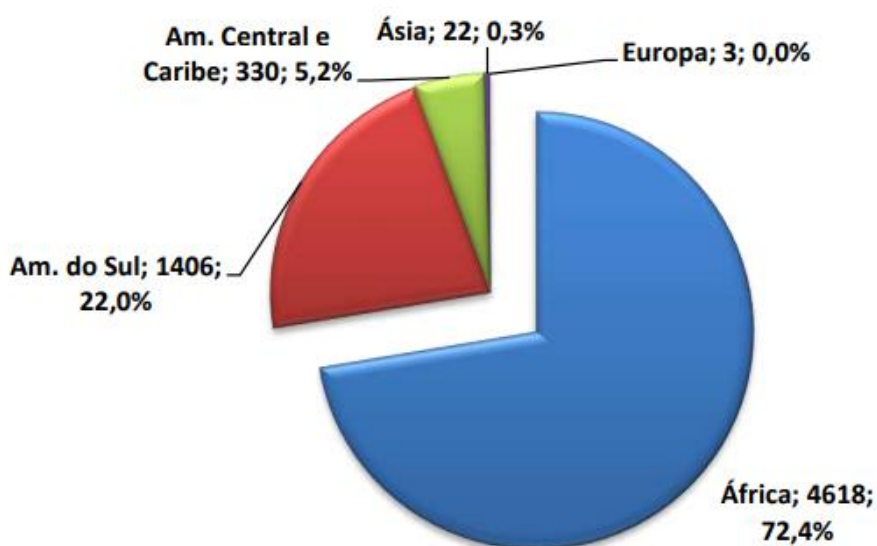
Quando observamos de forma panorâmica e geral alguns aspectos econômicos, societários e políticos presentes no continente africano existem algumas características que estão presentes em muitos países. Isso não significa que sejam fenômenos idênticos. A África é um espaço diverso e plural, mesmo assim é possível observar algumas singularidades comuns. Um desses elementos é baixa faixa etária de grande parte da população do continente. Mesmo com mudanças nos perfis etários vividas em alguns países nas últimas décadas, grande parte da população africana, de mais de 1,2 bilhão de pessoas, é formada por uma população jovem e adulta, muito superior ao número de idosos. Essa particularidade, para alguns, pode ser vista como uma vantagem na construção econômica dos países, devido a sua força como mão de obra produtiva.

Conforme abordado no capítulo 1, ao longo de dez anos (2011-2022), pudemos observar um aumento da quantidade de imigrantes africanos presentes no Brasil, mesmo com oscilações ao longo daquela década. E, apesar do Brasil não ser muitas vezes a primeira escolha para o destino dessas pessoas, os números ainda assim, são expressivos. Quando levamos em consideração um panorama global sobre a imigração africana, ou seja, quando observamos as rotas dessa nova diáspora pós-colonial, conforme noticiado pelos órgãos da comunicação social e objeto de diversas investigações, identifica-se um fluxo migratório muito maior para países europeus e para América do Norte. Para a África, esses fluxos causam diversas consequências, algumas delas negativas, como a

fuga de cérebros (*brain drain*), a perda de mão de obra e de pessoas engajadas política e ideologicamente (e agora desesperançadas) a contribuir por mudanças expressivas em seus respectivos países. Ao mesmo tempo, milhares de africanos buscam nestes espaços globais oportunidades que não encontram em seus países ou regiões, ainda marcadas pelos efeitos materiais e estruturais da colonização, do neocolonialismo e dos rumos pós-coloniais, como, por exemplo, a formação universitária ou de Pós-graduação. No Brasil, o PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) do Ministério da Educação, tem sido, nas últimas décadas, uma possibilidade real de formação acadêmica para alguns milhares de estudantes africanos.

Entre os anos de 2000 até 2015, 9.645 alunos de diferentes nacionalidades vieram estudar em cursos de graduação no Brasil. O índice de conclusão geral estudantes vinculados ao Programa chega a 81%. Ao analisar a alocação desses estudantes em Instituições de Ensino Superior pelo país, a USP, a UnB e a UFRJ lideram em número de matrículas. Destes 9.645 estudantes, 72,4% (4.618) são oriundos do continente africano (DUARTE, 2018):

Figura 13 - Distribuição dos estudantes PEC-G segundo continente de origem

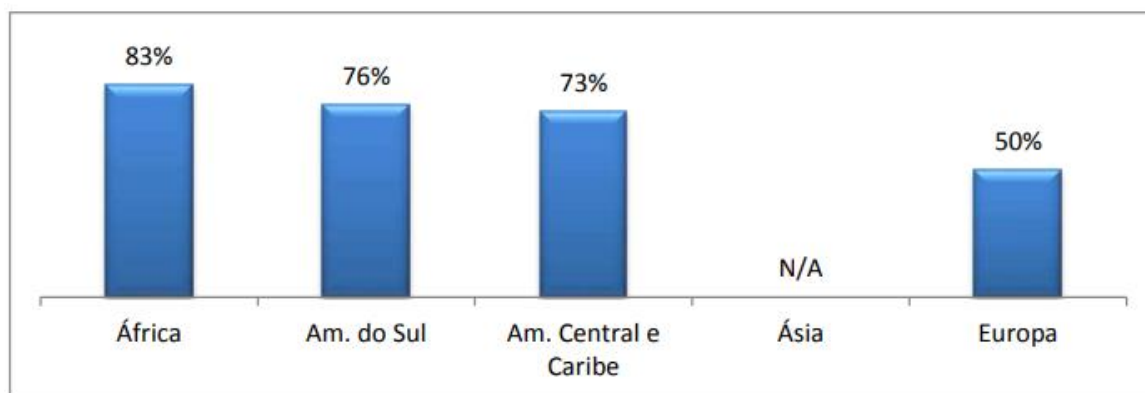


Fonte: Documento técnico contendo estudo sobre a relação do PEC-G e do PROMISAES com os objetivos da Educação Superior e das Relações Exteriores do Brasil, incluindo proposta de indicadores que permitam a análise quantitativa e qualitativa dos Programas. 2018.

O índice de conclusão de curso por continente também é liderado por estudantes oriundo de África, que atinge um patamar altíssimo, próximo a 85%, seguido de

estudantes sul-americanos e caribenhos, 76% e 73%. O menor índice de conclusão fica com estudantes europeus, 50%.

Figura 14 - Comparação dos índices de conclusão por continente



Fonte: Documento técnico contendo estudo sobre a relação do PEC-G e do PROMISAES com os objetivos da Educação Superior e das Relações Exteriores do Brasil, incluindo proposta de indicadores que permitam a análise quantitativa e qualitativa dos Programas. 2018.

Entre os jovens estudantes e imigrantes que ingressam nas universidades brasileiras por meio do PEC-G existe uma preocupação em comum: o retorno aos seus países quando finalizam seus cursos. A ideia de que “devem” retornar ao seu país, e não de que “podem” retornar, está presente nas conversas informais e está prevista nos acordos firmados entre o Brasil e os países parceiros. Ao chegarem ao Brasil esses imigrantes oriundos do programa PEC-G assinam um termo comprometendo-se a retornar aos seus países de origem. Muitos retornam, mas alguns optam pela permanência também. Um caminho ou decisão legítimos e justos, mas marcados por dilemas. A chegada a essa decisão é carregada de sentimentos e pensamentos “conflitantes”, pois envolvem algumas questões e escolhas pessoais, mas também pautas externas – burocráticas ou legais -, mas que são também, morais ou éticas sob a ótica de alguns.

Durante a Semana da África na UnB de 2023⁶⁹, ocorrida entre os dias 21 e 26 de maio, vários estudantes africanos, participantes do PEC-G, participaram das atividades culturais e acadêmicas promovidas, inclusive com apresentações sobre seus países, em que relataram de forma resumida aspectos de suas sociedades (social, política, cultural e econômica). No entanto, um tema que absorveu minha atenção ao longo daquele evento foram as diversas reflexões e conversas que pude observar no decorrer de vários dias e

⁶⁹ Ver: <https://noticias.unb.br/component/agenda/agenda/3795>, acesso em 12.12.23.

que envolviam o tema do “retorno”. Nas conversas informais e nas Rodas de Conversa organizadas os estudantes africanos puderam se posicionar sobre o tema e expor suas posições sobre a questão da obrigatoriedade do retorno e seus impactos pessoais e sociais. Alguns estudantes consideravam que o retorno era necessário e era quase um dever, pois, os maiores recursos da África são os recursos humanos – profissionais, intelectuais, mão de obra especializada e qualificada – e não apenas os recursos naturais. Sendo assim, ao sair de seus países para obter no Brasil uma formação superior e qualificação profissional, os estudantes assumiriam um compromisso de retorno, para então, contribuir na construção e desenvolvimento dos seus países em loco. O “estudante 1”, gabonês, deu um longo depoimento sobre o tema.

“A nossa culpa só vai ser vista daqui a 30 anos, os nossos filhos vão passar por essa mesma dificuldade que a gente está passando por aqui, porque falta retorno. O europeu volta, ó, desculpa! Os asiáticos voltam. PEC-G, não. [...] tudo bem, é agradável, o ser humano é difícil de sair da zona de conforto, não é fácil tirar uma pessoa da zona de conforto. Gente como a gente que sai de lá com tanta dificuldade.... Vou te dar um exemplo: se eu quisesse chegar lá em cima, não vou pular daqui até lá, tem que subir o degrau. Desenvolvimento é degrau. O que está passando no Congo, na Guiné-Bissau, na Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, seja lá, é homogêneo o problema na África, entendeu? Por quê? Por que que isso acontece? Porque nós não temos recursos humanos, houve muitas fugas dos quadros africanos, muito, mas muito! Congo tem cobalto, “não sei lá” tem ouro, tem mina... Não tem nada! Não tem nada! Não tem nada! Eu vou lançar um desafio agora: nós vamos pensar no nosso país, o nosso futuro, não por você, não para mim, mas é para a geração vindoura, geração vindoura! Quando falo a próxima futura geração é daqui a 30, 50 anos, uma geração para mudar para outra geração é no mínimo é de 40 anos, 50 anos. Não muda do dia para a noite. [...] tem um angolano que diz que quanto mais o país tem recursos naturais, mais dificuldades esse país vai ter, quanto menos recursos naturais, menos dificuldades vai ter. É porque menos recursos naturais, a única saída são os recursos humanos, quando você tem... como se fala? Você tem confiança de que o seu país é rico... rico por quê? Por que tem minas? Tem ouro? Não tem nada, não tem nada! Eu falo: o maior recurso, a maior riqueza da África está aqui! Nós somos riqueza, nós somos frutos, viemos aqui para voltar, para dar a nossa contribuição. Nós não... a pessoa pode achar assim “*eu venho pra cá para ajudar a minha família, para ajudar os meus entes queridos, sei lá*”, mas é o seguinte, todos nós sabemos aqui o que é o PEC-G, é um acordo multilateral, agora está a aparecer bilateral, porque o Brasil ganha! O Brasil é o país que ganha muito mais em relação ao nosso país. Porque quando você fica aqui, você é Mais-valia para o país, e o seu país fica em *déficit*! É claro que o seu Estado não contribuiu para a sua chegada aqui, a sua vinda aqui foi a família. Mas é o seguinte, é uma coragem de chegar aqui, tem que ter toda uma coragem para sabermos voltar para casa e ajudar o nosso país, cuja maior riqueza do país são os recursos humanos, não são recursos naturais. Eu repito: a

maior riqueza do país são recursos humanos não recursos naturais!
Portanto, devemos voltar para os nossos países a ajudar o país. Tá claro?!” (“ESTUDANTE 1”)

A defesa enfática do “retorno”, apresentada por este estudante, deve ser respeitada, pois a partir de suas questões pessoais e éticas, ele apresenta uma visão engajada na reconstrução dos países africanos e de suas próprias coletividades. Ademais é uma ideia que alguns teóricos já discutem há décadas, principalmente com a definição da “maldição dos recursos naturais”, que Jeffrey D. Sachs e Andrew M. Warner (2001) expõem ao discutir as dificuldades de algumas nações crescerem economicamente quando dependem exclusivamente destes recursos, como o petróleo, por exemplo. Já Nathan Jensen e Leonard Wantchekon (2004), apresentam estudos empíricos que mostram que “altos níveis de recursos naturais estão associados a níveis mais altos de governo e o pior desempenho do governo” (2004, p. 836)⁷⁰. Corroborando com os autores citados, Charlott J. Lundgren, em seu livro *Expansão, contratação ou prosperidade? A gestão da riqueza de recursos naturais* (2013)⁷¹, esclarece de forma simplificada sobre essa “maldição” que orbita em países da África Subsaariana e as consequências que estão implicadas a isso.

Na medida em que tenha havido uma "maldição dos recursos" na AS⁷², as debilidades da gestão macroeconómica e dos recursos naturais, e a má governação, parecem ter tido nela um papel importante. O desempenho macroeconómico relativamente fraco tem estado associado à busca de renda económica, porque a política nacional está orientada para a captação das receitas provenientes da extração dos recursos naturais, beneficiando tipicamente apenas um pequeno grupo de elites ou interesses instalados, deixando as massas largamente excluídas dos benefícios do crescimento e dando origem a uma distribuição fortemente assimétrica dos rendimentos. (LUNDGREN, 2013, p. 9).

Diante destas informações apresentadas, o argumento do Estudante 1 ganha força, pelo menos quando pensamos algumas questões. A primeira é que sim, os recursos humanos e a qualificação da mão de obra são elementos centrais para o desenvolvimento dos países, ainda mais dentro do contexto neoliberal e neocolonial vivido por diversos países do Sul Global e de África, que sequestra de suas populações e da soberania dos

⁷⁰ “Higher levels of natural resources are associated with higher levels of government consumption and worse government performance” (JENSEN; WANTCHEKON, 2004, p. 836).

⁷¹ Boom, bust, or prosperity?: managing Sub-Saharan Africa’s natural resource wealth (2013).

⁷² AS (África Subsaariana).

Estados africanos seus recursos naturais. A presença de companhias estrangeiras no controle da exploração dos recursos africanos (do extrativismo mineral e vegetal à produção agrícola) reproduzem modelos coloniais de longa data e preservam assimetrias e sistemas de exploração e subalternização dos africanos. Muitas dessas companhias empregam uma mão de obra e linhas de financiamento⁷³ não africanas. Além disso há uma dificuldade em transformar a riqueza desses recursos naturais em capital humano, físico e financeiro produtivo, porque falta, muitas vezes, interesse institucional e administrativo para gerir bem as finanças públicas por parte de alguns países da África Subsaariana, e, por conseguinte os recursos públicos são mal aplicados ou desperdiçados (LUNDGREN, 2013). A outra concordância com o depoimento do “Estudante 1” é que, mesmo quer desconsideremos todas as dificuldades políticas, governamentais, sociais e econômicas, e pensarmos somente na ideia de um “espírito da coletividade” para contribuir com o desenvolvimento do país, então sim, a ideia do “retorno” obrigatório fizesse algum sentido.

No entanto, a vida não é um filme da Disney e não é possível desconsiderar as dificuldades e obstáculos vividos em diversos países africanos. Foram, justamente esses pontos, muitas vezes, que levaram esses estudantes a optarem pela emigração. Além disso, não podemos ignorar que o continente africano é diverso, enorme e plural. Para além disso, existe uma outra premissa fundamental: o direito humano em migrar. Então, o posicionamento do “Estudante 1” incomodou e provocou uma certa comoção em outros estudantes que não possuíam a mesma nacionalidade, realidade e pensamento político sobre o retorno.

Apesar de existir, em quase todos os posicionamentos explicitados pelos estudantes naqueles dias da Semana da África, uma preocupação com o futuro de suas nações, a maior aflição era em relação a empregabilidade e as oportunidades de trabalho quando voltassem para seus países. Está é uma aflição do presente e não de trinta a cinquenta anos no futuro. Como abordamos no capítulo 2, uma das formas pessoais de conquistar uma melhor qualidade de vida e adquirir bens de consumo é por meio do trabalho. Dessa forma, a “Estudante 2” (Gabão), ao questionar os argumentos e o posicionamento do “Estudante 1”, solicitou aos seus colegas que se manifestassem sobre

⁷³ “Ao exemplo das demais indústrias extrativas, a implantação das firmas chinesas beneficia-se da política do *win win* preconizada por Beijing que disponibiliza saber fazer, mão de obra e vantajosas linhas de financiamento, sem impor nenhuma contrapartida política, com exceção da ruptura das relações comerciais e diplomáticas com Taiwan (Copinschi, Noel, 2005; Southall, Melber, 2009)”. (MONIÉ, 2012, p. 207).

as garantias de que teriam emprego ao retornar aos seus países. De um grupo composto por um pouco mais de duas dezenas, apenas quatro se manifestaram, inclusive o “Estudante 1”.

“Então a gente se vê daqui cinco anos! Eu vou esperar você ir! Porque quando a gente sai dos nossos países... quando a gente sai dos nossos países..., eu tenho um amigo que se formou em 2020 e até agora ele não achou um trabalho. Desde 2020, voltou *pro* Gabão e ainda não achou um trabalho decente pro cargo dele. Ele foi até o doutorado, sabe o que acontece no meu país? Mais você faz estudos mais eles nem conseguem te pagar! Você tem um doutorado, você é caro, imagina só. Qual é a moeda do seu país? Franco. Você tem um doutorado, vai estar pagando a 200.000 francos CFA⁷⁴, você vai aceitar? Você vai aceitar isso? Se você tem doutorado, ele vinha te pagar 200.000 francos. Quem vai aceitar isso? Eu vou onde o pessoal me valoriza, é onde eles valorizam o que eu tenho na cabeça. Se no meu país eles não conseguem ver o que eu posso dar o que eu aprendi fora? Porque todo mundo tem essa vontade de “*eu vou no Gabão, eu vou fazer isso, eu vou mudar tal coisa tal coisa, tal coisa*”, mas quando você chega lá, você sabe que a realidade é diferente daquela” (ESTUDANTE 2).

Apesar de parecer um posicionamento pessoal – o que não é o caso –, a busca por trabalho e a valorização da mão de obra, não são somente preocupações pontuais. Elas são fatores decisivos que afetam as escolhas ao que diz respeito a vida de cada um. O posicionamento apresentado pela “Estudante 2”, pode soar para alguns como “egoísta”, por não priorizar uma causa que seria coletiva, como pontuado pelo “Estudante 4”, oriundo de Moçambique, mas revelam um posicionamento válido e legítimo.

“Eu queria deixar claro que eu estou a favor dele [Estudante 1]. Porque nós estamos a concordar, não é? Porque depende muito da posição em que a gente se põe, se você está a pensar em você, no seu próprio desenvolvimento e na sua própria evolução... é um termo mais baixo... do seu “próprio umbigo”, então ela tem razão. É! Se estar a pensar em si mesmo? Tudo bem. Se tem receio de ir para a África e voltar para seu continente, voltar para sua casa. Se você pensa, por exemplo, que vai conseguir herdar, a nossa geração já não vai conseguir herdar, não vai conseguir ter uma África, um continente, com um país desenvolvido de fato! Isso é para os nossos filhos, isso é para os nossos netos e por aí. Não vamos conseguir ter os tais benefícios que nós tanto almejamos. Porque o que os outros países construíram, eles levaram várias gerações” (ESTUDANTE 4).

⁷⁴ Ao converter o valor de 200.000 francos CFA para o Real Brasileiro obtém-se o valor de R\$ 1.547,20 (R\$1.619,00 pelo Franco CFA BCEAO/XOF) ou U\$319,62 dólares, de acordo com o Banco Central do Brasil. Data da cotação: 29/12/2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conversao>.

Todos os argumentos apresentados até aqui pelos estudantes, nos levam de retorno às reflexões apresentadas no capítulo 1 sobre a “Diáspora” e abrem margem para pensarmos o relacionamento que existe com a terra de origem. Kim Butler (2020) sinalizava que a complexidade das condições diaspóricas também dizem respeito às questões sobre o “retorno”.

[...] embora alguns estudiosos tenham indicado um tipo específico de relacionamento, como, por exemplo, o desejo de retornar, as condições da diáspora são tão diversas e envolvem trajetórias que é impossível usar qualquer tipo de relação como uma característica definidora. Em vez disso, é mais útil considerar que as diásporas terão algumas relações, tipicamente multifacetadas, com a sua terra de origem. É importante notar que essa terra de origem pode não existir mais na sua forma original, e que algumas deixam de existir completamente. No entanto, o vínculo compartilhado com a terra de origem é uma base significativa a partir da qual a identidade da diáspora pode se desenvolver. (BUTLER, 2020, p. 8-9).

Essas relações multifacetadas com a terra de origem, conforme abordado por Butler, estão diretamente conectadas com as experiências, as vivências e as expectativas das pessoas que escolhem migrar. Ou seja, os deslocamentos e as experiências na diáspora ou na condição de imigração transformam as pessoas, ou como Hall (2003) defendia, constroem uma experiência de desterritorialização das pessoas. O imigrante que deixou seu país de origem em 2014, por exemplo, não é mais a mesma pessoa em 2023. Essa pessoa estudou, aprimorou ou transformou sua visão política e econômica que foi promovido por uma mudança de perspectiva social, cultural, religiosa, política e de cotidiano. Não se pode esperar que os vínculos com a terra de origem se mantenham exatamente da forma como eram quando deixaram os seus países, pois nesse meio tempo o país de origem também mudou, ocorrendo transformações que podem melhorar ou piorar a situação do país.

Vamos tomar como exemplo a nacionalidade da “Estudante 2”, que é do Gabão (costa equatorial ocidental do continente). Em 2023 este país passou por um momento de instabilidade política, ocorrendo um golpe de estado em que o ex-presidente Ali Bongo que governava o país desde 2009 (antecedido pelo seu pai, Bongo Ondimba, o segundo presidente desde a independência e que governou por 41 anos) foi deposto após o

Exército⁷⁵ tomar o poder. O golpe, aclamado por parte da população que foi comemorar nas ruas, foi justificado pela acusação de que o resultado das eleições havia sido fraudado, levando a reeleição de Ali Bongo⁷⁶. Dito isso, não há como não questionar e pensar sobre as difíceis escolhas que envolvem a decisão de retorno para a “Estudante 2”, em meio a uma nova configuração política que o seu país está lidando, por mais que tal ato tenha recebido apoio de parte população, isso não é garantia de que ao retornar ao Gabão todas as problemáticas elencadas por ela terão sido sanadas.

Na introdução deste trabalho sinalizamos que existem pontos de vista que oscilam entre a realidade e a utopia, e esta oscilação ocorre exatamente pela variedade de vivências e experiências que cada um tem, o que é real e exequível para um, é o impossível e a utopia para o outro. Em outro momento, o “Estudante 1” não titubeia ao afirmar que umas das características ou defeitos que ele enxerga nos africanos é o de viver no imediatismo, *“os africanos gostam de viver imediatismo, ‘quero é resultado agora!’ , não acontece agora. A luta acontece ao longo prazo”* (ESTUDANTE 1).

No que se refere à empregabilidade, como uma das grandes preocupações dos estudantes, cabe aqui citar a título de reflexão, um diálogo ocorrido entre dois personagens do seriado *Atlanta* (2016) em que o protagonista Earnest “Eam” (Donald Glover) diz não ter dinheiro para investir e para poder colher os frutos desse investimento no futuro, pois ele precisa comer naquele momento e não em setembro. O ponto de reflexão que quero chegar é que, enquanto para alguns o retorno ao país de origem é um dever político e consciente e que a geração atual não verá os resultados de forma imediata, naquele momento, sendo pensados como investimentos na geração futura, por outro lado, há aqueles que necessitam deste investimento no presente - como Earnest “Eam” -, necessitam de uma remuneração agora, pois é preciso sobreviver e viver. E para estes que se posicionam como “Eam”, muitas vezes não há possibilidade de uma vida pessoal e econômica promissora em seus países de origem.

⁷⁵ WHAT led Gabon to the coup? Focus on Africa (BBC News World Service) – Podcast on Spotify. Acesso em: 01 set. 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5rxOSAPWHPrIRUAPIVlqMt?si=G9gozngsSO-uES88LOaawQ>.

⁷⁶ GOLPE no Gabão: o que está acontecendo e quem é Ali Bongo?. Acesso em: 06 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6p68gd847do>.

3.1.1 A cada porta que se abre há um obstáculo que a fecha

Conforme foi exposto anteriormente a preocupação referente a questão laboral orbita nas mentes desses estudantes imigrantes, assim como a remuneração justa. Pois, por mais que exista as possibilidades de trabalho, a oferta, às vezes, não acompanha a profissionalização e a qualificação do candidato ao emprego.

Sobre as questões trabalhistas e as oportunidades de emprego, outras percepções ou possibilidades também foram apresentadas nas enunciações de outros estudantes que participaram da Roda de Conversas da Semana da África. Algumas falas revelavam que existiam possibilidades de, ao mesmo tempo, construir uma África para as futuras gerações e ter uma ocupação na sua área de formação. Nesse sentido, a intervenção do “Estudante 3”, de nacionalidade costa-marfinense, foi bastante enfática, ao afirmar que seria pouco provável ou quase impossível uma pessoa recém-formada ficar desempregada no seu país, pois “na África tem tudo para fazer”:

“Vamos ser sérios, gente! Vocês pensam que um agrônomo, que se formou no Brasil, vai voltar no seu país e vai ficar desempregado? Quem pode levantar a mão e falando o que é possível? A pessoa vai ficar desempregada porque a pessoa quer mesmo ser desempregada. Vou explicar: um agrônomo, você vai para a escola, a gente chama isso aqui na nossa, na nossa... no nosso sistema acadêmico. É um curso de engenheiro [ele quis dizer Engenharia Agrônoma]! Bom, o curso é de engenheiro, esse curso te dá habilidades para que você entre no mundo empresarial. Qual empresa num sistema que a gente tem vai empregar um agrônomo? O trabalho dele é no terreno. Essa pessoa que se formou como agrônomo, não pode ser desempregada, ela quer visibilidade, auxílio, porque se ele quer, quer ter um emprego. Lá na África, no nosso continente, não é? Tem tudo para fazer, tem tudo para fazer. Eu agora pergunto uma pessoa que estudou ciência da computação, vocês pensam que ele pode ser desempregado?” (ESTUDANTE 3).

Diante destas colocações e questionamentos do “Estudante 3”, os demais estudantes presentes naquela Roda de Conversa se posicionaram e afirmaram que sim, você pode ter uma formação e ainda assim ficar desempregado. Então o “Estudante 3” realizou mais algumas ponderações.

“ESTUDANTE 3: Vou explicar! Agora, hoje você está vendo aqui no Brasil qual as coisas que a gente faz no dia a dia é pelos aplicativos é... quer dizer, você sabe quanto custa um aplicativo para se fazer? Uma pessoa que estudou essa área, se ele quer ser rico na África, ele pode

ser, vamos dar continuidade. Uma pessoa que estudou relações internacionais, essa pessoa pode abrir um gabinete.

ESTUDANTES: De quê? Em quê? [falas desordenadas em tom de discordância].

ESTUDANTE 3: De consultoria! Não, mas gente, se eu sou um cara do mundo empresarial. Eu não estou especulando, não estou fazendo especulações, estou falando de coisas que a gente pode provar e comprovar. Uma pessoa que estudou nas áreas de ciências não pode ser objetivamente um desempregado, impossível! Uma pessoa que faz ciência de dados, essa pessoa pode ser desempregada onde nos nossos países, o índice de tecnologia está ainda baixo? Tem vários projetos que a gente, como é africano aqui no Brasil, a gente pode implementar no nosso continente. Vou dizer, de forma séria. Eu sinto que no Brasil, o Brasil me deu muitas coisas em poucos anos. Eu vi coisas aqui que eu acho que cada um aqui nas suas áreas, na área que ele estuda, ele pode exportar. Tem tudo para fazer na África! Tem quase tudo para ser feito. A gente não pode não, gente, vamos, vamos lá..., a gente não pode ficar toda hora pagando mão de obra de fora. A gente não pode continuar. Subir de novo o continente africano vai depender do futuro de cada um de nós, o que o colega falou aqui não é uma coisa que a gente pode brincar com isso. A China é o que a China é hoje, porque eles, pegaram os alunos, os estudantes para estudar fora. Ninguém desses estudantes ficou lá, todos voltaram para se colocar... Gente, acho que fico emocionando quando eu falo desse assunto, gente. A África precisa de luz, depende nas áreas, que seja um jornalismo, a gente pode ser diferente do que está sendo feito agora, porque a gente aprende uma nova cultura, uma nova maneira de fazer, a gente pode implementar! Um agrônomo, eu falo nas ciências exatas... se uma pessoa que estuda nas ciências exatas e volta para África e que fica desempregado, a responsabilidade é dele mesmo! Não é o sistema!” (ESTUDANTE 3)

No livro *Afrotopia* (2016), o intelectual e economista senegalês Felwine Sarr, defende o que ele chama de “a exigência de dignidade”, para que os africanos possam se curar dos traumas deixados pela colonização e pelas explorações europeias. Um dos caminhos para superar os efeitos dessa história recente, para além das ações nos campos da política, da economia e das relações sociais, e no campo psicológico. A cura das mentes. Sarr defende que a música, a religião e a escrita são formas de buscar essa cura psicológica e de contestar a alienação mental e a baixa autoestima deixada pelos colonizadores. E, provavelmente, a música reflete as aspirações que a juventude africana tem na busca de uma nova África. Sarr utiliza como exemplo o artista, cantor e ativista Tiken Jah Fakoly, da Costa do Marfim, que exprime pela sua música “um apelo a uma consciência africana livre e orgulhosa de si mesma, tomando o próprio destino nas mãos e colocando-se a serviço da construção do continente” (2016, p. 94). A música *Ma Côte d'Ivoire* (Minha Costa do Marfim) deste músico se assemelha a fala do “Estudante 3”, em

quem é possível inferir uma provável influência cultural e político do que Sarr trata em sua obra.

[...] Cada família dividida
Nunca prosperará
Então, irmãos e irmãs
Nosso futuro está na unidade
Resta tudo por fazer no nosso continente em pousio
Está esperando para ser trabalhado
E é certo que ele dará muito
É hora de nos unirmos
Caso contrário, todos nós morreremos
Minha Costa do Marfim
Eu não quero mais ver você chorando
Minha Costa do Marfim
Eu não quero mais ver você pegar em armas [...] ⁷⁷

Tiken Jah Fakoly propõe um posicionamento menos vitimista e mais voltado à autorresponsabilidade e isso implica no rompimento de denominações limitantes, reducionistas e mutilantes, colocando-se não mais como vítimas da História, mas como sujeitos de sua própria história (SARR, 2016, p. 94-5).

Questiono até onde o problema seria de responsabilidade de um recém-graduado e até onde o problema seria do sistema, estrutural e histórico? Cada país possui suas singularidades. A Costa do Marfim, por exemplo, tem bastante força na agricultura, o que não é necessariamente a força econômica primordial do Gabão. Outra problemática que existe sobre os recursos humanos e a “fuga” destes, é que nesta discussão – por causa da condição em que estes estudantes entraram no Brasil e nas Universidades brasileiras – exclui-se àqueles recursos humanos que emigraram da África e que não tem formação acadêmica (e tampouco tem a pretensão de obter tal formação). Então, partindo desse pressuposto estas pessoas que participam de uma migração laboral estariam corretas em sair de lá, pois elas não teriam com o que contribuir na construção do seu país. O que é uma falácia, pois assim como é necessário o Engenheiro Civil, são necessárias as pessoas que irão construir o prédio e realizar os outros trabalhos. Além disso, essas pessoas, muitas vezes, contribuem com as economias locais de forma muito intensa, ao enviar parte de seus ganhos (as vezes diminutos) para seus parentes que ficaram nos espaços de

⁷⁷ No original: “[...] Toute famille divisée / Ne pourra jamais prospérer / Alors, frères et soeurs / Notre avenir se trouve dans l'unité / Tout reste à faire sur notre continent en jachère / Il attend d'être travaillé / Et c'est sûr qu'il va beaucoup donner / Il est temps pour nous de nous unir / Sinon nous allons tous périr / Ma Côte d'Ivoire / Je ne veux plus te voir en larmes / Ma Côte d'Ivoire / Je ne veux plus te voir prendre les armes / [...]”. Ma Côte d'Ivoire – Tiken Jah Fakoly feat. Simon Beta. Album: L'Africain (2007).

origem. Então, no caso das pessoas que não tem diploma, a responsabilidade do não retorno seria de quem ou do que? Vejamos as ponderações de Haymitch sobre o retorno ao Senegal (importante lembrar que Haymitch não tem formação acadêmica superior, não migrou com a intenção de obter um diploma universitário e sua escolaridade é básica):

“Não! Visitar, agora visitar só, não para morar. Assim, se eu conseguir tudo, na verdade, eu quero morar lá. Conseguir a vida, a vida boa lá, sabe? Conseguir uma casa para que eu possa conseguir viver normal, viver como um ser humano gosta, vive, é normal. Trabalhar bem, para ganhar dinheiro e estar perto da minha família. Eu acho que nada é melhor do que acordar e ver sua mãe, ver seu irmão.... Se casar, ver a sua mulher, seu filho, sabe? Melhor para a vida, para o ser humano, mas tem como não, sabe? Eu não aguento ficar no Senegal e minha mãe querer comprar as coisas e eu não tenho, sabe? Eu não aguento, não. Melhor que eu saia, acho que o Brasil é melhor, eu venho aqui no Brasil para ajudar [a família]. A maioria das pessoas de nós saiu só com isso.” (HAYMITCH, 43).

Seu discurso funde o desejo do retorno e do desfrute de uma vida confortável junto com seu grupo familiar com a dura realidade material que o fez migrar. Entre o desejo de um retorno idílico e a continuidade na experiência diaspórica ele parece optar pela continuidade dos seus deslocamentos pelo mundo. No entanto, ao justificar sua decisão de partir do Senegal e de permanecer no Brasil pelas dificuldades em conseguir emprego em seu país e pela dura realidade material que vivia, Haymitch remete a responsabilidade dessa situação ao governo senegalês e a má distribuição de renda. Neste mesmo sentido, o “Estudante 6”, que tem nacionalidade gabonesa, também responsabilizou o sistema – as falhas governamentais e os altos impostos – quando retomava a discussão sobre as possibilidades de construção e contribuição ao país de origem e a escolha do “não retorno”.

“Eu vou falar sobre uma coisa que sinto ser muito importante que a gente fale isso, que na África você não pode dizer que você progride na área que você que tem conhecimento, por exemplo, na tecnologia, né? Ou agrônomo? É uma mentira, ok? No Gabão, temos essas pessoas que têm esse conhecimento, mas quando ele vai começar, por exemplo, abrir um “emprego” [empresa], o que vai fazer o Estado? O Estado vai ver e vai cobrar, cobrar e a pessoa não vai ter nada para sobrar, para pagar a casa, para comer e o que vai fazer? Vai deixar. Então é uma mentira! Outra coisa... [aplausos] você disse que você quer voltar para seu país, né? No mundo inteiro, toda a pessoa, quer ajudar seu país. Eu gosto do meu país, eu quero mudar meu país, mas se eu vou para lá e que não tem dinheiro, não tem informação, não tem posição. Como vai fazer aparecer com emprego? Isso é uma mentira, é mentira! ” (ESTUDANTE 6).

Há duas ideias presentes na fala do “Estudante 6” que expõem um problema que a “Estudante 2” – também do Gabão – já havia abordado. O primeiro apontamento é referente às pessoas que regressam para o país com conhecimento/formação em determinada área e que estão desempregadas. O segundo apontamento que se destaca das falas dos jovens gaboneses são os resquícios coloniais que criaram e mantêm pequenas elites que controlam os governos de alguns países e com isto influenciam na vida da maioria da população. Para sustentar a “indústria” administrativa desses governos é necessário a captação de impostos elevados ou à entrega dos recursos naturais para empresas estrangeiras em troca de apoio político das potências ocidentais para que possam permanecer no poder. Com as independências foi criada um tipo de burguesia, que se apoia na função pública e goza de vantagens exorbitantes (MUNANGA, 1993). As burocracias herdadas dos colonizadores, muitas vezes amplificadas nos governos pós-coloniais, também dificultam a vida da população e da economia. Na fala do “Estudante 6” isso fica explícito. Para a criação de empresas deve-se seguir uma série de regras, dentre elas, o pagamento de impostos. No entanto, este não é o problema em questão, e sim a cobrança arbitrária. Em contrapartida, o “Estudante 7”, de origem caboverdiana, chamou atenção para que fosse realizado um retorno planejado e puxou a discussão para outro viés, que era aceitar as consequências da colonização, não esperar ajuda dos ex-colonizadores e estruturar o que deverá ser feito para o futuro.

“Bom, o que eu penso e o que eu vou fazer é voltar para Cabo Verde. Não pode ser o regresso sem planeamento. Nós temos que planejar, nós temos que saber exatamente o que nós queremos e em que áreas nós pretendemos atuar nos nossos países, porque assim... uma coisa é fato: o problema é nosso! Nós que temos que resolver. Se o colonizador ele destruiu no passado, pronto! Ficou para nós resolvermos. Eles não vão voltar e nos ajudar. Nós temos que nos integrar aos mercados internacionais. E o continente africano, ele tem potencialidades e lá nós podemos produzir o que nós quisermos, basta termos planeamento e o sentimento de coletividade, que é muito importante.” (ESTUDANTE 7).

O argumento do “Estudante 7”, sobre não esperar a ajuda dos ex-colonizadores, parecia reagir a uma das palestras que foram apresentadas durante o evento, na qual o palestrante defendia que países como França, Alemanha, Reino Unido e Portugal pagassem uma indenização as ex-colônias. Em 2021, em reconhecimento ao genocídio cometido contra os povos Herero e Nama na Namíbia no começo do século XX, o

governo alemão assumiu o compromisso de pagar 1,1 bilhão de euros ao governo daquele país e aos descendentes das vítimas. O objetivo era iniciar o processo que visa a reconciliação genuína em memória das vítimas – apesar de que tal gesto não ter sido bem aceito pelas famílias e descendentes das vítimas, pois o valor oferecido do governo alemão não mensura a perda e sofrimento causado⁷⁸. E quanto a necessidade de planejamento ao retorno, é preciso também definir que tipos de sociedades a África e os africanos querem construir, pois, a partir daí não enfrentarão muitas dificuldades em adequar-se ao processo de globalização ou na organização de novos modelos econômicos, políticos ou sociais (MUNANGA, 2016, p. 50). Como reflete Kabengele Munanga, há contradições e questões que deveriam ser norteadoras para o futuro da humanidade.

Como reinventar o social sem colocar no primeiro plano o próprio ser humano e a liberdade e a dignidade como seus atributos fundamentais? Como fazê-lo sem respeitar as diferenças e particularidades individuais e coletivas que constroem o princípio da alteridade sem o qual não existem povos nações e comunidades humanas? (MUNANGA, 2016, p. 49-50).

Ou seja, acreditamos que qualquer iniciativa que promova ou defenda o retorno ao país de origem destes jovens estudantes (ou na lógica de alguns, destes “recursos humanos”) que estão no Distrito Federal, deva levar em consideração a situação de cada pessoa e o que isso implicaria para suas vidas. Esta foi a posição defendida por Boggs, o estudante congolês que participou das entrevistas dessa investigação.

“Gente, essa pergunta de se eu vou ter essa oportunidade de voltar no meu país, por mim, não, eu faço cinema. Cinema, no meu país... [risadas dos estudantes] não tem! Gente, mas eu, eu concordo plenamente com o meu amigo, porque eu posso ir trabalhar nos Estados Unidos, adquirir experiência, depois tentar fazer alguma coisa no Congo. Porque a gente não quer voltar pro Congo, vocês acham que é porque a gente não gosta do nosso país? Velho, eu amo o meu país! Quase recebi uma bala por conta do meu país, sabe disso? Mas se a gente quer voltar para esse país, por que o país não dá oportunidade com a gente? A gente chega aqui *pra* estudar, o Brasil pede pra gente assinar um documento que quando se formar você volta, mas porque o meu governo não me fala que ‘Ah, Boggs! Quando você se formar, você volta, a gente vai te dar tal posição’? Eu sofro aqui racismo, coisa *pra* estudar e depois volto lá com esse currículo, e você ser recusado, pô! Onde eu vou achar emprego? Eu fico! Eu não me importo! Mas no dia que eu puder ajudar numa força do meu país, eu vou ajudar. Eu amo o meu país, velho! Mas eu amo minha vida! Se o meu país não me oferece isso, mas o Brasil

⁷⁸ Ver notícia completa em: <https://mundonegro.inf.br/alemanha-reconheceu-formalmente-o-genocidio-da-era-colonial-e-pagara-us-13-bilhao-a-namibia/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

me oferece, eu fico! Eu vou investir lá um dia? Vou! Mas a corrupção que está lá, velho...” (BOGGS, 30).

Para cada solução que foi apresentada ou para cada argumento enunciado naquela Roda de Conversa sobre o dever do retorno, há empecilhos que inviabilizam a decisão positiva, ou pelo menos, criam dúvidas profundas e justas quanto ao retorno por boa parte dessas pessoas. E, neste momento, acreditamos que não existam posicionamentos certos e errados. Há pessoas com suas vivências e experiências, que já têm uma ideia de futuro e visualizam a África ainda posicionada em um lugar central em suas vidas, mas de retorno incerto, de um futuro em aberto. Em parte, para a interpretação de alguns órgãos de imprensa ou dos grupos ligados à extrema-direita ou ao ultranacionalismo esta posição seria perigosa. Para outros seria reflexo ainda de uma imagem afro-pessimista internacional, que veículos midiáticos, incansavelmente, endossam. Sobretudo, antes de retornar ou não – por obrigação ou não – a análise que deve ser feita por estes imigrantes que estão sob esse dilema é a que Kabengele Munanga propõe: qual tipo de sociedade os africanos querem construir?

3.2. “*Eu não vou conseguir mudar as coisas no meu país*”: a responsabilidade atribuída a nova geração

Conforme abordado anteriormente, espera-se que esta geração seja a geração que irá contribuir com mudanças efetivas e que serão visualizadas e aproveitadas em um futuro próximo. Porém, esta responsabilidade não é de hoje, a construção do novo futuro africanos teve início na década de 1960, com o apogeu das independências políticas naquele continente. No entanto, os caminhos seguidos nas décadas seguintes fizeram com que os africanos continuassem submetidos ao legado da colonização, pelo menos ao que tange a estrutura econômica e política (MUNANGA, 2016). Então, alguns dos posicionamentos encontrados nas falas de Boggs reproduzem sua experiência pessoal e estão associadas as suas lutas, perdas e as poucas mudanças efetivas no cenário político, social e econômico de seu país, o que o conduziu a descrença sobre as possibilidades transformações práticas e profundas de suas realidades em um futuro próximo.

“Em 2015 o mandato dele, do presidente havia acabado e ele queria mudar a Constituição para ficar mais cinco anos no poder. E aí eu fazia parte da outra parte política, UDPS (União para a Democracia e o Progresso Social) que agora está no poder. Aí o nosso presidente do

partido pediu para todo mundo ir manifestar, aí tipo começou a acontecer uma guerra lá no Congo, lá na capital, essa guerra durou tipo uns cinco dias, ninguém saía de casa, e aí eu saí com a galera da minha rua, queimando tudo na rua, a gente começou a quebrar lojas, queimou os ônibus da rua, queimando pneus na rua também, aquelas coisas mesmo que você vê na televisão. E aí quando a polícia veio começou a atirar nas pessoas, e aí morreram duas pessoas na minha frente! Duas pessoas que eu conhecia, na minha frente! Aí eu comecei a correr, as pessoas entravam e fechavam as portas, eu tava longe da minha casa, o que me salvou naquele dia foi porque o meu pai passou e uma senhora me viu e falou “ah é o filho do pastor” e deixou a porta aberta. Eu entrei e quase... assim, eu achei que eu já estava morto. Eu militei demais, eu militei demais pelo meu país, saía na rua, quebrava as coisas... militei demais para aquele presidente ir embora. E aí quando as pessoas falam de amor à pátria... pessoas que nunca foram em uma manifestação, combater e lutar. Eu lutei! Eu tenho foto, eu tenho um vídeo. Eu tenho cicatriz até agora, eu machuquei o joelho, queimei o braço.” (BOGGS, 30).

A partir dessa narrativa de Boggs não se pode implicar que não há o desejo de mudança, que não há participação efetiva no que diz respeito a (re)construção do país. Uma vez que a organização e o desenvolvimento de um país dependem diretamente dos projetos políticos e das disputas neste campo. Ao concentrar a atenção apenas nas vias da economia, pois muitos subentendem que seria o único meio de contribuir e construir o país, as pessoas esquecem que o cenário político é definidor de quase tudo. E não estou diminuindo a importância da economia. O ponto que eu quero chegar é: o dinheiro não irá adiantar enquanto não houver uma mudança de atitude interna das escolhas políticas. Ao pensar um país, os setores político, econômico e social andam de mãos dadas e tanto o crescimento, quanto as crises ocorrem em todas as repartições, é um ciclo virtuoso e vicioso. Portanto, para além de uma mudança de atitude dos dirigentes, é necessário também uma mudança do pensamento da população. E, por mais repetitivo que seja, a descolonização das mentes se faz urgente.

Kabengele Munanga (2016) chama atenção para o cuidado necessário com a juventude africana e com as mulheres, duas forças sociais que se sobressaíram no cenário social nos últimos cinquenta anos e chama atenção para a valorização dessas pessoas no futuro e nos caminhos africanos.

Os jovens, porque a senioridade ligada à sabedoria era o único valor conhecido; as mulheres porque, embora constituam a maior força produtiva, ficaram economicamente dependentes dos homens no contexto colonial. A juventude constitui hoje três quartos da população urbana, o que representa o risco de gerar uma cultura de violência diante da miséria cada vez mais crescente. Mas, como essa juventude tem cada

vez menos escolha comparativamente às gerações anteriores, ela deverá ou morrer ou atacar de frente os problemas que fazem dela a maior vítima da sociedade. O papel das mulheres conhece também um grande salto, porque são elas que investem maciçamente no setor informal da economia. Embora sua posição seja ainda delicada numa sociedade dominada por homens, trata-se de uma mudança social promissora. (MUNANGA, 2016, p. 49).

Partindo dessa afirmação, há jovens que fizeram e estão fazendo isso. No entanto, para aqueles que o fizeram há o sentimento de ‘dar murro em ponta de faca’, pois o ensejo por mudança nem sempre é atingido e é transferido para outrem.

“Na verdade, eu não vou acabar com isso [corrupção], começou antes de mim mesmo. Assim... meu avô esperava a mudança na geração do meu pai. Meu pai nasceu, a mesma coisa! Ele tem esperado a mudança na minha geração, a mesma coisa. Eu não vou conseguir mudar as coisas no meu país!” (BOGGS, 30).

E, muitas vezes, mesmo quando há alteração no cenário político, o arcabouço governamental permanece idêntico. Mudam-se as estações, mas nada muda de fato, e causa desesperança naqueles que se mobilizaram e arriscaram na defesa de um outro futuro para o seu país. Após arriscar-se na defesa de uma causa/figura política, e o resultado é a replicação de vícios das gestões anteriores, o descontentamento parece ser dominante. Pelo menos é o que expressa Boggs em seu depoimento.

“Olha... Em relação ao futuro do meu país pelo menos a gente conseguiu fazer eleição em 2018 o que é um bom passo! É um passo muito bom conseguir fazer eleição, porque agora no nosso país vizinho o presidente está há mais de 30 anos no poder. Mas no meu por exemplo a gente já conseguiu mudar que é o primeiro passo, o outro passo é que olhando a situação presente, para ser realista eu não acredito ver enquanto vivo, uma grande mudança acontecer. Porque o cara que chegou no poder, como eu te disse, lutou para chegar no poder, mas não está fazendo nada, está fazendo merda! Pegou seus amigos com quem ele estudou e ficava na França, e colocou no poder, e ninguém tem diploma lá, ninguém merece estar onde está. Imagina por exemplo, eu que estudei cinema e vai me colocar para ser ministro de saúde, o que eu vou fazer? São essas coisas que acontecem lá, todas essas coisas acontecendo lá eu não vejo futuro nenhum. Porque quem está no poder quer se enriquecer e não faz nada pelo país, e aí é só por isso, assim... Daqui 15 anos eu não vejo mudança nenhuma no meu país, nenhuma. Mas o que poderia trazer mudança é continuar com a democracia, pelo menos. Mas daqui 10 ou 15 anos não vai ter mudança nenhuma no meu país, nenhuma. Porque a mesma... é o mesmo pensamento, se eu virar presidente parece que quando eu chegar no poder eu vou ter o mesmo pensamento. Os presidentes que queriam trazer mudanças foram

assassinados, o presidente do Congo em 2001 foi assassinado porque ele queria trazer mudança e parece que querem ver a gente assim no mesmo nível. A gente lutou, morreu muita gente que eu conhecia da minha rua, morreu muita gente. Em 2015 morreu muita gente que eu conhecia, muita gente mesmo, amigos e vizinhos. A gente brigou e brigou pelo país, *‘vamos lutar pelo nosso país, vamos lutar pela nossa terra!’*. Mas depois daquele dia de quase morrer eu não saí mais, se eu morrer a minha mãe vai ficar sem filho e vai chorar a vida toda. Mas eu lutei, eu lutei mesmo pelo meu país. Aí o nosso presidente chegou no poder e está fazendo merda também!” (BOGGS, 30).

Ao levar em consideração este último depoimento e os apontamentos feitos no início deste capítulo, sobre o sentimento de coletividade e o dever do retorno, como ordenar que uma pessoa retorne depois de tantas perdas? Como acreditar em um sistema que acaba consentindo com os interesses da ex-metrópole? Que mesmo após a independência continua submisso a responder às exigências das grandes potências mundiais, e deixam em segundo plano a própria população. Munanga (2016) nos indica alguns caminhos possíveis para um futuro em aberto para a África e para seus filhos, tanto aqueles que continuaram no continente, como aqueles que (como ele próprio) elegeram a diáspora como casa ou como pátria.

Reconquistamos territórios e Estados herdados que nos foram coletivamente roubados, mas para transformá-los em verdadeiras nações partimos dos modelos que nada têm a ver com o que éramos antes, ou seja, a construção de um Estado-nação no exemplo do republicanismo jacobino à francesa no lugar do modelo de um Estado multicultural e multinacional que nos aproximaria do que éramos antes das invasões coloniais. (...) Os dirigentes africanos de hoje persistem ainda com a ideias de Estado-nação e nem sequer querem dar um olhar ao redor do próprio mundo ocidental para ver como alguns países lidam com a questão da diversidade e das diferenças linguístico-culturais em suas estruturas políticas. Nossas nações ainda estão em processo de formação e construção e penso que não é tarde repensar os legados envenenados que recebemos dos colonizadores. (MUNANGA, 2016, p. 54-55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo desta dissertação teve como objetivo discutir alguns aspectos que envolviam as reflexões sobre a ideia de raça e sobre o racismo no Brasil, no que tange principalmente, as vivências que os imigrantes africanos têm país e esse primeiro contato com esta prática violenta. Ao tomar como premissa que os imigrantes que estão aqui não compreendiam quando de sua chegada as configurações do racismo, e os assustava o fato de como um país majoritariamente negro ainda conviver com casos racistas, entendemos ser necessário discutir as circunstâncias estruturais que estão impregnadas na história do Brasil e que passaram a compor a vista dos africanos que chegavam a aqui a partir de novos movimentos diaspóricos.

Para explicar o racismo no Brasil foi necessário retornar ao período escravagista, que foi influenciado pelos aspectos do capitalismo, do colonialismo, da escravidão, do racismo e por aspectos religiosos ligados ao cristianismo, que junto com as instituições governamentais foram responsáveis pela destituição das características humanas em pessoas negras. Quando o exercício de tentar retirar todas as qualidades humanas de pessoas de origem africana, e conseqüentemente negras, estava em pleno curso, o corpo negro passou a ser visto como algo primitivo, sujo, selvagem, animalesco, que não era digno de atingir outros patamares. Durante as entrevistas e conversas que ocorreram com os 4 imigrantes africanos que participaram dessa investigação, se fez necessário falar e explicar sobre o racismo estrutural no Brasil, pois, por mais que eles já houvessem escutado a expressão “racismo estrutural”, esse conceito não era inteligível para eles. Partindo da premissa que esse tipo específico de racismo não existia em seus países de origem, marcados pela existência de um racismo colonial, era preciso repensar os efeitos e as lógicas de funcionamento dessa outra forma de racismo. Então em alguns momentos, foi necessário que esses imigrantes fizessem um exercício de olhar os lugares que frequentavam e então contassem as pessoas negras que estavam ali presentes, e quantas dessas pessoas negras estavam em posição social de subserviência? Este é o tipo de racismo que não é dito, mas é vivido, pois as estruturas coloniais ainda reverberam na contemporaneidade, influenciando no mercado de trabalho, na moradia, na distribuição de renda etc.

A tratar da diáspora como um espalhamento de pessoas pelo mundo, foi analisado como o Brasil e Distrito Federal entraram na rota da diáspora africana, visto que em comparação com outros países o Brasil figura de forma tímida como destino dessa nova diáspora africana (e o DF ainda mais), em um marcante contraste em relação a primeira diáspora africana, aquele que ocorreu até o século XIX, no qual o Brasil foi o país que mais recebeu africanos marcados pela trágica história da escravidão. Ao delimitar ainda mais o lugar, e olhar apenas para o Distrito Federal, esta timidez é maior no que tange a migração. O Distrito Federal é um polo que não chama muita atenção de imigrantes, visto que não é uma cidade industrial, turística ou onde há grande fomento de empregos. E diferente de outras cidades do Brasil, o Distrito Federal tem uma grande concentração de renda, mas ao mesmo tempo, há uma péssima distribuição de renda. É uma cidade segregadora, visto que nos dados apresentados, junto às conclusões da pesquisa do historiador Guilherme Lemos, é perceptível o afastamento de pessoas negras para as cidades-satélites, e quanto maior é quantidade de pessoas negras residindo, menor é a renda per capita daquela região.

Esta discussão se fez necessária pois, os imigrantes não parecem conhecer a cidade que é o Distrito Federal, antes de imigrar. Dessa forma, passam a lidar com essas configurações excludentes, no dia a dia. E é uma cidade única! Quando essas informações são trazidas à luz, parece que se rompeu uma quarta parede do entendimento sobre raça no Brasil, para os imigrantes. A trajetória de Haymitch até chegar em Brasília-DF está bastante associada às suas experiências laborais, e são elas que ditam as suas necessidades. Diferente dos outros três imigrantes participantes das entrevistas, para os quais o Brasil e o Distrito Federal entraram em seus caminhos devido a um acordo do PEC-G, e ao chegarem aqui, residiram também nas cidades-satélites até conseguirem uma vaga na Casa Universitária.

Uma das grandes discussões ocorridas neste estudo foi referente às condições trabalhistas em que alguns imigrantes podem ser submetidos. A trajetória trabalhista de Haymitch é intrigante, pois esta pessoa se desloca até o Brasil intencionando trabalhar em um país do qual que não tem conhecimento do idioma. Logo, soma-se às lógicas racistas e xenofóbicas, as dificuldades de compreensão das regras trabalhistas que regem este país. E aqui é importante reforçar que esse pensamento, que essa atitude em relação a mão de obra negra africana e/ou afrodescendente no Brasil estão associados com as relações

trabalhistas, que nasceram de um sistema escravista que explorava a mão-de-obra do negro africano, e que hoje se entrecruzam com a lógicas desumanas do neoliberalismo.

A partir de um contexto de crise global e local na segunda metade da última década, marcado pela ascensão da extrema-direita e dos discursos de ódio, o país assistiu o surgimento e a eleição para presidente de uma figura política – marcada por posicionamentos preconceituosos, misóginos e racistas – que passou a representar uma categoria de pessoas que se achavam brancas, cristãs e arianas. Nestes anos, por algumas vezes a xenofobia e o racismo se misturavam, dificultando diferenciar o que era efeito de um ou sintoma do outro. Em situações como a que ocorreu com Haymitch, quando o ex-presidente Bolsonaro foi eleito, e um dos seus eleitores disse a Haymitch que ele deveria “retornar para o país de origem”, isso explicitou-se. Este posicionamento que parte do eleitorado do ex-presidente é problemático e preocupante, uma vez que pessoas com este posicionamento político se sentem no direito de ceifar a vida de outras pessoas, por ódio, por racismo e xenofobia.

Ainda dentro desta temática em relação ao retorno, no último capítulo buscou discutir os posicionamentos dos próprios imigrantes, que exige que conheçamos melhor as realidades e histórias africanas, a partir das experiências, posicionamentos políticos e pontos de vista dos imigrantes. Mesmo que, em alguns momentos, este capítulo apresentasse discussões um pouco tensas, ele permitiu também uma melhor oportunidade de pensar as possibilidades e desejos de outros futuros para a África. A escolha pelo “não retorno” não faz daquela pessoa um “desertor” ou uma pessoa que não tem apreço pela sua pátria, pois há outras formas de contribuir para a construção e desenvolvimento de seus respectivos países. Em contrapartida, há aqueles que só percebem a mudança de fato ocorrendo com a contribuição dos conhecimentos adquiridos aqui no Brasil sendo aplicados em suas nações.

É importante ressaltar que as opiniões expressas são de pessoas que têm propriedade para tratar do assunto, o que difere das inúmeras matérias jornalísticas e midiáticas afropessimistas que posicionam o continente africano em um local sombrio. Dito isso, há de se concordar que o retorno à África necessita de planejamento, de estratégia para que de fato tenha uma aplicação efetiva nas mudanças e contribuições que estão dispostos a dar. Entretanto, uma andorinha só não faz verão. É necessária uma via de mão dupla, para que essas ideias sejam aplicadas, para que os investimentos existam. É preciso também que a população local tenha uma mudança de atitude, que suas mentes

também sejam descolonizadas, assim como dos novos dirigentes. E que estes governantes estejam engajados e estejam ao lado de suas populações e não do lado das ex-metrópoles. Então é este o grande destino de África e daqueles que do continente ou da diáspora lutam cotidianamente para abrir outros futuros possíveis para o continente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida privada e ordem privada no Império**. In: História da vida privada no Brasil: Império. (Org.) Luiz Felipe de Alencastro – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Marcia; SILVA, Geraldo da. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In: História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, J. **A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!** Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 504–521, 2016. DOI: 10.15448/1984-7289.2016.3.22915. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22915>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios**. Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18. (p. 126-145), 2015.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARARO, Aryane. **Valentes: Histórias de pessoas refugiadas no Brasil**. 1º ed. - São Paulo: Seguinte, 2020.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras**. *Série Antropologia*, UnB, n. 382, 2005.

CAVALCANTI, Leonardo; BRASIL, Emmanuel; DUTRA, Delia. **A movimentação dos imigrantes no mercado de trabalho formal: admissões e demissões**. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Araujo, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RelatorioCompleto_v8_0512_pagespelhada_comcapa.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHÁVEZ, Fidel Armando Cañas. “**AQUI NÃO É UM PARAÍSO, MAS É MUITO BOM**”: imersão e identidade de jovens africanos francófonos aprendizes de português no Distrito Federal. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11045/TESEFINAL_FIDELCANAS_PPGL_UFSCAR_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mai. 2023.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. Poliarquia: participação e oposição. 1.ed. 3. reimp. São Paulo: Edusp, 2015.

DIAS, Gustavo. **Viajantes do caribe**: posicionando Brasília nas rotas migratórias haitianas. In: CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, Marcio; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia (Orgs.). A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. Brasília, 2016. Acesso em: 25 jan. 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/75-a-imigracao-haitiana-no-brasil-caracteristicas-demograficas-na-regiao-sul-e-no-distrito-federal>.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **Civilizacionismo, a “alt-right” e o futuro da política antirracista**: um informe da Grã-Bretanha. Tradução: Joana Negri. Dossiê Racismo – revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos – ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 3, 2018.

GOYTISOLO, Juan. **Metáforas de la migración**. El País. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2004/09/24/opinion/1095976806_850215.html?event=go&event_log=go&prod=REGCRART&o=cerradoam>. Acesso em: jan. 2023.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Os filhos da África em Portugal** – Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidade e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Raça, o significativo flutuante. In: **Z Cultural**, ano VIII, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>, acesso em 10.05.2021.

HANDERSON, Joseph. **A historicidade da (e)migração internacional haitiana**. O Brasil como novo espaço migratório. In: CAVALCANTI, Leonardo.; OLIVEIRA, Marcio; TONHATI, Tânia.; DUTRA, Delia (Org.). A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região sul e no Distrito Federal. Brasília,

2016. Acesso em: 25 jan. 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/75-a-imigracao-haitiana-no-brasil-caracteristicas-demograficas-na-regiao-sul-e-no-distrito-federal>.

HARRIS, J. E. **A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo**. In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

HENRIQUES, Isabel Castro. **O Pássaro do Mel**: Estudos de história africana. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INIKORI, Joseph E. **A África na história do mundo**: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010.

JENSEN, Nathan; WANTCHEKON, Leonard. **Resource Wealth and Political Regimes in Africa**. Comparative Political Studies, Princeton, USA. Vol. 37 n. 7, p. 816-841, 2004. Disponível em: https://www.princeton.edu/~lwantche/Resource_Wealth_and_Politics_Regimes_in_Africa_Jensen_Wantchekon. Acesso em: 16 dez. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOBISHANOV, Y. M. **Axum do século I ao século IV**: economia, sistema político e cultura. (Org.) MOKHTAR, G. A África antiga - tradução Carlos Henrique Davidoff ... et al.). Sao Paulo: Ática; (Paris): Unesco, 1983.

LAZAR, Nomi Claire. **Making Emergencies Safe for Democracy**: The Roman Dictatorship and the Rule of Law in the Study of Crisis Government. Constellations Volume 13, Number 4, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nomi_Lazar/publication/229775671_Making_Emergencies_Safe_for_Democracy_The_Roman_Dictatorship_and_the_Rule_of_Law_in_the_Study_of_Crisis_Government/links/5c693d70299bf1e3a5adb360/Making-Emergencies-Safe-for-Democracy-The-Roman-Dictatorship-and-the-Rule-of-Law-in-the-Study-of-Crisis-government.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D. Acesso em: 11 dez. 2023.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No dilacerar do concreto**: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971). 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/44716>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial**. In Paranoá, n. 18, 2017.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)**. São Paulo: Revista Saúde Pública, p. 49-90. 1974.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas** / Gilles Lipovetsky; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

M' BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e Civilizações. Até ao Século XVIII**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209. Acesso em: 07 dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ddR69Y7Ptm6KDvv4tmHSvbF/?format=pdf&lang=pt>.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Editora Antígona, 1. ed. 2014.

MONIÉ, Frédéric. **Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana**. In: MONIÉ, Frédéric, BINSZTOK, Jacob (org.) (2012): Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, p.201-236, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **África - Trinta anos de processo de independência**. Revista USP, (18), 100-111. 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i18p100-111>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Desenvolvimento, construção da democracia e da nacionalidade nos países africanos: desafio para o milênio**. In Cadernos CERU, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 45-56, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125073>. Acesso em: 27 dez. 2023.

N'DIAYE, Tidiane. **O Genocídio Ocultado**. Investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano. Tradução: Tiago Marques. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2019.

POLO, Alejandro Pérez. **A extrema-direita como expressão do colapso do Ocidente**. Revista O Comuneiro, tradução de Ângelo Novo. 2023. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr36_05_AlejandroPerezPolo.html#_ftn0. Acesso em: 31 out. 2023.

RAMOS, Lediane Pereira. **Justificativas da Igreja Católica para o escravagismo: Brasil Colônia**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.9. set. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/2257/902/3823>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RODRIGUES, Ester Fatima Vargem. **Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo: fluxos e refluxos da diáspora**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; LOTIERZO, Tatiana. **Raça, gênero e projeto branqueador: “A Redenção de Cam, de Modesto Brocos.** In *Artelogia*, n. 5, 2013.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Marcia. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas.** IN: História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Relatório RAIS. **A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: abr. 2021.

SOARES, Cecília Elisabeth Barbosa; VELOZO, Olga Carolina Pontes Bon. **Modas, calos e cetins: os sapatos como símbolos distintivos no Rio de Janeiro do século XIX.** ESPM-Rio, Diálogo com a Economia Criativa, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 104-123, jan./abr. 2020.

THOMPSON, Estevam. **A escravidão na África e a escravidão no atlântico.** In História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CIAR; UFG, 2016, disponível em: <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo6/index.html>, acesso em 10.10.2023.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Panorama e Perfil da Imigração Senegalesa no Rio Grande do Sul no início do século XXI.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312088597_Panorama_e_Profil_da_Imigracao_Senegalesa_no_Rio_Grande_do_Sul_no_inicio_do_seculo_XXI. Acesso em: 15 jul. 2023.

WARNER, Andrew M.; SACHS, Jeffrey D. **Natural Resources and Economic Development** – The curse of natural resources. *European Economic Review*, Center for International Development, Harvard University, USA, p. 827-838, 2001. Disponível em: <https://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/pubs/EuroEconReview2001.pdf>. Acesso em: 16. Dez. 2023.

FONTES

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diário Oficial da União. **EDITAL Nº 35, DE 8 DE JULHO DE 2021.** Brasília, DF. Edição: 131, Seção: 3, Página: 127. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-35-de-8-de-julho-de-2021-331996083>. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PEC-G.** Brasília, DF. 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **PEC-G**. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)**. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior – Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior. PROJETO 914BRZ1073.8 - SESU Termo de Referência nº004/2018 / Edital Nº 003/2018 - Desenvolvimento de estudos, pesquisas, metodologias e atualizações referentes aos programas, ações e processos da SESu de forma a contribuir para o avanço da política nacional de educação superior. DUARTE, Rafael Pinto (Consultor). **Documento técnico contendo estudo sobre a relação do PEC-G e do PROMISAES com os objetivos da Educação Superior e das Relações Exteriores do Brasil, incluindo proposta de indicadores que permitam a análise quantitativa e qualitativa dos Programas**. 2018. Acesso em: 09 jan. 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/download/60059261/Direito_a_Educacao_Responsabilidade_Internacional_Brasileira_e_o_PEC-G20190719-118751-1qvfqp9.pdf.

BRASIL. Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei de Migração instituída Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Informações gerais, Portal de Imigração, Brasília, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/informacoes-gerais>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Universidade de Brasília. Casa do Estudante (CEU). Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF. Disponível em: <https://dds.dac.unb.br/programas/casa-do-estudante-ceu>. Acesso em: 02. Abr. 2023.

BRASIL. NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/01121430-nr31-seguranca-e-saude-no-trabalhado.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). 2023. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>. Acesso em: 01 set. 2023.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (EM LIQUIDAÇÃO) (CODEPLAN). Tabelas de resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/tabelas-de-resultados-pdad-2021/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (EM LIQUIDAÇÃO) (CODEPLAN). Atlas do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2020-Cap%C3%ADtulo-5.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL (CGIL). 2023. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/cgil>. Acesso em: 01 set. 2023.

PORTAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL (STI). 2023. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sti>. Acesso em: 01 set. 2023.

SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO (SISMIGRA ANO REGISTRO). Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>. Acesso em: 01 set. 2023.

REPORTAGENS

BBC NEWS. A impactante imagem de 500 migrantes 'transbordando' de barco encontrado perto da Itália. BBC News, 29 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58376309>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BBC NEWS. 'Já vi muitas mortes, mas nada como isso': as imagens de um resgate dramático de imigrantes no Mediterrâneo. BBC News, 12 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37632496>. Acesso em: 22 mai. 2021.

BOM DIA BRASIL. Refugiados africanos se arriscam em barcos clandestinos rumo à Europa. G1, Rio de Janeiro, 24 fev. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/02/refugiados-africanos-se-arriscam-em-barcos-clandestinos-rumo-europa.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.

DW. Migrantes de África seguem rota mais perigosa para a Europa. DW – Made for Minds, Brasil, 12 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/migrantes-de-%C3%A1frica-usam-rota-mais-perigosa-para-chegar-%C3%A0-europa/a-55240323>. Acesso em: 12 out. 2022.

DW. Naufrágios matam 29 migrantes que tentavam chegar à Europa. DW – Made for Minds, Brasil, 26 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt->

[br/naufr%C3%A1gios-matam-29-migrantes-que-tentavam-chegar-%C3%A0-europa/a-65127938](https://g1.globo.com/br/naufr%C3%A1gios-matam-29-migrantes-que-tentavam-chegar-%C3%A0-europa/a-65127938). Acesso em: 24 abr. 2023.

FANTÁSTICO. Exclusivo: veja o resgate de nigerianos que viajaram no leme de um navio da África até o Brasil. G1, Rio de Janeiro, 16 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/07/16/exclusivo-veja-o-resgate-de-nigerianos-que-viajaram-no-leme-de-um-navio-da-africa-ate-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FOLHAPRESS. Brasília é a cidade mais desigual. Gazeta do Povo, 18 set. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-e-a-cidade-mais-desigual-bwkpwg9aaq78ezog2e4popetq/>. Acesso em 07 set. 2023.

FOSTER, Gustavo. Vereador de Caxias do Sul é acusado de xenofobia contra baianos em caso de trabalho escravo em vinícolas. G1, Rio Grande do Sul, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/28/vereador-de-caxias-do-sul-diz-para-vincolas-nao-contratarem-baianos-unica-cultura-que-eles-tem-e-viver-na-praia-tocando-tambor-video.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GORTÁZAR. Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. El País Brasil, São Paulo, 14 jan. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html#?prm=copy_link. Acesso em: 11 dez. 2023.

MAGALHÃES, Ana Flávia; SILVA, Carlos; OLIVEIRA, Fernanda; ALMEIDA, Mariléa; MELO-ALVES, Patrícia. Assassinato de jovem congolês destrói imagem de país cordial e hospitaleiro. UOL, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2022/02/02/assassinato-de-jovem-congoles-destroi-imagem-de-pais-cordial-e-hospitaleiro.htm>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MCKENZIE, David; BALKIZ, Ghazi. Desespero e esperança levam migrantes a ‘barcos da morte’ na Tunísia. CNN Brasil, Túnis, Tunísia, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desespero-e-esperanca-levam-migrantes-a-barcos-da-morte-na-tunisia/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PIGEAUD, Fanny. Basta de presença francesa na África!. Le Monde Diplomatique Brasil, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/basta-de-presenca-francesa-na-africa/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1

1. ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS IMIGRANTES AFRICANOS - QUESTIONÁRIO

Bloco 1 - Origem
1. Conte como era a sua vida em seu país?
2. Você vivia com quem?
3. Quem sustenta/sustentava a sua família?
4. Você trabalhou com o que? Quais empregos você teve?
5. Qual é a sua escolaridade?
Bloco 2 – Motivos da emigração
1. Por que você pensou em migrar para outro país?
2. Quais eram os seus desejos/aspirações quando você pensava em migrar para outro país?
3. Como surgiu a ideia de ir para o Brasil?
4. Como conseguiu informações sobre o Brasil?
5. Quais opções você tinha além do Brasil?
6. Por que você escolheu o Brasil?
Bloco 3 – O começo do deslocamento
1. Como você organizou a sua migração para o Brasil?
2. Que tipo de visto solicitou? Temporário? Permanente? Turismo? Religioso? Trabalho?
3. Quais documentos tiveram que apresentar para solicitar o visto?
4. Quem lhe ajudou com a burocracia e com os documentos?
5. Você já tinha uma perspectiva de trabalho antes de viajar para o Brasil? Se sim, com o que? Onde? Como você conseguiu o trabalho? Você tinha apoio de alguém/alguma instituição?
6. Quando você saiu de seu país?
Bloco 4 – A viagem
1. Como você viajou para o Brasil/Distrito Federal?
2. Como era o meio de transporte?

3. Você passou por algum país antes do Brasil? Qual ou quais? Se sim, por que você foi para esse país?
4. Por onde você chegou no Brasil? Qual cidade?
5. Por quais cidades você passou no Brasil até chegar no Distrito Federal? Se sim, você trabalhou nessas cidades? Com o que?
6. Por que veio para o Distrito Federal?
Bloco 5 – A chegada no Brasil e no Distrito Federal
1. Quais foram os primeiros processos burocráticos que você teve que resolver? Carteira de trabalho? Reconhecimento de diplomas?
Bloco 5.1 – Moradia
1. Onde você morou nos primeiros dias no Brasil/no DF?
2. Quanto tempo demorou para encontrar um lugar para morar?
3. Alguém o ajudou a encontrar um lugar para morar?
4. Em quais cidades você morou no Distrito Federal?
5. Onde você mora atualmente?
6. Você mora sozinho ou mora com outras pessoas?
7. Você mora com outros imigrantes, brasileiros ou os dois?
8. São imigrantes de outras nacionalidades?
Bloco 5.2 – Trabalho
(Os questionamentos sobre trabalho foram adaptados aos estudantes estrangeiros da UnB pois seus vistos não permitem que trabalhem no regime CLT)
1. Como e quando você conseguiu o seu primeiro trabalho/estágio no Brasil/no DF?
2. Qual tipo de contrato você recebeu?
3. O que o empregador/ a empresa onde você começou a trabalhar forneceu (fornece) além do trabalho? Ajuda com os documentos, visto, moradia, alimentação, língua portuguesa, estudo, qualificação, capacitação...?
4. Como você descreveria as relações entre você e a empresa/o empregador, o seu chefe e os seus colegas no trabalho? Você sofreu algum tipo de discriminação no ambiente de trabalho? Se sim, qual tipo de discriminação?
5. Você trabalha com outros imigrantes? Se sim, fale sobre a relação de vocês

6. Você teve dificuldades para conseguir o seu primeiro trabalho no Brasil/no DF?

7. Você consegue se manter e ajudar seus familiares com a renda que você recebe pelo seu trabalho?

Bloco 5.3 – Rotina

1. Como é a sua rotina diária? Conte a história da sua rotina, desde o momento em que acorda até o momento em que vai dormir.

2. O que você faz quando não está trabalhando/estudando?

Bloco 6 – Racismo / Preconceitos / Medos

1. Como você se percebe em relação a outras pessoas negras (brasileiras ou não)?

2. Você já havia sofrido racismo em seu país? Se sim, qual é a diferença entre essa prática no seu país de origem e essa prática no Brasil?

3. Qual é o seu maior medo em relação ao racismo e suas consequências?

4. Tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais matam jovens negros, como você se sente em relação a isso?

5. Você se sente seguro no Brasil?

Bloco 7 – Perspectivas

1. Você pretende permanecer no Brasil/Distrito Federal? Se sim... Onde você gostaria de trabalhar? Em qual cidade?

2. O que você espera alcançar? Qual ou quais mudanças você gostaria que acontecessem no seu trabalho no Brasil e em sua vida de forma geral?

3. O que você diria para outras pessoas do seu país que pensam em vir para o Brasil? Quais recomendações você daria a eles?

ANEXO 2

Gráfico com o quantitativo de imigrantes africanos que entraram no Brasil entre 2011 e 2022, dividido por sexo. Foram excluídas algumas nações africanas: Marrocos, Mauritânia, Ilhas Maurício, Seychelles, Suazilândia (Essuatíni), Tunísia, Argélia, Chade, Ilhas Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Lesoto, Líbia, Malawi e Mali. É inviável – visualmente – ter todos os países no gráfico. Países da África Magrebina foram retirados pois apresentam peculiaridades diferentes dos países da África Subsaariana e considere importante deixá-los de fora neste momento, no entanto, estes países têm, também, um fluxo migratório para o Brasil que são superiores a alguns países da África Subsaariana. Sendo assim, para futuras verificações, consulte os dados em: <https://datamigra.mj.gov.br/>. <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>.

